

MUTIRÃO AUTOGERIDO NA PRODUÇÃO DE
ESPAÇOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROPOSTA DE UM CENTRO COMUNITÁRIO NO BAIRRO
ÉLISSON PRIETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

Thaís Fernandes Faria

**MUTIRÃO AUTOGERIDO NA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Trabalho Final de Graduação apresentado para a
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design
da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora: Helga Tavares Canedo.

Uberlândia

2017

Agradeço

aos meus pais pelas oportunidades e apoio que sempre me deram, a minha família todo carinho e atenção, aos meus amigos o amparo e o entusiasmo durante toda minha trajetória, aos meus professores a dedicação e a troca de conhecimentos e a minha orientadora por compartilhar e acreditar nesse trabalho.

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVO	7
1.2 JUSTIFICATIVA	7
2. PRIMEIRO CAPÍTULO	8
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL DIANTE DO PROBLEMA DA CIDADE SEGREGADA	8
3. SEGUNDO CAPÍTULO	11
3.1 MUTIRÃO E AUTOGESTÃO	11
3.2 DEFESA DO MUTIRÃO AUTOGERIDO	17
4. TERCEIRO CAPÍTULO	20
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE UBERLÂNDIA DIANTE DO PROBLEMA DA CIDADE SEGREGADA	20
5. QUARTO CAPÍTULO	24
5.1 OCUPAÇÃO EM ÁREA QUE PERTENCE À UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	24
5.2 ANÁLISES DA ÁREA DE ESTUDO	28
5.2.1 LEITURA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO	28
5.2.2 LEITURA DO ESPAÇO URBANO	30
5.2.2.1 VISADAS E MARCOS	30
5.2.2.2 USO E OCUPAÇÃO / GABARITO	31
5.2.2.3 EQUIPAMENTOS URBANOS	31
5.2.2.4 MOBILIDADE	34
5.2.3 LEITURA DO TERRENO	35
5.2.4 LEITURA DA LEGISLAÇÃO	35

SUMÁRIO

5.3 ESTUDO DO QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO	37
5.3.1 METODOLOGIA	37
5.3.2 RESULTADOS	38
5.4 ESTUDOS DE CASO	52
5.4.1 ARENA DO MORRO	52
5.4.2 ESPAÇO LÚDICO SINHAZINHA MEIRELLES	55
6. QUINTO CAPÍTULO	58
6.1 METODOLOGIA DE PROJETO	58
6.2 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES	64
6.2 PROPOSTA	65
7. CONCLUSÃO	71
8. REFERÊNCIAS	73
9. ANEXO	76
9.1 QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA	76

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de discutir o tema do mutirão e da autogestão na construção de espaços coletivos, inseridos no contexto de comunidades socialmente excluídas e postas à margem do processo legal de urbanização. A autoconstrução é uma realidade nessas comunidades e buscar unir o saber prático existente nesse meio com conhecimento teórico e técnicas construtivas capazes de aperfeiçoar e ampliar a qualidade dos espaços autoproduzidos, além de trazer melhorias para o espaço urbano, aumenta a qualidade de vida da população.

Além disso, o processo construtivo do mutirão autogerido ocorre de maneira diferente dos processos convencionais comandados por empreiteiras e construtoras, envolvendo os trabalhadores de maneira mais humanizada. Existe a oportunidade dos trabalhadores se organizarem e gerirem a obra, além de ajudarem na elaboração dos projetos juntamente com arquitetos, engenheiros e outros profissionais que dão apoio e assistência técnica durante todo o processo construtivo.

A ideia de trabalhar com esse tema ocorreu após a viagem feita com a Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) à São Paulo, em 2015, com a professora Maria Beatriz C. Cappello. Nessa viagem foi feita uma visita ao Conjunto Paulo Freire – conjunto habitacional construído através de mutirão autogerido – e uma conversa com os moradores, que relataram diversos benefícios do processo construtivo, evidenciando a experiência marcante na vida de cada um.

Os benefícios relatados foram desde a criação de uma conscientização política e dos seus direitos como cidadãos até o desenvolvimento de habilidades antes desconhecidas, como capacidade de organização, gerenciamento, aprimoramento e aprendizado de técnicas construtivas. Após o contato com a experiência dos moradores do Conjunto Paulo Freire e o entendimento da importância e significado do processo do mutirão autogerido, surgiu a ideia de discutir o tema e propor esse processo na ocupação Élisson Prieto, também conhecida como ocupação do Glória, área pertencente à União que estava destinada à Universidade Federal de Uberlândia e atualmente encontra-se ocupada por famílias de baixa renda para fins de moradia.

Para isso, o trabalho contextualiza o problema da cidade segregada em Uberlândia e no Brasil, além de levantar as vantagens e desvantagens do processo de mutirão e de autogestão, considerando visões de diferentes autores a respeito desse tema. Discute-se

também a importância da autogestão, evidenciando suas vantagens mesmo diante de algumas dificuldades existentes.

Por fim, foi realizada uma análise da ocupação Élisson Prieto, de seus habitantes e foi sugerida uma proposta de projeto para ocupação, que utilizou como referência, os estudos e a análise urbana desenvolvida pelos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFU – 1º semestre de 2017 – durante a disciplina de Ateliê de Projeto Integrado VII e os estudos de caso analisados e apresentados neste trabalho. Tais estudos foram voltados para os centros comunitários, que abordam o desafio de atender inúmeras demandas da população em um espaço que seja adequado e para todos.

1.1 OBJETIVO

Propor para a área ocupada da Universidade Federal de Uberlândia (ao lado do Campus Glória) um centro comunitário voltado para autogestão, que tem como princípio a intervenção e ajuda das famílias tanto no processo construtivo quanto na definição do projeto. Isso gera uma maior discussão das soluções tanto por parte dos futuros usuários, quanto do profissional arquiteto e urbanista, proporcionando um aperfeiçoamento das alternativas e também das técnicas construtivas.

Nesse contexto, mostrar como funciona o processo do mutirão e da autogestão, enfatizando que é a maneira mais rentável e que apresenta melhores resultados com relação a apropriação do espaço por parte da comunidade. Além disso, reforçar a existência de alternativas mais interessantes e com maior potencial transformador do que os meios tradicionais de construção, pensando sobre qual deve ser o papel do arquiteto e urbanista diante dos diversos agentes produtores do espaço urbano.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os mutirões autogeridos são um projeto de transformação social devido à conscientização que à autonomia dos participantes traz durante o processo construtivo. Essa autonomia está no fato dos participantes possuírem papel de trabalhadores da construção, usuários e autores do projeto, o que faz com que sejam menos alienados e entendam com mais clareza todas as etapas do processo construtivo.

Além disso, obras construídas em mutirão autogerido poupam recursos que geralmente são escassos, trazendo vantagens para comunidade atendida por esse tipo de projeto, principalmente através de aplicações de técnicas racionalizadas e ausência de

desperdício. É importante destacar que, em alguns casos, a direção de mutirões politicamente atuantes em áreas carentes localizadas nas periferias ajudou para que fossem atendidas com equipamentos e serviços públicos.

2. PRIMEIRO CAPÍTULO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO BRASIL DIANTE DO PROBLEMA DA CIDADE SEGREGADA

Os primeiros indícios de segregação espacial ocorre junto com o problema da habitação popular no final do século XIX. A expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram muitos problemas, como o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto. A segregação social do espaço fez com que as diferentes camadas sociais sofressem de maneira diferente os efeitos da crise urbana, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres da deterioração e uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos. (BONDUKI, 1999).

Essa segregação juntamente com seus efeitos se mantém até os dias atuais. De acordo com a Assessoria Técnica Usina – CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), a partir dos anos 1950, com a industrialização do país, os processos migratórios se intensificaram. As famílias que saíram de sua terra natal para tentar a vida nas grandes cidades, principalmente na região sudeste brasileira, se depararam com a metrópole – lugar onde prevalece a propriedade privada e a mercantilização das necessidades humanas, como a moradia. Ao longo de muito tempo, a lógica da propriedade privada da terra e do imóvel, que obriga o pagamento da renda ao proprietário, na maioria dos casos resultado de apropriação indevida e grilagens, limitou o acesso a quem pudesse pagar.

A casa própria passou a ser o foco da maioria dos brasileiros, porém grande parcela da população era, e ainda é, privada dos seus direitos sociais e não tem condições socioeconômicas para pagar os custos de sua reprodução social. Assim, a formação social brasileira se configurou baseada em uma urbanização periférica, com generalização da autoconstrução das casas por trabalhadores de baixa renda, o que representa as desigualdades na configuração espacial da cidade. A autoconstrução das periferias constitui uma cidade informal que envolve a cidade formal – atual situação do Brasil – onde muitas pessoas moram à margem da cidade, isoladas e sujeitas à precariedade dos sistemas de transportes públicos, saneamento básico e serviços de saúde, entre outros.

Isso devido ao fato, citado anteriormente, de que a população mais pobre não consegue adquirir espaços dentro da cidade formal para poder habitar. Ermínia Maricato em seu texto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2006), explica que isso é resultado das heranças colonial e escravista no processo de urbanização e formação das cidades brasileiras, nas quais existe uma manutenção de grande número de propriedades urbanizadas ociosas à espera de valorização e o mercado privado é restrito a elite econômica, que representa entre 20% e 30% da população do país, fazendo com que uma grande parcela não consiga ter acesso a essas propriedades.

De acordo com Deák e Schiffer (1999), a grande maioria da classe trabalhadora, além de ser excluída do processo de habitação – em lotes urbanizáveis –, também não tem condições de se beneficiar de financiamento do Estado para obtenção de habitação. Isso porque, segundo eles, mais de 80% do volume total do financiamento foi para famílias com renda acima de cinco salários mínimos. Assim, a trilogia loteamento clandestino/casa própria/autoconstrução passou a ser a regra, incentivando a periferização. Sobre isso os autores colocam que:

O resultado [da periferização] é um espaço construído que, mesmo feito em loteamentos à margem da legalidade urbanística estabelecida, pelo trabalho irregular e recursos técnicos precários reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade. [...] o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade legal”. (DEÁK; SCHIFFER, 1999, p. 252-253).

É importante destacar que os loteamentos clandestinos, mesmo não respeitando os requisitos legais para serem colocados à venda, não deixam de seguir o traçado da cidade. Caso seguissem esses requisitos legais para serem vendidos, certamente estariam fora do alcance da população de baixa renda. Porém, quanto mais próximos chegam dos padrões tradicionais, maiores são as chances de serem alcançados por serviços urbanos. (DEÁK; SCHIFFER, 1999).

Para melhor ilustrar essas formas peculiares de produção do espaço urbano, o presente trabalho, baseado no texto que Raquel Rolnik apresentou para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2006), mostra alguns números referentes ao déficit habitacional brasileiro. Segundo Rolnik (2006), são raras as cidades que não tem uma

parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários, estando nessa condição aproximadamente 40,5% do total de domicílios urbanos brasileiros – 16 milhões de famílias. Dessas, 12 milhões são famílias de baixa renda, com renda familiar mensal abaixo de cinco salários mínimos¹.

Para Rolnik (2006), os assentamentos irregulares – na maioria encontrados em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis – possuem uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Isso porque apesar desses assentamentos serem o modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, com uma consolidação progressiva, para as formas legais de expressão de pertencimento à cidade esses assentamentos simplesmente não existem.

Segundo a autora, tentar frear esse processo responsável pelo aumento das desigualdades e da distância entre os diferentes setores sociais, e construir cidades mais equilibradas, eficientes e justas, é necessário a implementação de políticas urbanas que vão além da mobilização de recursos financeiros. É preciso introduzir mecanismos permanentes de acesso à terra legal e formal por parte dos mais pobres. Ela acrescenta também que a política habitacional de interesse social não contribui para a construção dessas cidades mais justas e equilibradas. Essa política na verdade tem reforçado a exclusão dos mais pobres, enviando-os para conjuntos precários em periferias distantes desprovidas de serviços e equipamentos urbanos essenciais.

Rolnik (2006), além de expor o que deveria ser feito para enfrentar o processo de consolidação das periferias no desenvolvimento urbano das cidades, mostra as dificuldades do país com relação a esse problema:

No desenho da Constituição de 1988, a quase totalidade das competências na área de desenvolvimento urbano foi definida como comum à União, estados e municípios. Considerando seu grande impacto político nas contabilidades eleitorais, o jogo de distribuição dessas competências, e sua relação com as condições de exercício das mesmas, também tem sido um enorme campo de disputa e de dificuldade de construção de políticas claras, estáveis e duradouras. Dessa forma, a construção de uma agenda mais clara de cooperação entre entes federados, que leve em consideração a heterogeneidade de nossos municípios e estados também representa um campo fundamental de pactuação, necessário para o enfrentamento do desafio urbano no país.

¹ Dados obtidos de acordo com estimativas do Ipea, baseadas em metodologia do UM-Habitar e em dados do Censo Demográfico. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006).

(MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006, p. 201-202).

A importância do direito à moradia, direito à cidade e da função social da propriedade é inquestionável nos dias de hoje e, somente a partir da Constituição de 1988, que a função social da propriedade passa ser aplicada. Pode-se identificar o reconhecimento dos direitos dos ocupantes de áreas informais ou irregulares e a conquista de instrumentos para melhorar o acesso à terra urbanizada para a população de baixa renda. O primeiro é construído através da usucapião urbano e a concessão especial para fins de moradia e o outro por meio das Zonas Especiais de Interesse Social, plano diretor e novos instrumentos de gestão do solo urbano. No entanto, as conquistas legais não representaram uma mudança substancial na realidade urbana brasileira, marcada pela segregação socioespacial e pelas desigualdades intraurbanas, metropolitanas e regionais. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2006).

Segundo Ferreira (2012), para reverter esse quadro excludente das nossas cidades é preciso fazer uma política de habitação de interesse social que esteja associada à política fundiária e às demais políticas urbanas. Além disso, é preciso compreender a produção social da moradia autogestionada não apenas como um componente estratégico da política habitacional, mas também como uma nova forma de se fazer a cidade a partir da lógica daqueles que a habitam.

3. SEGUNDO CAPÍTULO

3.1 MUTIRÃO E AUTOGESTÃO

Neste capítulo, pretende-se esclarecer os processos do mutirão e como se relacionam com a autogestão, além de abordar as qualidades e os defeitos encontrados nesses processos. Antes disso é importante saber a origem da palavra “mutirão”, que no Brasil, segundo Nakashigue (2008), surgiu com uma prática antiga de reunião voluntária de pessoas para ajudar em uma determinada tarefa – colheita ou construção de casas – comum entre trabalhadores rurais.

Nakashigue (2008) acrescenta que além do mutirão se caracterizar pela participação efetiva dos mutuários na construção como mão de obra, essa participação não se restringe apenas à sua unidade habitacional isolada, ao contrário, todos constroem todas as unidades. O principal objetivo do mutirão é a diminuição dos custos. Isso possibilita que as camadas de baixa renda tenham chance de ter sua moradia de maneira

formal, já que normalmente não conseguem ter acesso aos financiamentos habitacionais tradicionais, devido ao seu diminuto poder de compra. O mutirão também lida com a questão da formação social do cidadão e da conscientização do seu direito à moradia.

Segundo Nakashigue (2008), o espaço físico para a implantação do assentamento de casas pode ser subsidiado ou não pelo Poder Público e a existência de financiamento agiliza o processo. A assistência técnica é fundamental na produção do projeto e em sua inserção na malha urbana da cidade de forma coerente, assim como a produção dos espaços urbanos coletivos. De acordo com Barros apud Bonduki (2011), algumas críticas com relação ao mutirão apontam para a utilização de sistemas construtivos arcaicos, desperdícios, aumento do tempo de obra e enorme aparato administrativo para seu suporte. Estes problemas na verdade, em sua maioria, não são problemas do processo de mutirão, mas sim da sua forma de gestão e são superados quando a gestão estatal é substituída pela autogestão.

Nakashigue (2008) afirma que a autogestão, uma das maneiras de se realizar os mutirões, se dá através da administração da construção das edificações em todos os seus aspectos. Quando o poder público participa financiando o empreendimento, ele estabelece as regras e as diretrizes para essa administração. Segundo a Assessoria Técnica Usina – CTAH, o Estado pode vetar as propostas feitas pelos mutirões, além de poder parar a obra a qualquer momento caso deixe de enviar os recursos financeiros, normalmente limitados.

Este é um ponto negativo dos mutirões, pois são dependentes da correta liberação dos recursos financeiros e trabalham com pequena margem de segurança. Caso a liberação de recursos atrase, a continuidade ou o desempenho previsto para obra é comprometido. Diversas associações levantaram a possibilidade de criação de um fundo-reserva para ajudar no problema da falta do dinheiro público, mas as propostas não foram implantadas. (RONCONI, 1995).

Apesar disso, com relação a empreendimentos habitacionais de pequeno porte, o trabalho da Assessoria Técnica Usina – CTAH aponta para o sucesso da autogestão e afirma que há grande redução de custo das obras, já que não há lucro, apenas remuneração do trabalho. Apesar dessa vantagem, segundo Kapp, Baltazar, *et al.* (2012), o tempo gasto para enfrentar burocracias e para realizar a autoconstrução acaba realmente sendo maior.

Segundo Cerqueira (2016), as primeiras experiências de produção de habitação por meio de cooperativas surgiram no Uruguai, em 1966. Em 1968, essas experiências

baseadas na autogestão e no mutirão, passaram a ser reguladas pela *Lei Nacional da Vivienda*, que estabeleceu a obrigatoriedade do acompanhamento técnico por meio de uma assessoria técnica. Essa assessoria era formada por arquitetos e técnicos sociais sem fins lucrativos.

Ronconi (1995) acrescenta que as assessorias técnicas, além de não terem fins lucrativos, não possuem ligação direta com o governo, podendo ser consideradas ONGs (Organizações Não Governamentais). A diferença é que a maioria das assessorias não recebem financiamentos do exterior para assegurar sua manutenção, sendo que a remuneração pelo trabalho prestado é para esse fim. Hoje em dia além dos arquitetos e técnicos sociais, o trabalho desenvolvido envolve também advogados, engenheiros, entre outros.

Importante destacar que, de acordo com a Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, o que diferencia a assessoria técnica de uma construtora ou empresa convencional é, principalmente, a identidade política com a luta dos movimentos sociais que buscam romper com a ideia historicamente proposta pelo Estado de favorecer grandes empresas com os programas habitacionais. Outra diferença é que as assessorias técnicas priorizam a humanização das relações durante o processo construtivo, pensando de maneira não mecanizada e buscando soluções que envolvam ações coletivas dentro do canteiro de obra. Assim, os movimentos sociais juntamente com as assessorias técnicas constroem edificações de qualidade, dispensando a presença de construtoras e empreiteiras.

A Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura também afirma que a parceria entre movimentos e assessorias é significativa, porque possibilita a participação de profissionais em todos os momentos de luta dos movimentos sociais, como elaboração de propostas para política habitacional, discussão dos projetos social e urbanístico, participação nas manifestações, nos atos políticos, nas articulações com o poder público e agente financeiro, nos encontros nacionais, estaduais e regionais organizados pelos movimentos e até nas ocupações.

Com relação ao trabalho, no canteiro de obra existe uma diferença entre o método empregado pelas construtoras e pelas assessorias. Segundo Ronconi (1995), nos canteiros dos mutirões autogeridos existe uma organização que busca adequar à capacidade de produção de cada futuro morador às tarefas necessárias para construção das edificações,

tais como problemas administrativos, construtivos ou econômicos. Segundo ele a organização contribui para o desenvolvimento das construções e também das pessoas que participam. Alguns exemplos de comissões na organização da obra são compras de materiais, contratações e administração de mão de obra especializada, alimentação, segurança dos trabalhadores na obra (contratados e mutirantes), segurança contra furtos e controle de presença e pontuação.

A principal diferença com relação à organização dos canteiros convencionais da construção civil é que neles os trabalhadores não conseguem visualizar o produto final que estão desenvolvendo. Já no mutirão com autogestão os trabalhadores têm consciência do processo e da importância da função individual que exercem para o todo, o que gera a identificação do usuário com o produto do seu trabalho, levando a uma manutenção e uso adequados. (BARROS apud ABIKO, 2011).

Outra diferença envolvendo construtoras e assessorias técnicas é que, quando o mutirão é adotado pelas construtoras, a participação popular se dá apenas na fase construtiva. Já o mutirão adotado pelas assessorias é o autogerido e a população participa de todas as etapas do processo construtivo, desde a concepção do espaço urbano e discussão do projeto arquitetônico até a definição dos regulamentos de trabalho – como será produzida a obra e, em alguns casos, como será feita a manutenção após a entrega das casas. Assim a população passa a ser responsável por todas as decisões, tomadas através de processos democráticos. (CERQUEIRA, 2016).

Nakashigue (2008), de acordo com sua experiência profissional junto a mutirões habitacionais com autogestão, coloca que o processo participativo da população na verdade é restrito à escolha de tipologias com opções pré-determinadas pelas assessorias técnicas ou pelo órgão financiador, que define o padrão das tipologias baseado nos custos e normas técnicas. Os projetos, definidos pelos arquitetos das assessorias, quando são alterados são em pequenos detalhes. Sendo assim, a defesa de que os moradores participam efetivamente da discussão dos projetos é contrária à realidade, pois o projeto participativo se resume mais à forma didática de se entender o projeto espacial do que realmente na atuação e modificação do mesmo.

Essa é uma questão importante de se destacar, porque o processo participativo é uma das principais bandeiras levantadas pelos defensores do mutirão e, mesmo que esse processo não seja na prática o que os seus defensores esperam, existem outros pontos tão

importantes quanto este. Por exemplo, a inclusão da população na categoria de cidadãos devido a sua organização política e social dentro do mutirão, da luta pela moradia e também pelo poder que exercem na gestão econômica dos conjuntos habitacionais produzidos.

Segundo Barros (2011), uma crítica existente com relação aos mutirões é o tempo de duração das obras, extremamente demoradas como já foi dito, e isso porque o mutirão não funciona durante a semana, mas apenas nos fins de semana. O motivo é o fato dos trabalhadores usarem seu tempo de folga para trabalharem na construção de suas habitações em regime de sobretrabalho. Além disso, existe uma menor produtividade da mão de obra mutirante, já que não tem qualificação para a construção civil, apesar de existir o treinamento direcionado para a capacitação dessa mão de obra nos canteiros dos mutirões.

Um ponto interessante para se discutir é a inserção do mutirante no mercado de trabalho após o mutirão. Felipe (2000), em sua avaliação pós-ocupação no mutirão Jardim São Francisco, mostrou que apesar de existir cursos de treinamento da mão de obra que permitem a profissionalização dos participantes e futuros moradores, o mercado formal que deveria absorver esses novos profissionais já dispõe de uma enorme reserva. Ele observou que no início do mutirão 2,3% da população total já tinham sua atividade profissional na construção civil. Após seu término esse percentual passou para apenas 2,8%, um acréscimo pouco significativo, considerando as possibilidades de treinamento, especialização e a oportunidade de contratação remunerada durante o mutirão.

Além disso, na maioria dos mutirões há uma predominância de chefes de família mulheres em relação aos homens. Felipe (2000) constatou que no mutirão Jardim São Francisco essa predominância era de 65,3% de mulheres contra 34,7% de homens. Devido a essa predominância, o caráter emancipatório do trabalho feminino é colocado em pauta pelos defensores do processo de mutirão, defendendo que a participação feminina nos mutirões pode despertar uma consciência a respeito das capacidades e possibilidades de igualdade nas relações de gênero.

A contrapartida negativa dessa participação feminina com relação à construção civil é a impossibilidade de continuarem trabalhando nesse setor após o término do mutirão. Isso devido à abundância de mão de obra masculina no mercado das construtoras e empreiteiras e a ausência de uma tradição de trabalho feminino nos canteiros de obra.

Contudo, a participação das mulheres se mostra importante e muito necessária. Determinadas tarefas no canteiro são dominadas com extrema habilidade pelas mutirantes, como o trabalho em equipes de corte, dobra e armação de aços. (FELIPE, 2000).

Fora as tarefas de obra – escavação de valas de fundação, alvenarias, etc. – as mulheres também estão presentes na organização, planejamento e apoio logístico, como cuidar da alimentação e das crianças. Ronconi (1995) destaca que na maioria dos projetos a mulher foi o primeiro membro da família a comparecer às reuniões dos mutirões e em outros casos foi a primeira a entrar nos canteiros de obra, trazendo depois o marido. Na maioria das vezes, sem nenhum conhecimento das tarefas existentes, a mulher tem que superar esse problema, o preconceito e a falta de confiança na sua capacidade de realizar os trabalhos.

Com relação à essa participação popular nos processos de mutirão e autogestão, Villaça (1986) afirma existir uma visão romântica a respeito desses processos e também da autoconstrução, que explora um suposto sentimento de solidariedade e amizade nascido da construção da casa pelo processo de “ajuda mútua” e alegria de se construir “com as próprias mãos”. Essa visão vem da ideologia burguesa – na tentativa de promover a autoconstrução – e desconsidera as dificuldades enfrentadas pelos mutirantes, como o sacrifício de ter que trabalhar duro nas horas que deveriam servir de descanso.

Apesar disso, a participação da população no processo de produção das suas habitações é indispensável, pois só assim suas necessidades serão melhor atendidas, como afirma o arquiteto John Turner, autoridade internacional no campo da habitação popular e que teve grande impacto no Brasil:

[...] Turner diz que a habitação é um processo e que deve ser encarada não somente em termos de suas características físicas, mas também em termos de seu significado para seus usuários. Como a casa precisa de constantes alterações, inclusive face às mudanças na família, as grandes empresas construtoras jamais poderão atender a essa necessidade, dado os seus requisitos de padronização e massificação. Turner não conclui que as famílias necessariamente deveriam construir suas próprias casas, mas afirma ser indispensável que elas acompanhem e controlem todo o processo de produção, desde a escolha do local e elaboração do projeto até a construção. (VILLAÇA apud TURNER, 1986, p. 26-27).

Como já foi explicado neste trabalho, a autoconstrução foi adotada pela burguesia como uma solução melhor de habitação para a população de baixa renda. Isso para diminuir o custo de reprodução da força de trabalho e desenvolver a industrialização no Brasil. Segundo Oliveira (2006), essa autoconstrução tirou o valor de mercado da habitação popular. Além disso, a população pobre é excluída do mercado imobiliário por possuir renda muito baixa. É nessas condições que o Estado adota o mutirão como política oficial de habitação.

Sendo assim, Oliveira (2006) afirma que se a solução do mutirão se transformasse em política pública, todos teriam que ficar desempregados ou excluídos do mercado imobiliário. Além disso, ele coloca que a prática do mutirão supõe que os trabalhadores estejam desempregados para poderem construir sua própria habitação, privilegiando quem está nessa situação com relação à participação do mutirão. Essa participação também se baseia na exclusão e na necessidade e, caso o mutirão seja universalizado como solução, serão estes processos que estarão em curso.

O fato colocado Oliveira (2006) de que para o mutirão ocorrer as pessoas tem que estar desempregadas não é bem verdade, visto que a prática acontece em um sistema de sobretrabalho dos participantes do mutirão, como já foi dito. Apesar disso não ser o ideal, a participação da população na produção de suas moradias, em um contexto amplo do mutirão e autogestão, traz inúmeros benefícios que já foram discutidos, como melhor qualidade, sentimento maior de pertencimento aos conjuntos habitacionais, desenvolvimento político e social dos mutirantes através de suas lutas e organizações, etc.

Além disso, Ferro (2006) coloca que diferentemente da sequência proposta por Francisco de Oliveira baseada na autoconstrução, queda do valor da força de trabalho, baixa de salários e exclusão do mercado imobiliário, na realidade a que acontece é outra: exército de reserva de força de trabalho abundante e sempre alimentado, grande diminuição do salário, diminuição maior ainda do que sobra para a moradia – alimentação é prioritária –, autoconstrução quase obrigatória. Isso mostra que a autoconstrução somada ao processo de mutirão não alimenta a exclusão, como afirmou Oliveira, ao contrário, surge como solução quase inevitável.

3.2 DEFESA DO MUTIRÃO AUTOGERIDO

Segundo Ronconi (1995), é importante destacar que o processo de mutirão com autogestão traz uma aproximação entre realização do trabalho e qualidade de vida do

trabalhador. Isso é explicado através da inserção dos mutirantes em questões abrangentes do processo de produção dos empreendimentos. Além disso, observa-se que as pessoas envolvidas no mutirão se preocupam em capacitar os participantes. Muitas pessoas encontraram na organização do mutirão a oportunidade de aprender a ler através de cursos de alfabetização. Existem também, em alguns mutirões, oficinas de carpintaria, oficinas de armadura e até marcenaria para construir móveis para as futuras casas, como é o caso do mutirão Jardim São Francisco, em São Paulo.

Outro ponto importante, como mostra a Assessoria Técnica Usina – CTAH – responsável pelo mutirão Paulo Freire, SP – é a desalienação do trabalho e o aumento da luta popular no sentido de exercer a capacidade de imaginar seus espaços de vida e seus territórios. Isso acontece por conta das discussões que ocorrem com os participantes do mutirão no processo de projeto e também na fase de execução – todos sabem o que será feito e seus porquês. Na discussão coletiva de projeto, o debate se dá em torno das qualidades e das condições de uso do espaço, diferentemente do que acontece com uma construtora que visa quantidade e economia. O que ocorre nos mutirões autogeridos pode ser chamado de desmercantilização do processo construtivo.

A autogestão não se relaciona com o mercado diretamente, mas com o Estado, que disponibiliza fundo público para sua produção e seu consumo. Assim, a autogestão não participa da lógica do mercado e é isso que diferencia o mutirão de uma empreiteira e de uma cooperativa de construção, sujeitas à salários e leis de concorrência. Essa diferença faz com que o mutirão autogerido tenha possibilidades transformadoras com relação ao modo de se produzir habitações sociais, inserindo os trabalhadores nesse processo com muito mais dignidade. Pode-se concluir que as relações de produção existentes nos mutirões – coletivização das decisões e certa horizontalidade no canteiro de obra – constituem alternativas ao modo de produção capitalista, ao romper com sua lógica e produzir mercadorias sem o objetivo imediato de troca e valorização de capital. (USINA, 2008).

Segundo Nakashigue (2008), projetos habitacionais feitos por assessorias técnicas, em regime de mutirão, possuem espaços mais bem elaborados tanto em qualidade interna quando externa. Os apartamentos são maiores, a cozinha é mais próxima do que o coletivo espera, quartos e salas possuem espaços mais confortáveis e os espaços públicos são mais aconchegantes. O interessante é que com o mesmo custo que se constrói apartamentos por empreiteira, é possível construir um de maior área pelo

regime de mutirão. Além disso, as assessorias técnicas consideram o terreno de implantação dos projetos, os desejos da demanda, a qualidade da construção e também oferecem soluções mais variadas do que as fornecidas pelos órgãos públicos.

É preciso destacar também, de acordo com a Assessoria Técnica Usina – CTAH, que o mutirão autogerido, diferente do que ocorre com a autoconstrução, permite que o canteiro de obras seja dividido entre os participantes do mutirão nos fins de semana e a produção por empreiteira durante a semana, contratada na maioria das vezes sob a orientação do movimento responsável, o que agiliza o tempo gasto nas obras. A gestão do processo produtivo fica sob a responsabilidade do movimento popular, com participação de suas coordenações de obra e também das assessorias técnicas. Normalmente as decisões ocorrem em assembleias com a participação dos trabalhadores-mutirantes.

Essa mesma assessoria técnica afirma que as pessoas que começam a participar das reuniões dos mutirões e movimentos sociais passam a se reconhecer coletivamente. As ações de ocupação, manifestações públicas de rua, enfim, a luta pelo direito à moradia permite a superação das barreiras, físicas e ideológicas, dessas pessoas. A participação passa a ser política e a ação política ajuda a politizar os mutirantes. Por fim, se for feita uma comparação entre unidades habitacionais produzidas por mutirão autogerido e as produzidas por autoconstrução, órgãos estatais e construtoras sem participação popular fica clara a maior tendência de apropriação, por parte dos moradores, das residências feitas no processo de mutirão autogerido – fato mais importante a favor desse processo.

Outra questão importante que surge dentro dos mutirões é a questão do gênero, que aparece no momento em que as mulheres se colocam como iguais participando ativamente dos trabalhos feitos no canteiro de obra e rompendo com diversos preconceitos. Isso provoca uma mudança muito grande na vida particular das pessoas envolvidas nesse processo, pois traz diversos questionamentos relacionados ao cotidiano delas, do trabalho ao casamento. Além dessa questão a segurança no trabalho, prevenção de acidentes e diminuição da fadiga também são consideradas na prática dos mutirões. A construção civil possui um dos maiores índices de mortes e acidentes de trabalho e no mutirão a sobrevivência e o bem-estar dos trabalhadores é prioridade, pois se quer preservar a todos até o fim do processo – baseado na coletividade. (USINA, 2008).

Nakashigue (2008) afirma que atualmente ocorre a contratação ou terceirização de tarefas muito pesadas, deixando para os mutirantes os serviços mais leves e

concentrando suas funções no gerenciamento financeiro da obra. Nesse processo é empregado desde o recurso de alugar equipamentos, até o uso de técnicas de pré-moldagem e a montagem de usinas de fabricação de diversos elementos construtivos da obra.

4. TERCEIRO CAPÍTULO

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE UBERLÂNDIA DIANTE DO PROBLEMA DA CIDADE SEGREGADA

Segundo a Prefeitura Municipal de Uberlândia (2009), a partir de 1936, a Empresa Uberlandense de Imóveis, com foco na classe trabalhadora de baixa renda, passou a oferecer financiamentos de lotes e casas a preços baixos, em lugares distantes do centro urbano, aumentando os subúrbios no município e a segregação espacial. Nota-se que durante o processo de urbanização da cidade, o vazio urbano marcou o desenho da cidade.

Na década de 1950, temos como exemplo os atuais bairros Lagoinha e Pampulha que foram construídos distantes da concentração urbana. Essa é uma característica comum do crescimento da cidade que aconteceu sem planejamento, movido apenas pela especulação imobiliária. Essa especulação pode ser entendida com base nos dados da Prefeitura que mostram que em **1940** a cidade contava com **7000 lotes** para **21077 habitantes**, em **1958** eram **28271 lotes** para **61142 habitantes** e em **1966** chegou a ter **29513 lotes** para **95570 habitantes**. Se considerarmos cinco pessoas por lote no ano de 1958 havia um excedente de 16043 lotes, ou seja, 56,5% de terrenos desocupados e em 1966 esse número sobe para 43063 lotes, ou seja 69% dos terrenos da cidade estavam sem ocupação, como reserva de valor. As casas das pessoas menos favorecidas eram construídas onde a terra era mais barata e não onde se tinha a melhor localização, gerando a segregação do espaço urbano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (2009) o crescimento acelerado expandiu a cidade num processo de ocupação de periferias, onde a população adquiriu meios de moradia como o cortiço, favela, coabitação e outros. Mesmo com a criação de programas habitacionais e o desenvolvimento de condições para construção de casas por meio de mutirões, através da Caixa Econômica Federal, o déficit habitacional ainda perdurava em Uberlândia. Esse problema era agravado pela fato de que a mão de

obra especializada não estava inserida no mercado de trabalho e também porque, na década de 1970, a cidade cresceu muito acima da média nacional.

Esse crescimento pode ser verificado através dos dados usados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia que indicam que o crescimento demográfico atingiu índices muito elevados – em 1940 a população urbana era de 22.123 habitantes e em 1970 passa para 111.466, com crescimento de 404% em 30 anos, como mostra a tabela a seguir.

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	% URBANA	% RURAL
1940	22.123	20.056	42.179	52.5 %	47.5 %
1950	35.799	19.185	54.874	65.1 %	34.9 %
1960	71.717	16.565	88.282	81.2 %	18.8 %
1970	111.466	13.240	125.706	89.4 %	10.6 %
1980	231.598	9.363	240.961	96.1 %	3.9 %
1991	358.165	8.896	367.061	97.5 %	2.5 %
2000	488.982	12.232	501.214	97.56 %	2.44 %

Tabela 1 – Fonte: Censo Demográfico de MG - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 – 1980 – 1991 – 2000 Anuário Estatístico de MG, 2009.

Além disso, Uberlândia ingressou na década de 70 numa fase de crescimento econômico acelerado que levou a uma intensa divisão técnica e social do espaço, baseada na divisão técnica e social do trabalho. Essa divisão é clara a nível da indústria e do setor de comércio e serviços. O município é caracterizado, de acordo com o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), como um centro polarizador em sua microrregião e considera-se que está situado em uma região de alto estoque de riqueza. Além disso apresenta altos padrões de desigualdade e alto déficit habitacional. Essas são características de cidades inseridas, de acordo com a definição do PlanHab de tipologia de municípios, no **Tipo D - Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Centro-Sul** como pode ser observado na imagem a seguir:

Quadro - Tipologia de municípios utilizada nas análises

Mais de 100 mil habitantes	A - Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo B - Principais aglomerações e capitais ricas C - Aglomerados e capitais prósperas N e NE D - Aglomerados e centros regionais Centro Sul
Entre 20 e 100 mil hab	E - Aglomerados e centros regionais N e NE F - Centros urbanos em espaços rurais prósperos G - Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo.
20 mil hab	H - Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza I - Pequenas cidades em espaços rurais prósperos J - Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com menos de baixo dinamismo. K - Pequenas cidades em espaços rurais pobres, com alto dinamismo.

Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública / LabHab-Fupam / Logos Engenharia, a partir do Estudo Tipologia das Cidades Brasileiras do Observatório das Metrôpoles, 2005.

Quadro 1 – Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

O déficit habitacional de Uberlândia, segundo dados de 2009 da Qualass Consultoria citados pela Prefeitura, é de 49552 unidades habitacionais. Com relação às favelas e loteamentos irregulares especificamente, tem-se a imagem abaixo:

Tipologia	Nº assentamentos	%	Domicílios	%	População	%
Favela	6	37,50	826	19,02	3.035	19,01
Loteamentos irregulares	10	62,50	3.516	80,98	12.927	80,99
Total	16	100,00	4.342	100,00	15.962	100

Fonte: Qualass Consultoria

Tabela 2 – Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

Como dito anteriormente, a oferta e a disponibilidade de moradias adequadas em lotes consolidados e urbanizados em Uberlândia são bastante baixas para a população de baixa renda. Esses lotes se valorizam rapidamente por conta da especulação imobiliária e a forma mais acessível dessa população conseguir moradia é através do Estatuto da Cidade, que regulamentou os instrumentos de socialização da terra, como a ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e o IPTU progressivo no tempo, no qual ocorre aumento progressivo do valor do IPTU de um imóvel, caso seu proprietário não utilize ou deixe abandonado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

As Zonas Especiais de Interesse Social são áreas destinadas à produção habitacional de interesse social e em Uberlândia foram classificadas em três categorias, de acordo com suas especificidades:

- ZEIS I – regiões ainda não parceladas e que foram destinadas para implantação de habitação de interesse social. São subdivididas em quatro áreas diferenciadas: Shopping Park e Parque dos Jacarandás; Jardim Vica; Jardim Glória; Cidade Verde;
- ZEIS II – regiões que serão objeto de regularização fundiária, onde existe o parcelamento do solo de forma irregular;
- ZEIS III – regiões que já receberam ou poderão receber habitação de interesse social (Programa Minha Casa Minha Vida) em áreas já parceladas.

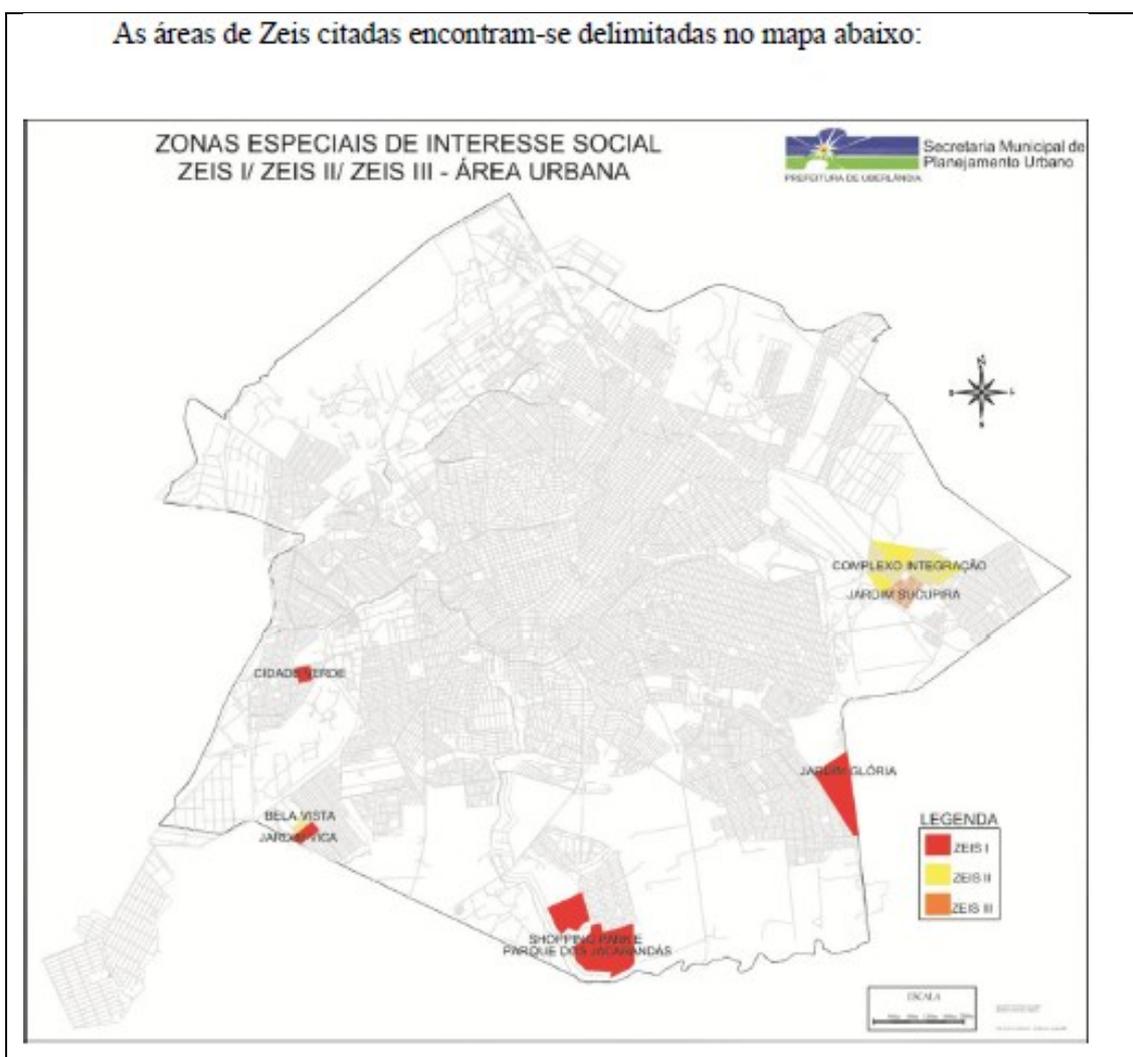


Figura 1 – Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

A área do Glória, pertencente à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), encontra-se destinada à produção habitacional de interesse social por conta de um acordo feito com a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Segundo o Blog Glória em Foco (2017), nesse acordo ficou prevista a implantação de uma Zona Especial de Interesse Social

(ZEIS) na área, impedida de ser regularizada por questões jurídicas. Isso prejudicou a concretização desse acordo e a efetivação da ZEIS.

5. QUARTO CAPÍTULO

5.1 OCUPAÇÃO EM ÁREA QUE PERTENCE À UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Em janeiro de 2012, aconteceu a ocupação da área pertencente à União que estava destinada a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para construção de um novo campus. Essa área é conhecida popularmente como “triângulo do Glória” ou como “bairro Élisson Prieto”, por seus moradores. Possui aproximadamente 65 hectares, ou 650 mil m², e se localiza na periferia de Uberlândia próxima à Rodovia BR-050. Sua ocupação ocorreu após a reintegração de posse de uma outra área da cidade que fez com que cerca de 50 famílias viessem a ocupar a área do “triângulo do Glória”, que está desde 2012 em impasse judicial.

Parte dessas famílias eram do Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB). Os ocupantes do Glória são provenientes de Uberlândia e até de outros municípios e regiões do Brasil. Muitos vieram de assentamentos existentes na cidade, como a antiga ocupação de uma área próxima ao CEASA – Central de Abastecimento S.A, onde viviam cerca de 350 famílias. (BLOG GLÓRIA EM FOCO, 2017).

Localização do “triângulo do Glória” em Uberlândia:



Figura 2 – Fonte: Elaborada pela autora. Imagem: Google Maps, 2017.

Ocupações que originaram o Assentamento Glória:

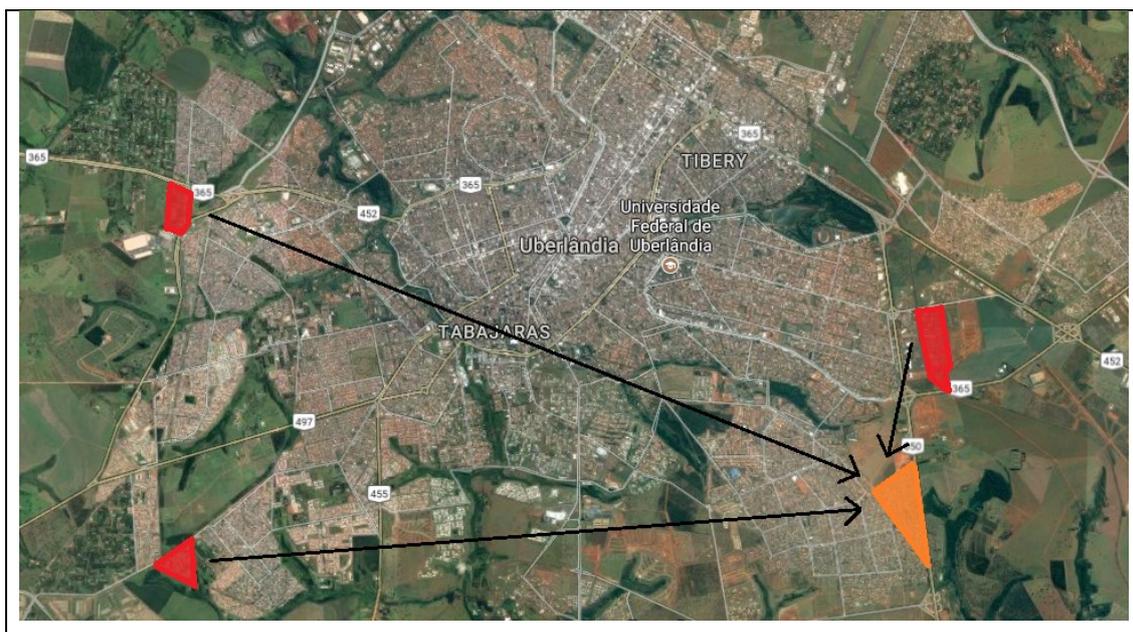


Figura 3 – Fonte: Elaborada pela autora. Imagem: Google Maps, 2017.

A característica comum entre a maioria dos moradores, segundo entrevistas realizadas para este trabalho, é que antes de chegarem ao assentamento pagavam valores elevados de aluguel se comparado com suas rendas. Isso os impedia de suprir necessidades tão importantes quanto moradia, como alimentação, saúde, escola, lazer entre outros. Dos ocupantes, muitos tentaram o programa Minha Casa Minha Vida e nunca foram atendidos. Como não tinham condições de comprar um terreno e precisavam sair do aluguel, a alternativa foi mudar para ocupação e aos poucos ir construindo suas casas.

Segundo o Coordenador Geral e Vice Presidente da Associação dos Moradores, hoje o lugar abriga 2350 famílias e possui entre 15 e 16 mil habitantes. O local conta com área reservada para equipamentos públicos como escolas e unidade de saúde, ruas demarcadas e lotes numerados pelos próprios moradores, além de pontos de comércio. É conhecido pelos moradores como bairro Élisson Prieto.

Segundo o Blog Glória em Foco (2017), ocorreu no assentamento a contratação de um topógrafo para o desenho urbano da área e essa decisão foi tomada em assembleia, na qual cada morador contribuiu com 32 reais para o pagamento do serviço. Portanto, nota-se que a ocupação desde o início procurou respeitar alguns padrões urbanos, buscando facilitar posteriormente uma futura regularização.

É preciso destacar também o crescente número de empreendimentos dentro do bairro Élisson Prieto. Os mais comuns são padarias e mercearias, mas também existem serralherias, loja de materiais de construção e até mercados. Esses empreendimentos são importantes porque atendem a população local e empregam os moradores da ocupação. As crescentes oportunidades de trabalho dentro do assentamento com certeza é algo positivo para a comunidade.



Figura 4 – Fonte: Autora (2017).

Outro ponto importante na ocupação é a ocorrência de uma melhoria na qualidade das construções que diferente dos primeiros anos, no qual os moradores viviam em pequenos barracos, atualmente já existem casas feitas de alvenaria, algumas até com revestimento e pintura. Apesar dessa melhoria, muitas casas ainda são bem precárias, com paredes em alvenaria sem reboco, telhas de fibrocimento e com até cinco cômodos. Outro destaque importante foi o surgimento da Associação dos Moradores. Apesar disso, a infraestrutura do assentamento ainda é precária e não possui asfalto, nem coleta de lixo, rede de esgoto ou energia elétrica. Por não ser um bairro legalizado, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e o Departamento Municipal de Água e Esgoto não atuam na região.

A falta de regularização do assentamento faz com que sua população receba de forma inadequada serviços importantes para a qualidade de vida de todo cidadão. Desde o surgimento da ocupação os moradores se mobilizam para conseguir serviços de saúde, escola, transporte, energia e saneamento. Com relação ao saneamento básico, foram

colocados registros na entrada da ocupação e a água chega nas casas através de mangueiras instaladas pelos próprios moradores. O problema dessa distribuição é que algumas mangueiras romperam, por não terem sido enterradas, ocasionando um grande desperdício de água. Também não existe sistema integrado de tratamento de esgotos e o lixo é descartado em caçambas próximas à Associação dos Moradores ou em outros locais, dentro do bairro, de maneira irregular. (BLOG GLÓRIA EM FOCO, 2017).

A distribuição de energia elétrica é realizada de forma clandestina, por meio de “gatos”, feitos nos postes pelos próprios moradores do bairro, prejudicando a realização de diversas atividades por parte da população. Além disso, a irregularidade na energia coloca em risco a vida de milhares de moradores do local, pois as quedas de fio e curto circuito são frequentes. Com relação ao transporte público, as linhas de ônibus não adentram o assentamento e os pontos ficam na avenida que divide o bairro São Jorge e a área do “triângulo do Glória”. Segundo o Blog Glória em Foco (2017), o único ônibus que atende a região é o A327 “via Glória” e esta linha só começou a funcionar em junho de 2016. É importante destacar que dentre todos os serviços básicos citados, apenas o requerimento de energia elétrica foi feito e a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais aguarda a regularização do assentamento.



Figura 5 – Fonte: Autora (2017).

Com relação a regularização, o papel das mulheres merece destaque no assentamento. Segundo o Blog Glória em Foco (2017), elas participam de todos os debates sobre as questões que envolvem a ocupação, lutando pela terra e por seu direito

à moradia. Como exemplos temos a presidente da Associação dos Moradores do bairro, Mineia Nunes, e a líder comunitária conhecida como Gi que passou a se envolver ativamente na luta pela legalização do assentamento e pela infraestrutura básica necessária. Essas e outras mulheres são sinônimo de empoderamento, como mostra a fala de Flávia Cristina, moradora do Glória, em entrevista para o blog: “Eu sou uma mulher guerreira. Eu sinto que eu sou mais mulher ainda depois que eu vim para cá”.

Para concluir, a importância do assentamento na área do “triângulo do Glória” e de vários outros existentes, tanto em Uberlândia quanto no Brasil, está exatamente em proporcionar às pessoas desprovidas de condições financeiras a chance de terem uma casa e uma vida mais digna. É inegável que além das pessoas carentes que necessitam de um lugar para viver, existem pessoas mal intencionadas com condições de morar em um lugar legalmente adquirido. Porém, esse fato não desmerece a grande maioria da população que reside em assentamentos e que são trabalhadores honestos. Além de se pensar em números, lucros e prejuízos é preciso priorizar o ser humano e suas necessidades.

5.2 ANÁLISES DA ÁREA DE ESTUDO

5.2.1 LEITURA HISTÓRICA DO ASSENTAMENTO

A constituição histórica do assentamento localizado na área conhecida popularmente como “triângulo do Glória” se relaciona com a Universidade Federal de Uberlândia. O campus Glória é um projeto antigo que a Universidade tem de condensar suas atividades em um único lugar. A primeira área do campus foi doada pela Prefeitura de Uberlândia, em 1973. Anos depois foi cortada pela construção da BR-050, ficando dividida entre a gleba tratada como triângulo do Glória (terreno do atual assentamento) e o espaço que sedia a fazenda, nascente e córregos da região.

A segunda área foi trocada pelo terreno do Lagoinha (atual Parque de Exposições do CAMARU) que pertencia à prefeitura e foi doada à Universidade juntamente com a doação do Glória. A terceira área foi adquirida em 1979 da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia – FAEPU. Já em relação ao processo de chegada das famílias no assentamento, as primeiras áreas a serem ocupadas foram as mais ao norte do terreno, próximas ao bairro São Jorge. Em 2014 e 2015, ocupou-se a área mais próxima da rodovia – respeitando o afastamento de 20 metros previstos por lei – e em 2016 aconteceu a chegada de famílias nas últimas áreas livres, ocupando o sul e a borda do assentamento.

As famílias que moram no “triângulo do Glória” enfrentam muitas incertezas sobre o assentamento e ainda temem a desocupação do local. Em 2013 a Polícia Militar (PM) foi notificada pelo Ministério Público Federal em relação à reintegração de posse e uma reunião entre representantes da UFU, Polícia Civil, Polícia Federal e do Exército foi convocada para apresentar o plano de ação, táticas militares, custos e impactos da operação. Com relação a esses impactos foi estimado algo próximo de 40 mortos entre moradores e policiais. Essa reintegração não ocorreu e surgiu uma outra solução, na qual a União cederia para UFU parte da Fazenda Capim Branco e ficaria com a área do “triângulo do Glória”. A Fazenda Capim Branco fica próxima ao bairro Tocantins, na zona oeste da cidade. A ideia da troca era que posteriormente a área do “triângulo do Glória” fosse cedida para Prefeitura Municipal de Uberlândia e que, posteriormente, a mesma fizesse a regularização e urbanização da área. (BLOG GLÓRIA EM FOCO, 2017).

De acordo com o site G1 – Triângulo Mineiro (2016), antes dessa proposta surgir a Justiça Federal estabeleceu em março de 2016 um prazo de dez dias à UFU para o cumprimento da reintegração de posse, porém a determinação não foi cumprida. Desde que a área foi invadida em 2012 foi a quinta vez que a Justiça determinou ordem de despejo. No dia 14 de abril de 2016, a Universidade discutiu com o Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB) ações em prol de uma solução pacífica para o assentamento e em maio do mesmo ano o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorizou a doação da Fazenda Capim Branco para UFU. A Fazenda Capim Branco foi avaliada em torno de R\$ 58 milhões e seria doada para UFU caso ela desistisse da ação de reintegração de posse da área do Glória.

Segundo o site G1 – Triângulo Mineiro (2016), a Universidade disse que era favorável à troca desde que não tivesse prejuízos, pois o terreno ocupado no campus Glória vale cerca de R\$ 65 milhões. Um novo prazo foi dado para que a UFU se manifestasse sobre a troca dos terrenos e apesar disso, no dia 13 de junho de 2016, o juiz federal José Humberto Ferreira determinou que a Polícia Federal (PF) apresentasse um planejamento estratégico para que a ordem de reintegração de posse da área invadida no campus fosse cumprida. Por fim, no dia 24 de março de 2017, o Conselho Universitário (Consun/UFU) aprovou a doação da área do “triângulo do Glória”, pertencente ao campus Glória da UFU para o governo estadual ou municipal para que seja feita a regularização fundiária do local.

O reitor da Universidade Federal de Uberlândia, Valder Steffen, esclareceu que caberá à Prefeitura e/ou ao governo estadual a regularização da área nos parâmetros da legislação e acrescentou que a regularização prevê que o assentamento seja transformado em um bairro no prazo de cinco anos, com todos os equipamentos públicos instalados. A UFU participará desse processo na elaboração do projeto urbanístico de regularização fundiária, a partir da disponibilização de sua competência técnica, cabendo ao governo – através da Prefeitura, Estado ou ambos – todo o investimento necessário para que isso ocorra. Enquanto isso, a Universidade aguarda a doação da Fazenda Capim Branco. (G1 – TRIÂNGULO MINEIRO, 2017).

De acordo com o site G1 – Triângulo Mineiro (2017), o coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de Minas Gerais (MTST), Marcos Campos Oliveira, acredita que a resolução aprovada pela UFU representa um grande avanço para as famílias de baixa renda que estão ocupando parte da área do campus Glória. Isso porque com a regularização da área essas famílias passarão a ter dignidade e segurança, além de contribuir com seus impostos para o crescimento de Uberlândia. A grande maioria dos ocupantes demonstram interesse em pagar pela terra ocupada e também pelos serviços públicos que faltam. O que eles mais querem é a regularização da área.

5.2.2 LEITURA DO ESPAÇO URBANO

5.2.2.1 VISADAS E MARCOS

Os marcos existentes no assentamento estão ligados a vários tipos de objetos e lugares, dentre eles a avenida de interseção entre o bairro São Jorge e a ocupação, Chapada dos Guimarães. A plenária, associação de moradores, a capela, o espaço de festas comunitário, a Rua Paulo Freire e o campo de futebol também são considerados marcos pelos moradores. Além desses, existem os comércios com suas nomenclaturas e as árvores de maior porte presentes em algumas ruas. Além destes pontos no interior da ocupação, há outros marcos como o lixão, a sede e o espaço vazio da fazenda ao norte, posto de gasolina na rodovia, a área de preservação permanente do bairro Santa Luzia, o campus Glória, a rodovia BR-050, o anel viário sul, a Avenida João Naves de Ávila e a caixa de água do bairro São Jorge.

MARCOS REFERENCIAIS

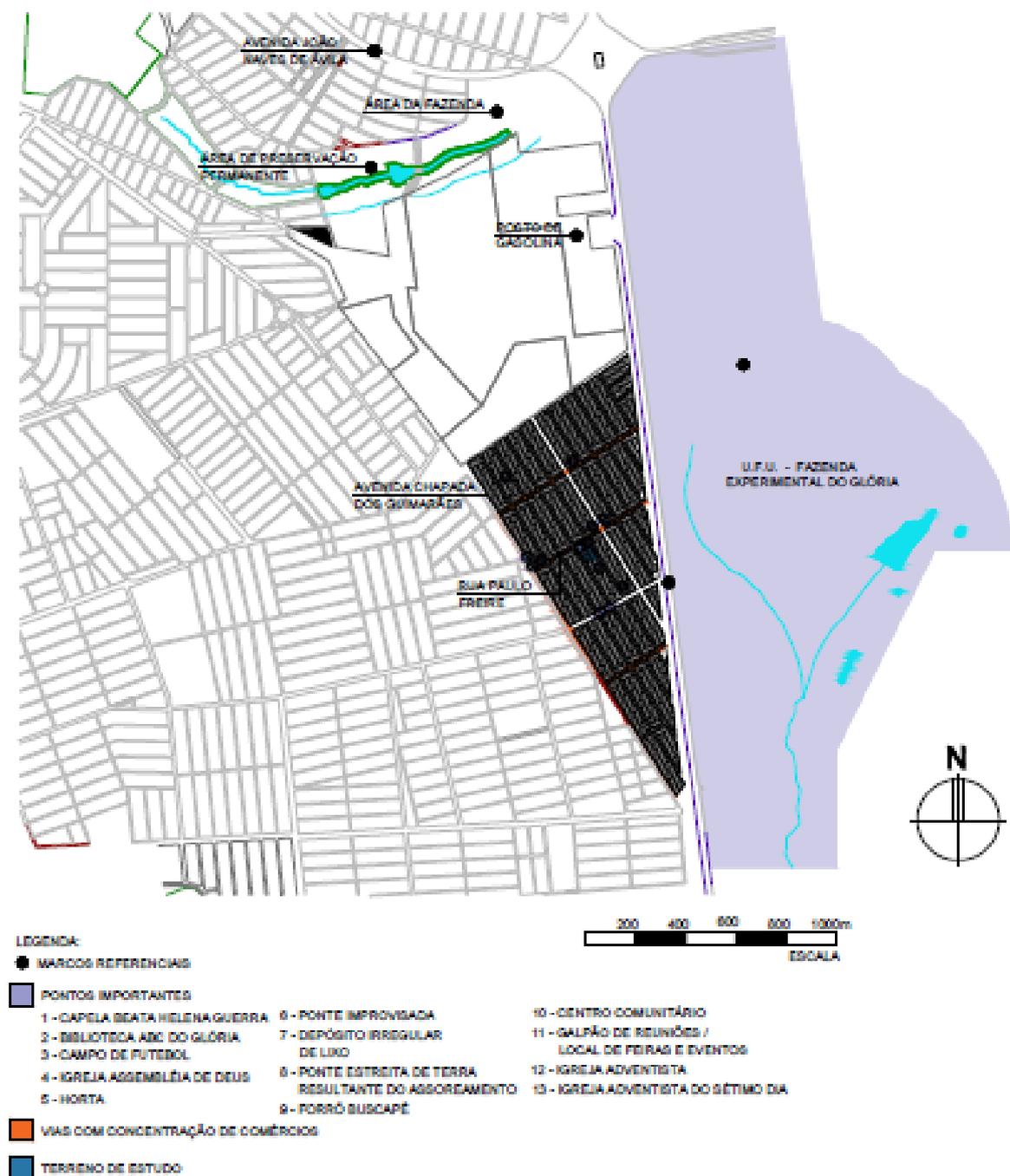


Figura 6 – Fonte: Autora (2017).

5.2.2.2 USO E OCUPAÇÃO / GABARITO

O uso predominante do entorno do Assentamento Glória é residencial, além disso, usos institucionais, comércio e serviços são bem dispersos. Nas avenidas onde passam as linhas de transporte coletivo é onde existe maior número de atividades diversificadas.

O gabarito é predominantemente horizontal, assim como do assentamento. Existem várias edificações com dois pavimentos dispostas de forma dispersa pelos bairros e não há nas proximidades áreas verticalizadas. As edificações mais altas encontradas são de três a quatro pavimentos de uso residencial. Dos estudos levantados *in loco* foram encontrados diversos comércios e alguns serviços, além dos espaços como a plenária, associação de moradores, a capela, o espaço de festas comunitário e o campo de futebol.

MAPA USO E OCUPAÇÃO

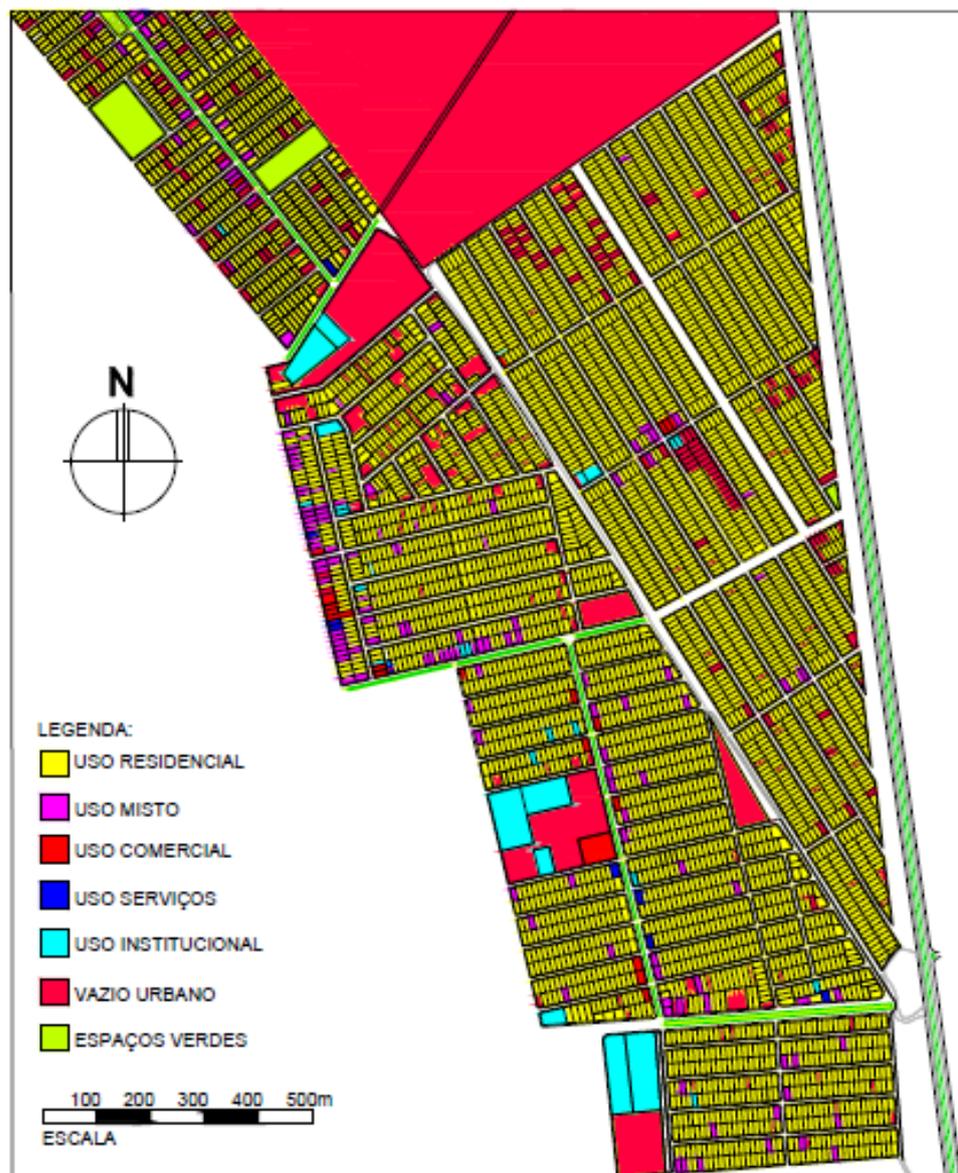


Figura 7 – Fonte: Autora (2017).

5.2.2.3 EQUIPAMENTOS URBANOS

Destaca-se a considerável quantidade de escolas públicas próximas ao Assentamento Glória, no bairro São Jorge, que atende a população, segundo pesquisa feita in loco. Apesar disso, as escolas municipais e estaduais do São Jorge não possuem mais capacidade para atender os dois públicos, fazendo com que os moradores do assentamento procurem vagas em outros colégios mais distantes. Com relação aos hospitais e postos de saúde, os moradores da ocupação tem que se deslocar para unidades de saúde distantes do assentamento como o UAI Pampulha, pois o UAI São Jorge, no bairro vizinho, não aceita pessoas sem o comprovante de residência e sua capacidade já está saturada.

Um ponto positivo é a proximidade como a Avenida João Naves de Ávila, uma das principais de Uberlândia, pois facilita a ligação do loteamento com o restante da cidade. Além disso, tem a proximidade com o Terminal Santa Luzia que auxilia na mobilidade dos moradores. Porém, existe uma falta de transporte público no assentamento, pois não há circulação de ônibus dentro da ocupação, fazendo com que os moradores tenham que se deslocar ao São Jorge para conseguirem se locomover ao resto da cidade.

Distância do assentamento à pontos relevantes da cidade de Uberlândia:





Figura 8 – Fonte: Elaborada pela autora. Imagem: Google Maps, 2017.

A BR-050, ao mesmo tempo que pode ser considerada uma barreira, ela incentiva o comércio de assistência a rodovia, com hotéis, posto de gasolina e postos de parada. Outro fator de peso para o assentamento é a presença do campus Glória, pois ele é um forte elemento de desenvolvimento para a cidade já que envolve diversos setores como o imobiliário, comercial, social, etc. O campus Glória é responsável pela dinâmica econômica dos terrenos em seu entorno, pelo fluxo e diversidade de usos da região. Sendo assim, sua proximidade com o assentamento faz com que os lotes se valorizem e a construção de comércios, instituições, áreas de lazer entre outros se tornem necessárias no espaço.

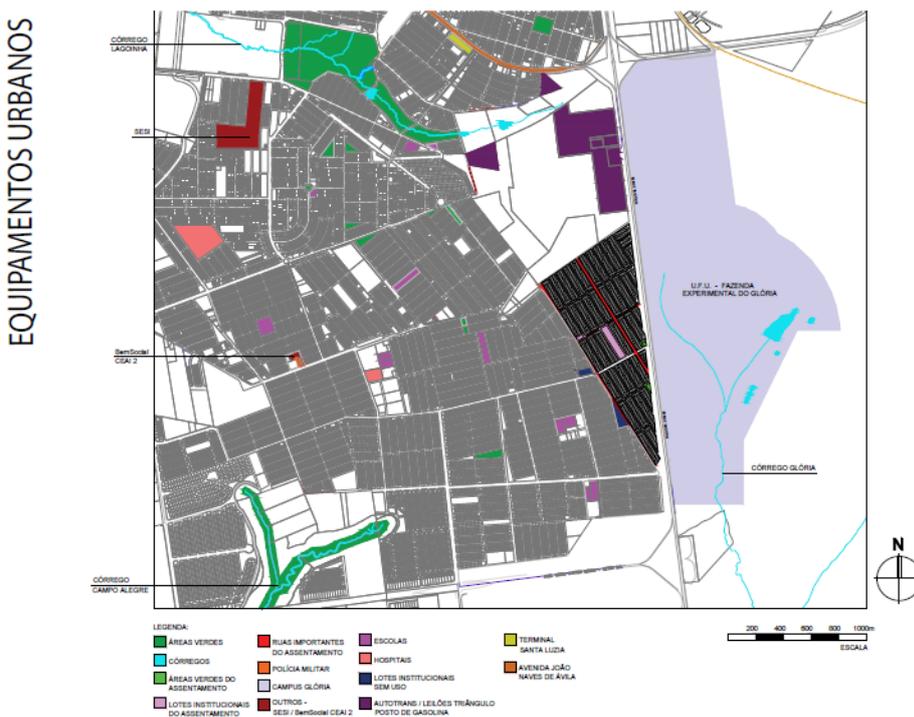


Figura 9 – Fonte: Autora (2017).

No bairro, percebem-se alguns recursos culturais que já se caracterizam como potencialidades. São eles: o centro comunitário, a Igreja Católica e o ABC do Glória. No primeiro caso, eventos comunitários ocorrem semanalmente, como por exemplo o forró, e os moradores também se reúnem lá quando são convocados para alguma assembleia. Esse local é considerado ponto referencial para a comunidade e faz parte da sua identidade. O segundo recurso cultural identificado é a Igreja Católica, ainda em fase de construção, que já exerce forte influência nos moradores, principalmente em eventos de cunho social, com o objetivo de arrecadar doações ou qualquer tipo de ajuda para o assentamento. O terceiro recurso cultural existente na região é o Centro Voluntariado Universitário (CVU) de Uberlândia.

Segundo o Blog Glória em Foco (2017), o CVU é uma organização que desenvolve projetos sociais em diversas cidades nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O projeto realizado no Glória recebeu o nome de “ABC do Glória” e teve início em 2016, com objetivo de promover aulas de reforço escolar para as crianças da ocupação. Para as crianças mais novas o espaço também oferece brinquedos e jogos. O ABC do Glória surgiu com a parceria entre uma moradora do bairro, conhecida como Dona Terezinha, e duas alunas da Universidade Federal de Uberlândia, Amanda e Cissa, voluntárias do CVU.

Dona Terezinha tinha um terreno vago na ocupação e queria instalar no local um projeto social. As duas estudantes, após visitarem a ocupação, perceberam a carência das crianças com relação ao ensino e assim surgiu a parceria, nascendo o ABC do Glória. Diversas campanhas de arrecadação foram feitas e mais de 700 livros foram conseguidos para montagem da biblioteca, além de roupas e materiais escolares. No período de um ano o projeto cresceu e novos voluntários se juntaram, atendendo cada vez mais crianças.

Atualmente, o projeto conta com aproximadamente 30 crianças e, além dos reforços em Português e Matemática, acontecem atividades como teatro, jogos e brincadeiras. No segundo semestre de 2016 a UFU passou a apoiar o projeto, oferecendo transporte aos voluntários do campus Santa Mônica até a área do “triângulo do Glória”, lanche para as crianças, materiais escolares e até já realizou eventos como workshops e palestras juntamente com os voluntários. (BLOG GLÓRIA EM FOCO, 2017).



Figura 10 – Fonte: Autora (2017).



Figura 11 – Fonte: Autora (2017).

5.2.2.4 MOBILIDADE

As avenidas que já estão implantadas no Assentamento Glória possuem um planejamento básico, ainda não executado totalmente. Muitas sofrem com problemas de infraestrutura, com muita erosão devido ao escoamento da água e com esgoto a céu aberto, em alguns casos. As vias não permitem acesso adequado de pessoas portadoras de necessidades especiais e um dos principais problemas de mobilidade, que não afeta apenas pessoas com necessidades especiais, é a parte onde existem erosões. Nesses locais a passagem é feita através de pequenas pontes de madeira. Outra questão é a inclinação de algumas vias e o estado de conservação, as mesmas possuem buracos e escoamento de esgoto superficial, impedindo o trânsito de pedestres e cadeirantes.

Uma das avenidas do assentamento configura-se com um maior potencial, pois cria uma conexão forte entre o campus Glória e o restante da cidade na medida em que é uma continuação da Rua Geralda Francisca, do bairro São Jorge e que pode terminar, com um bom planejamento, do outro lado da rodovia que se configura atualmente como uma grande barreira. As avenidas que ainda não foram implantadas, que fazem parte do plano da prefeitura, encontram-se principalmente na região situada na porção norte do assentamento, no vazio urbano que existe entre a nascente do córrego Lagoinha e o início do assentamento. Essas avenidas, apesar de ainda inexistentes, configuram-se também

como elemento conector entre o campus Glória e a cidade, sendo, portanto, potencial de desenvolvimento tanto do comércio da área quanto do transporte.

Com relação às linhas de ônibus, os moradores do assentamento utilizam as que passam pelo bairro São Jorge, sendo que os transportes coletivos não entram na ocupação, fazendo com que os moradores tenham que andar até os pontos de ônibus mais próximos do bairro vizinho para conseguirem se locomover para outras regiões da cidade. Recentemente, a linha de ônibus A327 teve sua rota ampliada para margear o assentamento, passando pela Avenida Chapada dos Guimarães, facilitando a vida dos diversos moradores da ocupação que usam o ônibus como meio de transporte.

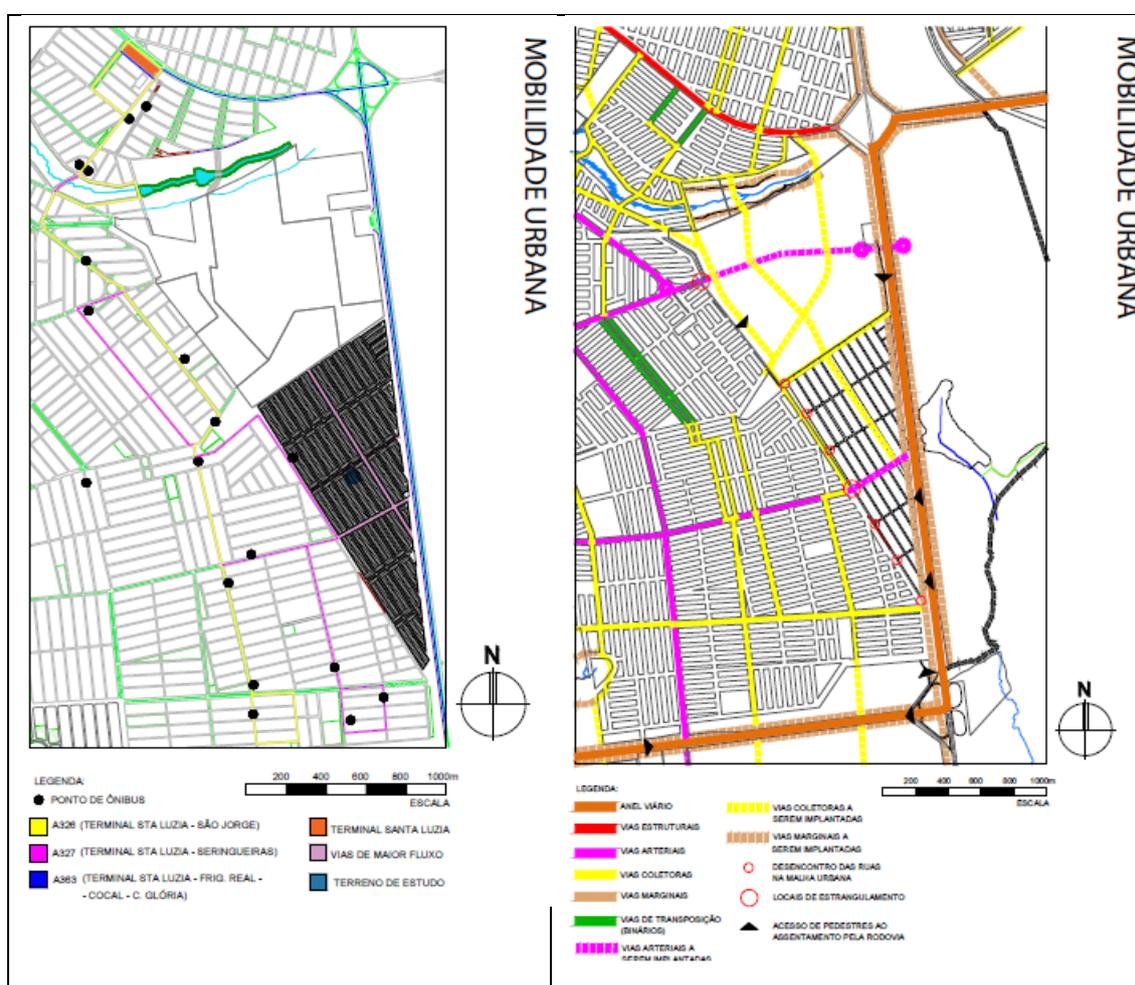


Figura 12 – Fonte: Autora (2017).

5.2.3 LEITURA DO TERRENO

Devido à disposição do traçado viário e do formato da gleba de terra onde o assentamento está implantado, as quadras variam de formato, tamanho e disposição, principalmente próximas ao recuo da BR-050. São 65 hectares em formato triangular com malha ortogonal e diferentes formatos de quadras, estruturadas por um traçado regular

das vias. A maior parte das quadras são retangulares, mas existem quadras trapezoidais e triangulares. Os lotes seguem uma padronização de 10 x 25 metros e as quadras maiores tem 50 x 250 metros.

Ao todo são 47 quadras com dimensões variadas, 16 ruas com aproximadamente 12 metros de largura, uma avenida com canteiro central de um metro com largura total de 24 metros, uma avenida sem largura definida e 2350 lotes. Nota-se que as quadras são muito compridas e não há conectividade da malha do bairro com os outros bairros. A disposição em que essas se encontram não contribui para uma boa distribuição dos ventos, favorecendo apenas o barramento dos ruídos, gerados na rodovia, pelas quadras próximas ao recuo da BR-050.

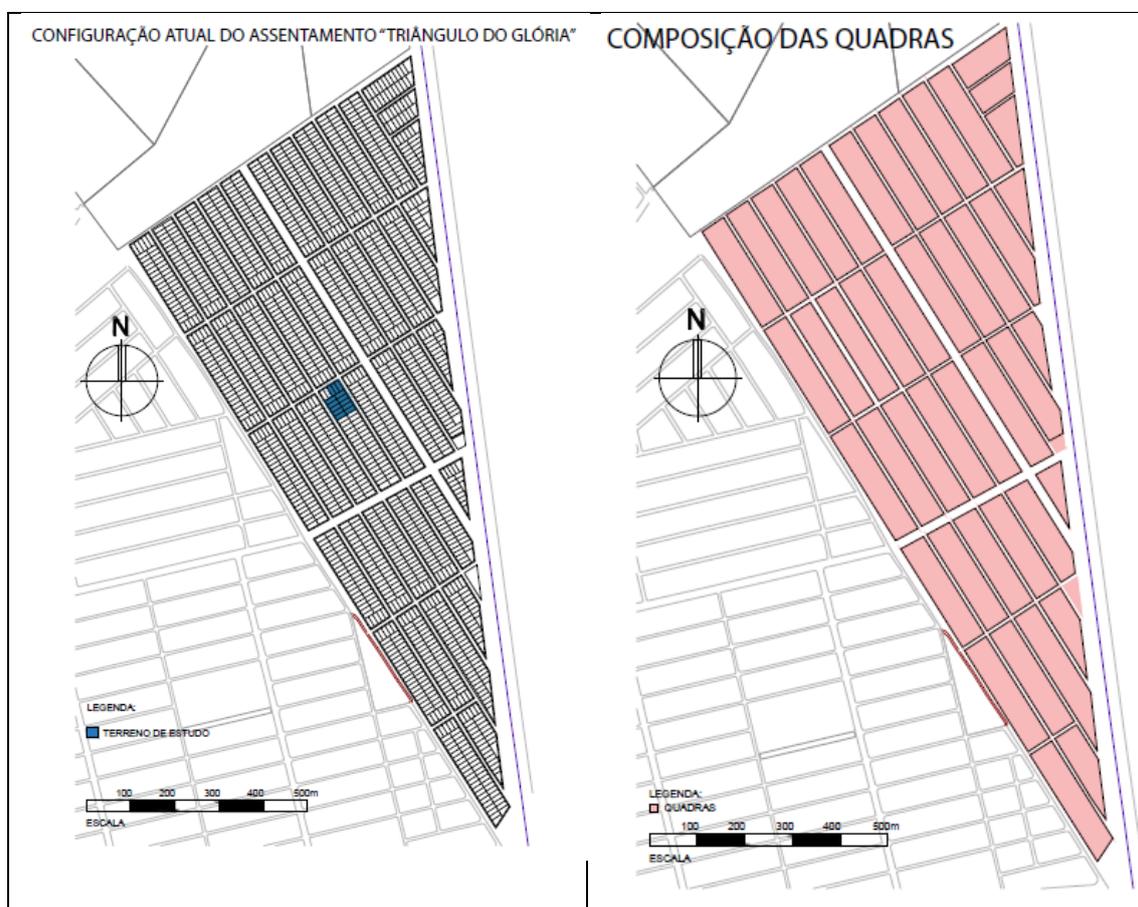


Figura 13 – Fonte: Autora (2017).

Quanto aos ruídos dentro do bairro, ele vem do fluxo de caminhões basculantes muito presentes pela necessidade de aterramento de alguns terrenos e no frete de materiais de construção, já que o assentamento ainda está em processo construtivo. Em relação aos bairros vizinhos não há ruídos, pois são basicamente residenciais e a gleba sem ocupação, ao norte, também afasta os ruídos advindos de áreas mais longínquas. Um grave problema

é a ausência de pavimentação de ruas e calçadas, que somadas à rede de drenagem juntamente com o escoamento das águas pluviais e esgoto a céu aberto causam erosões no assentamento. Devido à declividade acentuada de algumas áreas, como a margem da rodovia BR-050, o risco de inundações e erosões é muito maior.

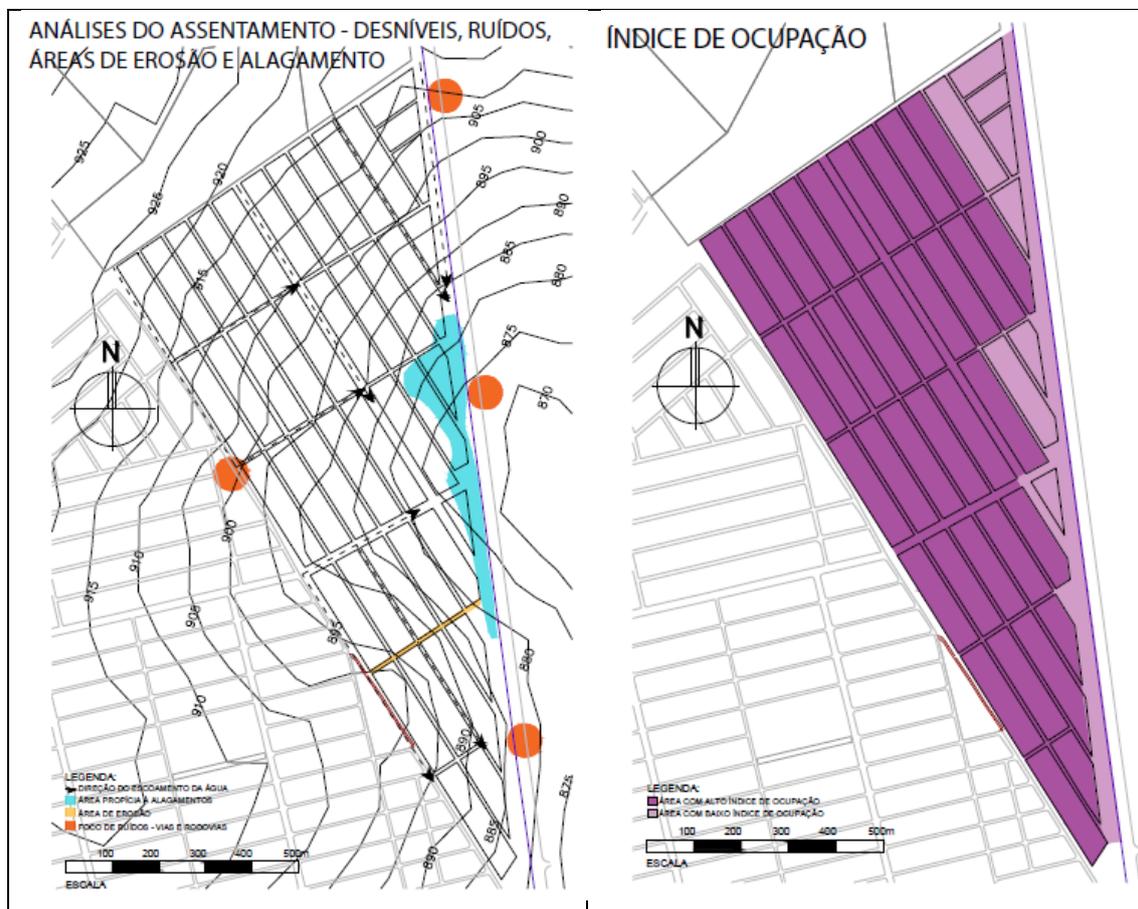


Figura 14 – Fonte: Autora (2017).

5.2.4 LEITURA DA LEGISLAÇÃO

É importante perceber que a maioria dos bairros de ocupação em Uberlândia, apesar de serem consolidados na ilegalidade, têm desde o início uma preocupação em delimitar áreas institucionais, áreas verdes, assim como a largura de ruas e calçadas. Contudo, essas áreas geralmente não são suficientes no caso de aprovações comuns de loteamento e nem para qualidade urbana. Por isso, para regularização de assentamentos, a legislação funciona de forma diferente, não exigindo a porcentagem mínima para essas áreas.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Uberlândia e sua legislação urbana, o valor referente à porcentagem de área institucional deve ser de 5%, o de área dominial 7%, áreas verdes de 5% e sistema viário deve ser 20%. Pode-se perceber no assentamento

um grande déficit de áreas institucionais e, principalmente, de áreas verdes que implica na falta de qualidade urbana. Esse déficit é observado na tabela abaixo:

	ASSENTAMENTO GLÓRIA	LEGISLAÇÃO
ÁREA INSTITUCIONAL	1,99%	5%
ÁREA DOMINIAL	0,00%	7%
ÁREAS VERDES	0,02%	5%
SISTEMA VIÁRIO	23%	20%

Tabela 3 – Porcentagem da legislação urbana de Uberlândia e do Assentamento Glória.

Com relação ao zoneamento e os índices urbanísticos da Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011, o assentamento localizado na área conhecida como “triângulo do Glória” se encaixa na Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1), que são regiões ainda não parceladas e que foram destinadas para implantação de habitação de interesse social. Essa região deve seguir os índices mostrados na tabela a seguir.

	ZEIS 1
TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	80
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO (%)	2,5
AFASTAMENTO FRONTAL MÍNIMO (m)	3*
AFASTAMENTO LATERAL E FUNDO MÍNIMO (m)	1,5*
TESTADA MÍNIMA (m)	8
ÁREA MÍNIMA DO LOTE (m²)	200

Tabela 4 – Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

* >2 Pavimentos: $AFR = H/10 + 2,10$, onde: AFR = Afastamento Frontal; $ALF = H/10 + 1,50$, onde: ALF = Afastamento Lateral e de Fundo; H = medida em metros, desde o nível médio do meio-fio, até o piso do pavimento mais alto da edificação, exceto casa de máquinas, caixa d’água e área privativa coberta até 35% da laje.

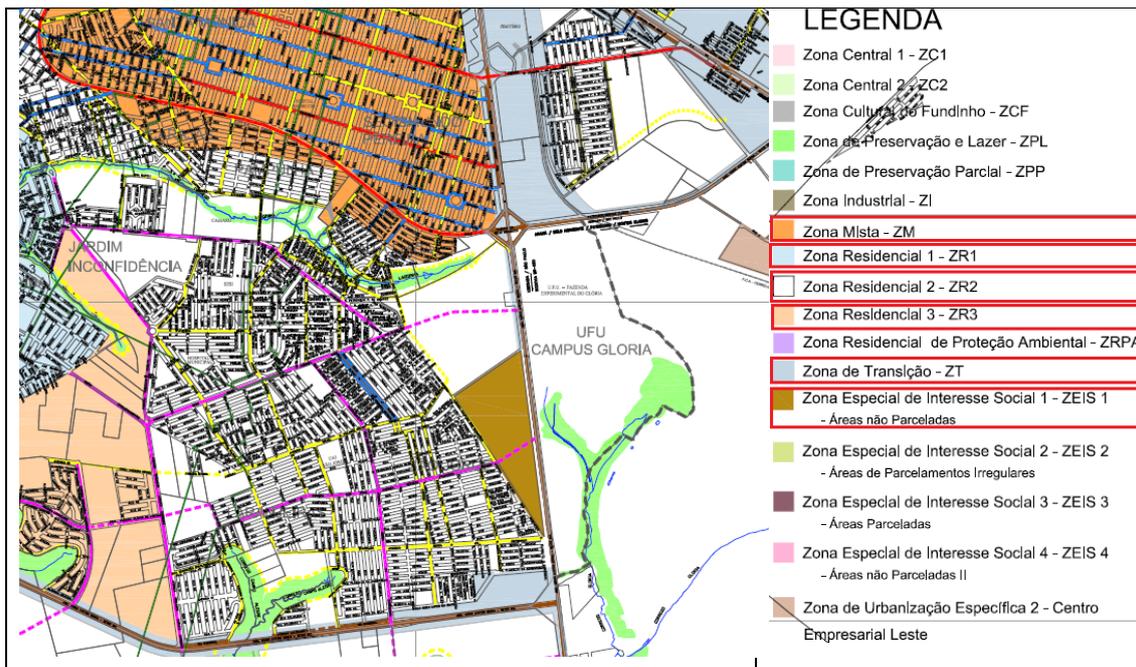


Figura 15 – Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Importante destacar que, de acordo com o Plano Diretor de Uberlândia e o Plano Diretor do campus Glória, externa a faixa da rodovia BR-050 deve ser preservada uma área não edificante de 20 metros de largura para implantação de via marginal. Além disso, deverão ser implantadas ciclovias ao longo das vias marginais e a largura da faixa de ciclovia, de acordo com a legislação, deve ser de três metros.

5.3 ESTUDO DO QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO

5.3.1 METODOLOGIA

Foram realizadas entrevistas com as famílias do assentamento da área do “triângulo do Glória” para verificar o nível de satisfação com a ocupação e o que precisa ser feito com mais urgência, desde infraestrutura até serviços públicos e equipamentos urbanos. Além disso, o questionário foi utilizado para traçar um perfil dos moradores do assentamento, já que não há dados oficiais desta população, visto que é uma ocupação recente, que se deu após o censo de 2010 do IBGE².

Para validar estatisticamente os dados obtidos com a aplicação dos questionários utilizou-se o site do Professor Dr. Glauber de Oliveira Santos, da Universidade de São Paulo, que disponibiliza uma calculadora on-line para o cálculo da amostra necessária em

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Principal órgão brasileiro de provimento de dados e informações a respeito do país e de sua população.

uma pesquisa com amostragem aleatória simples sobre variáveis categóricas. Segundo Santos, amostra aleatória simples é aquela na qual todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados e variáveis categóricas são aquelas medidas em uma escala nominal. Exemplos de variáveis categóricas: sexo (masculino/feminino), cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador), cor (azul, amarelo, vermelho).

A fórmula de cálculo amostral utilizada pela calculadora on-line é a seguinte:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

O valor encontrado para a amostragem da pesquisa realizada na área do “triângulo do Glória” foi de 93 famílias, considerando o erro amostral de 10% e o nível de confiança de 95%. Para o cálculo considerou-se a população envolvida como sendo 2350 famílias, conforme declaração da Associação dos Moradores do assentamento. Foram aplicados 100 questionários iguais com todas as famílias e a escolha dos entrevistados foi feita de maneira aleatória, tendo sido esclarecido o caráter de anonimato e confidencialidade dos dados. Não foram solicitadas informações pessoais como nome e endereço das famílias. Para realizar todas as entrevistas foram gastos quatro dias, sendo que em cada dia foram entrevistadas 25 famílias. As entrevistas aconteceram nos períodos da manhã e da tarde e ao todo foram feitas 22 perguntas, como pode ser verificado no questionário em anexo.

5.3.2 RESULTADOS

A primeira parte do questionário é composta de perguntas que traçam um breve perfil do assentamento localizado na área do “triângulo do Glória” e dos seus moradores, levantando dados sobre a composição populacional do assentamento, origem das famílias entrevistadas, sexo, faixa etária dos entrevistados e da população total, grau de escolaridade e estado civil. A seguir estão inseridos os gráficos que apresentam esses dados gerais:

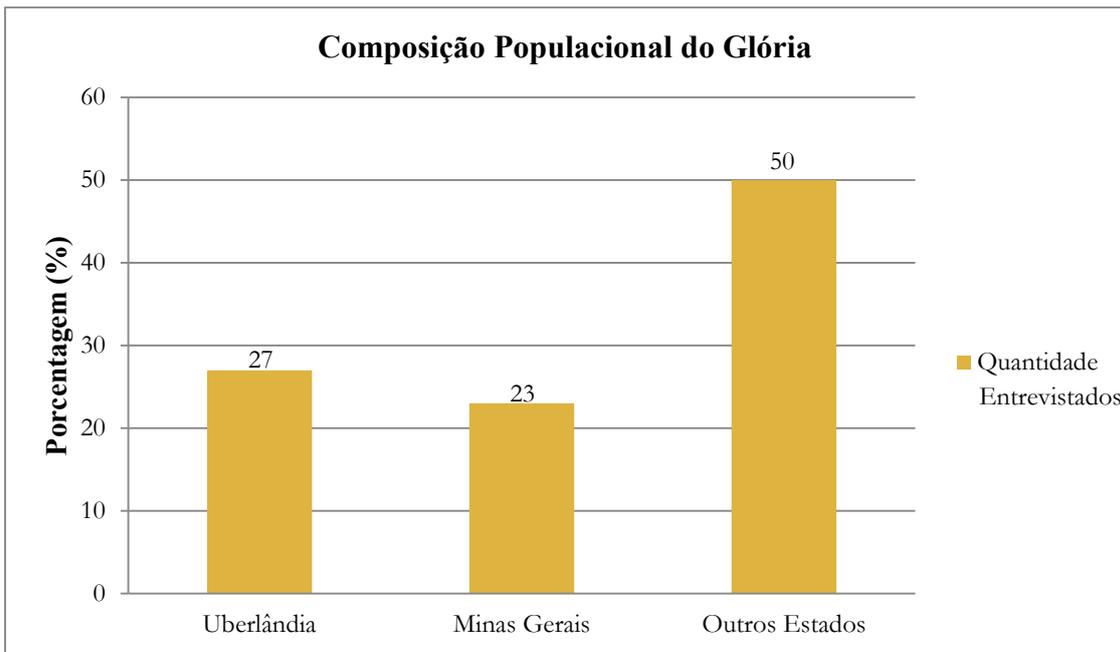


Gráfico 1 – Fonte: Autora, 2017.

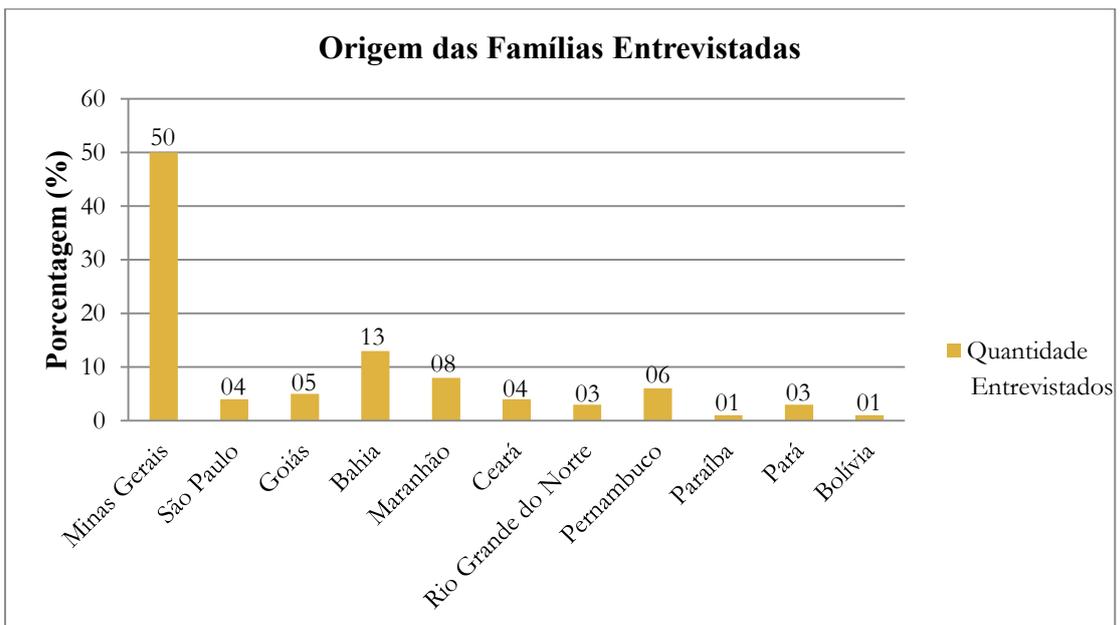


Gráfico 2 – Fonte: Autora, 2017.

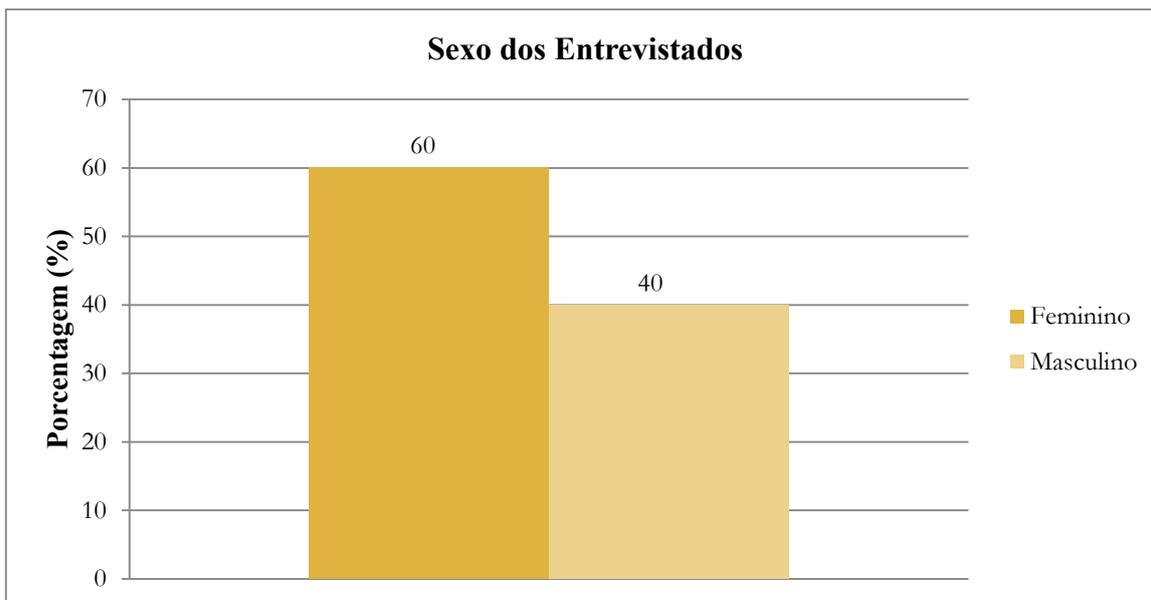


Gráfico 3 – Fonte: Autora, 2017.

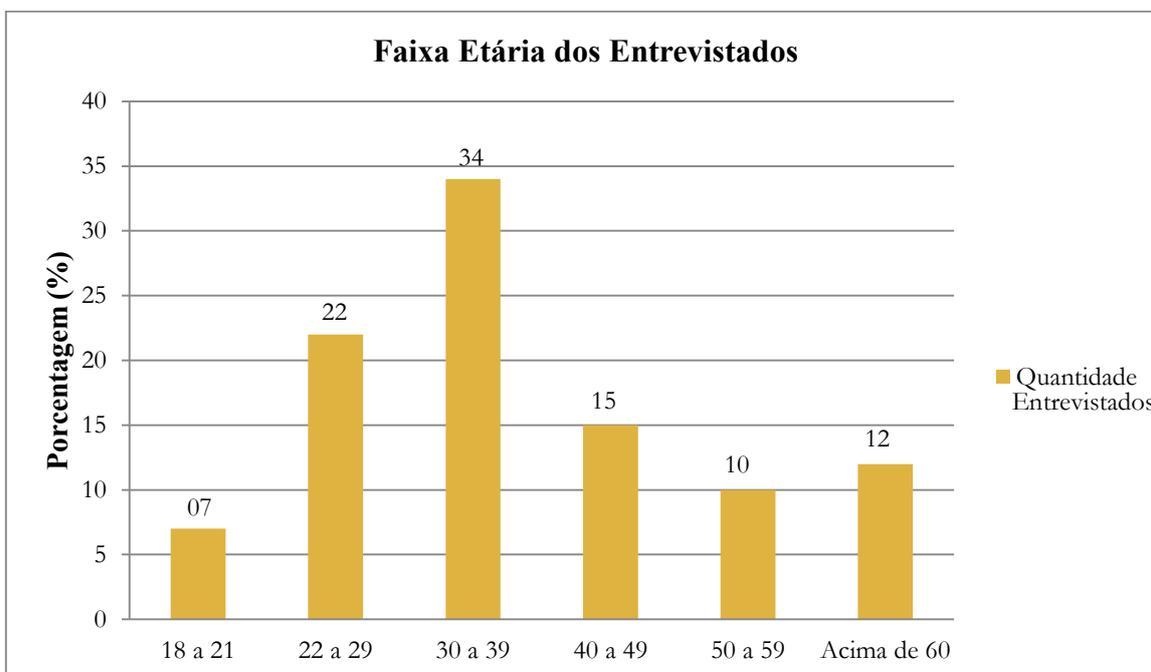


Gráfico 4 – Fonte: Autora, 2017.

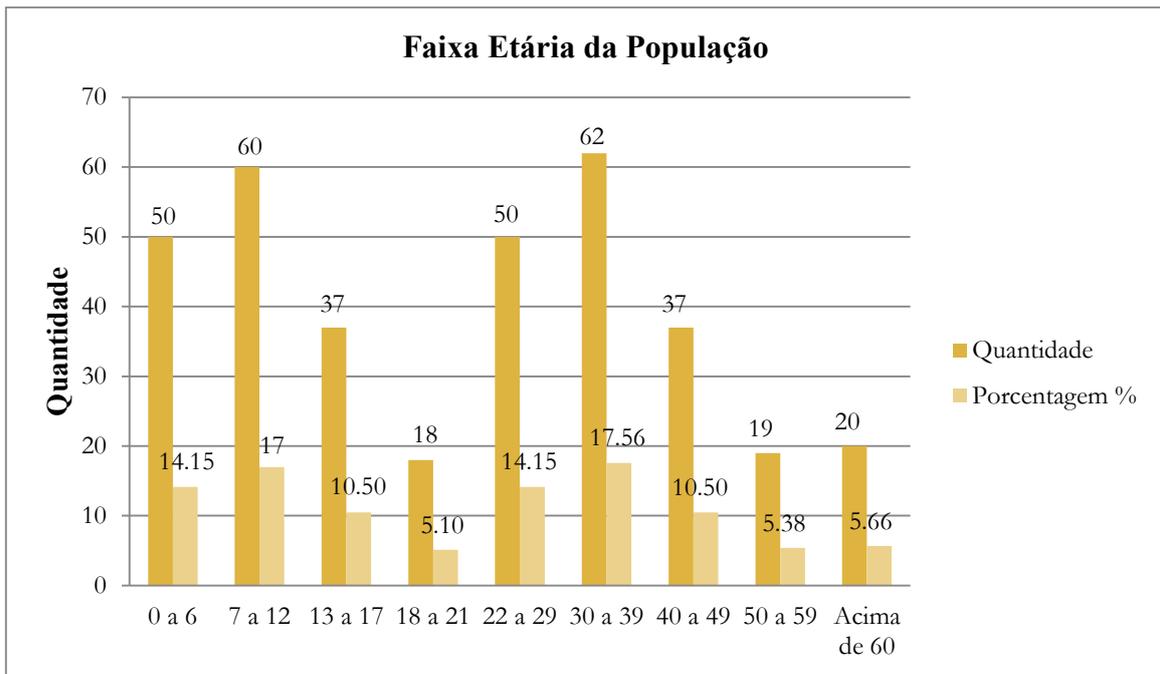


Gráfico 5 – Fonte: Autora, 2017.

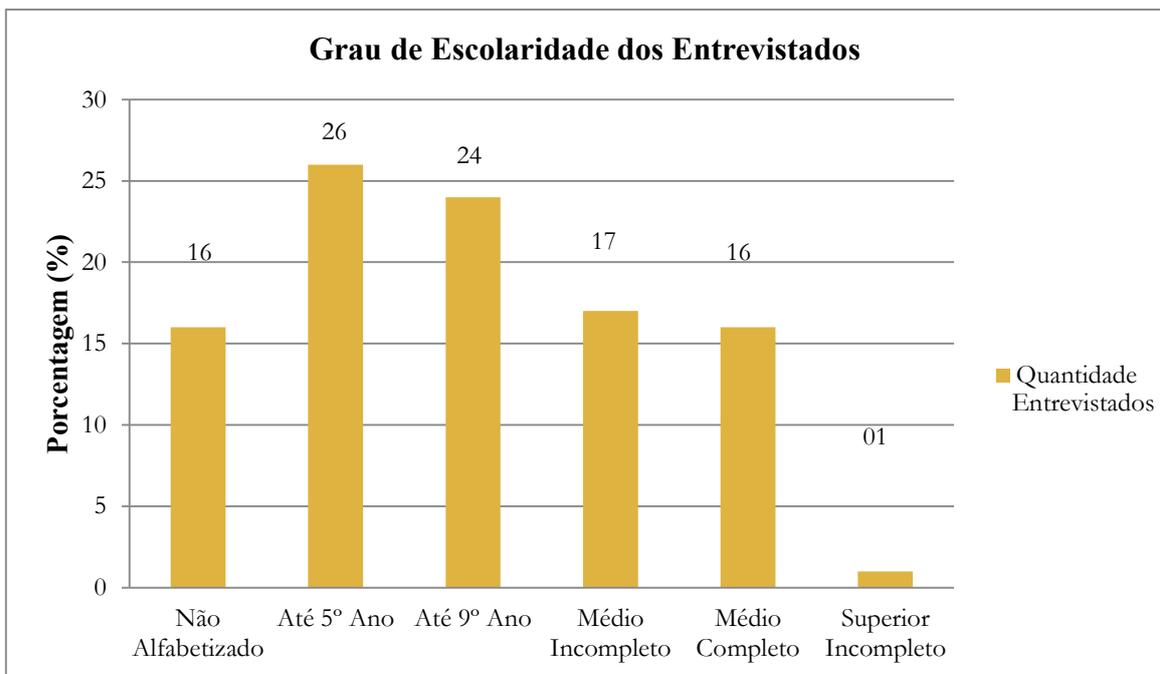


Gráfico 6 – Fonte: Autora, 2017.

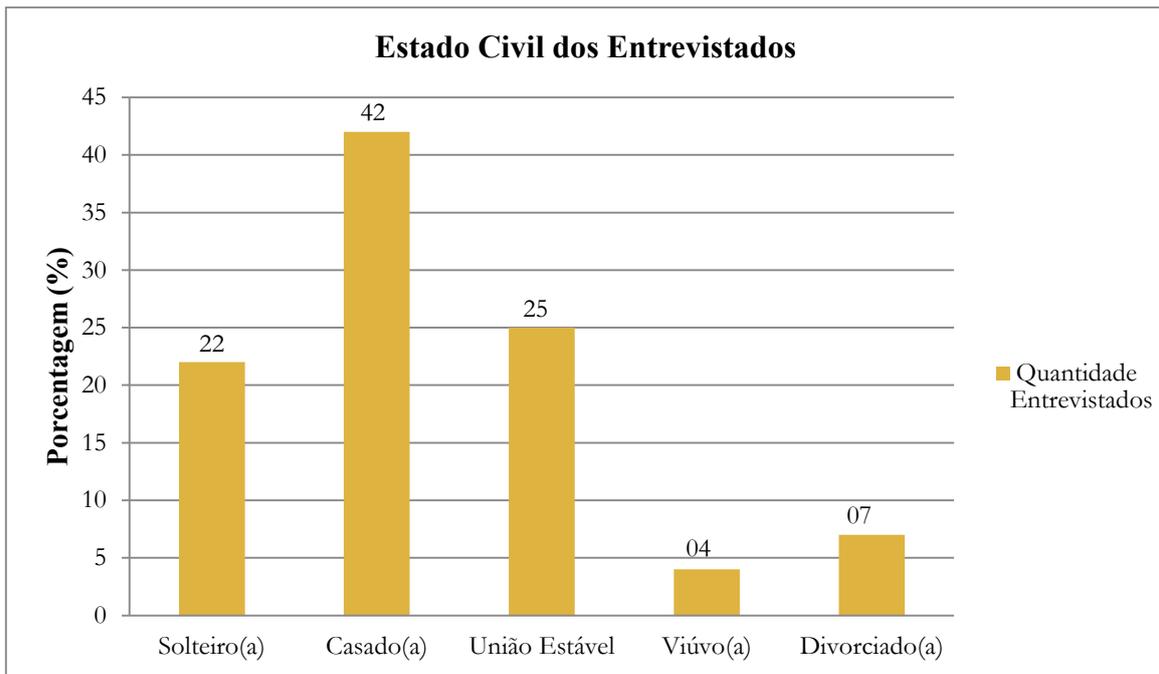


Gráfico 7 – Fonte: Autora, 2017.

Através das análises desses gráficos é possível compreender melhor o assentamento, conhecendo a origem das famílias residentes, o tipo familiar predominante e a faixa etária da população. Nota-se que a maioria tem entre 30 a 39 anos e existe uma grande quantidade de crianças e adolescentes. A partir desses dados é possível chegar às necessidades mais urgentes encontradas no assentamento, como a criação de creches e escolas infantis para atender o grande número de crianças e adolescentes, áreas de lazer e de recreação e também a criação de hospitais e postos de saúde para que o acesso dos moradores, a esses serviços, seja facilitado.

Além dos dados coletados que traçam o perfil do assentamento e da sua população, foram feitas análises a respeito do tamanho das famílias entrevistadas, existência de famílias com portadores de necessidades especiais, moradia das famílias antes de chegarem a área da ocupação conhecida popularmente como “triângulo do Glória”, tempo de habitação dessas famílias no assentamento e verificação de habitações autoconstruídas no assentamento. Todos esses estudos contribuem para pensar um projeto adequado e que atenda de modo satisfatório as necessidades dos moradores.

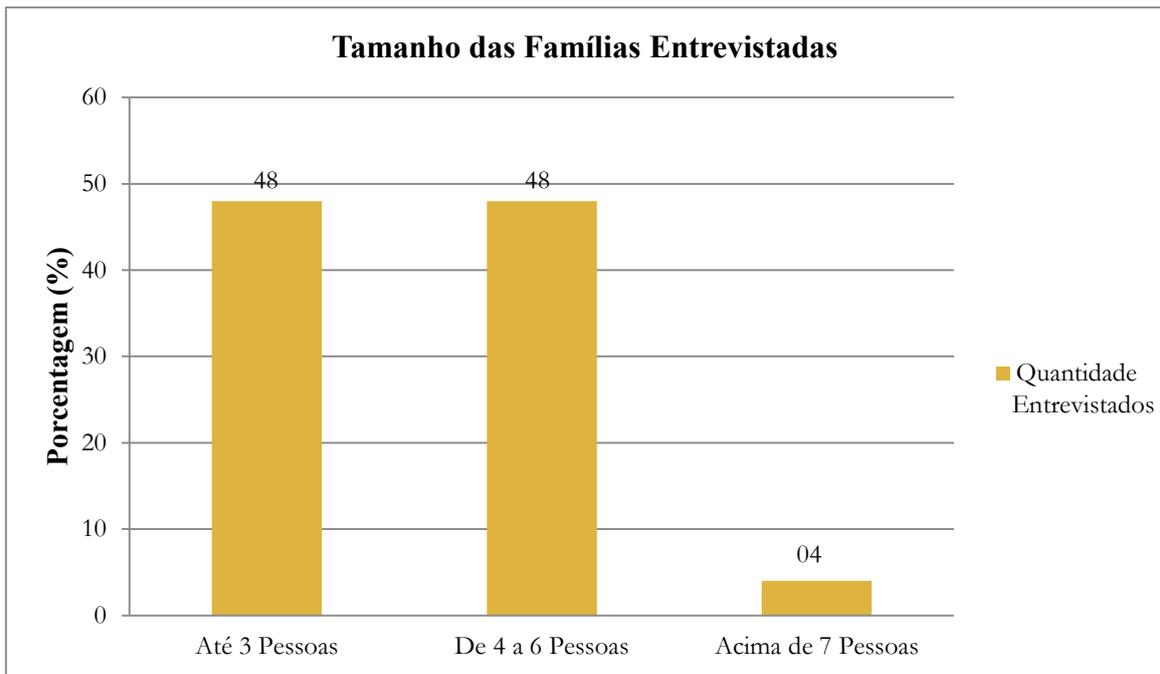


Gráfico 8 – Fonte: Autora, 2017.

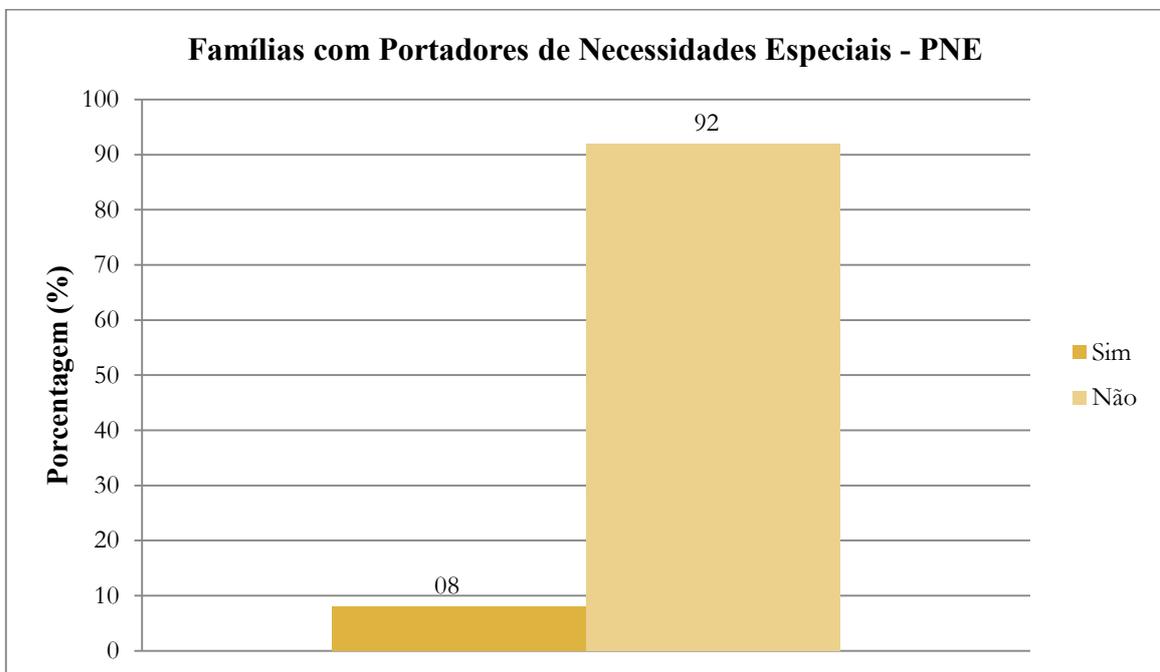


Gráfico 9 – Fonte: Autora, 2017.

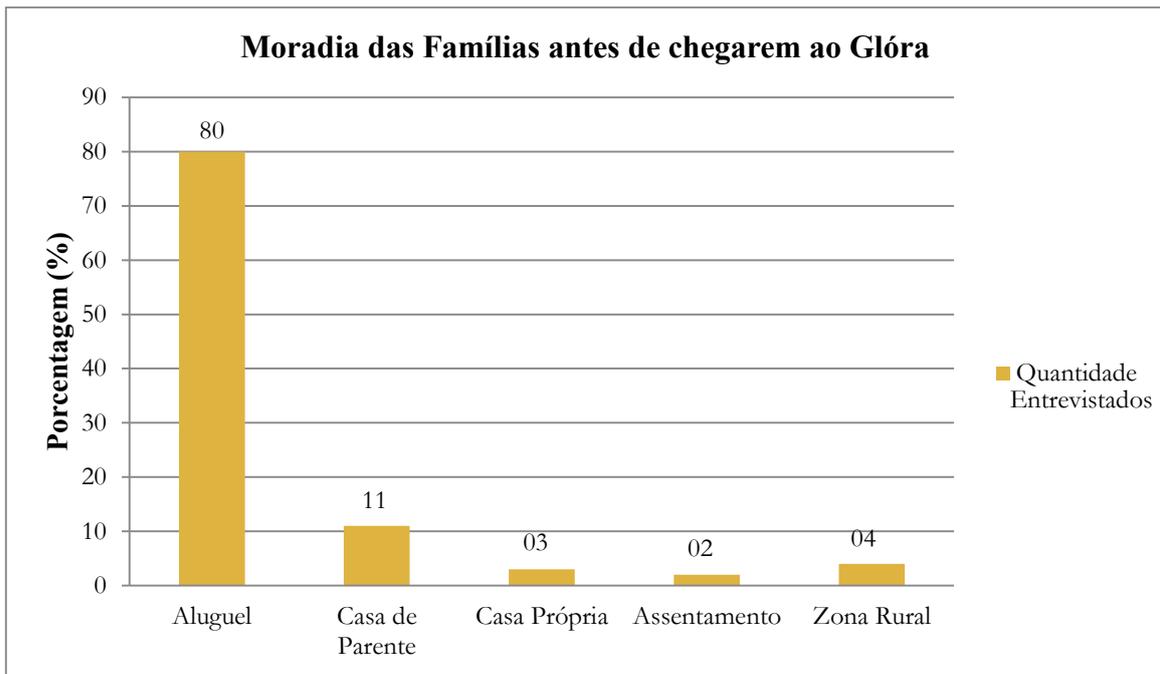


Gráfico 10 – Fonte: Autora, 2017.

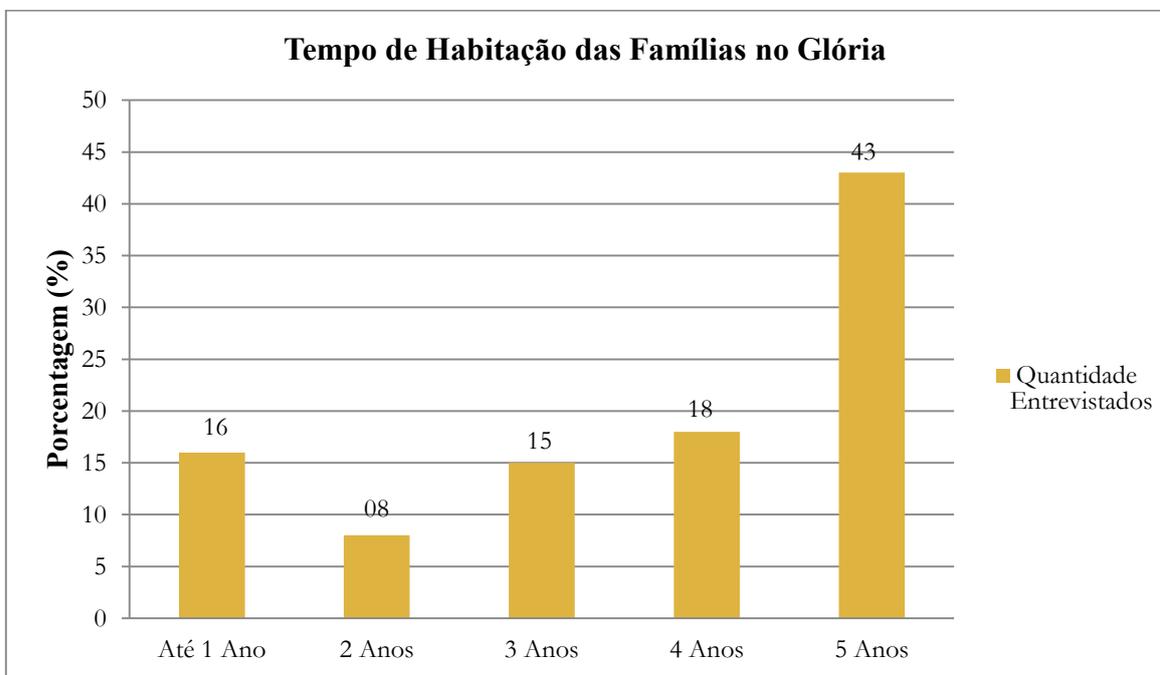


Gráfico 11 – Fonte: Autora, 2017.

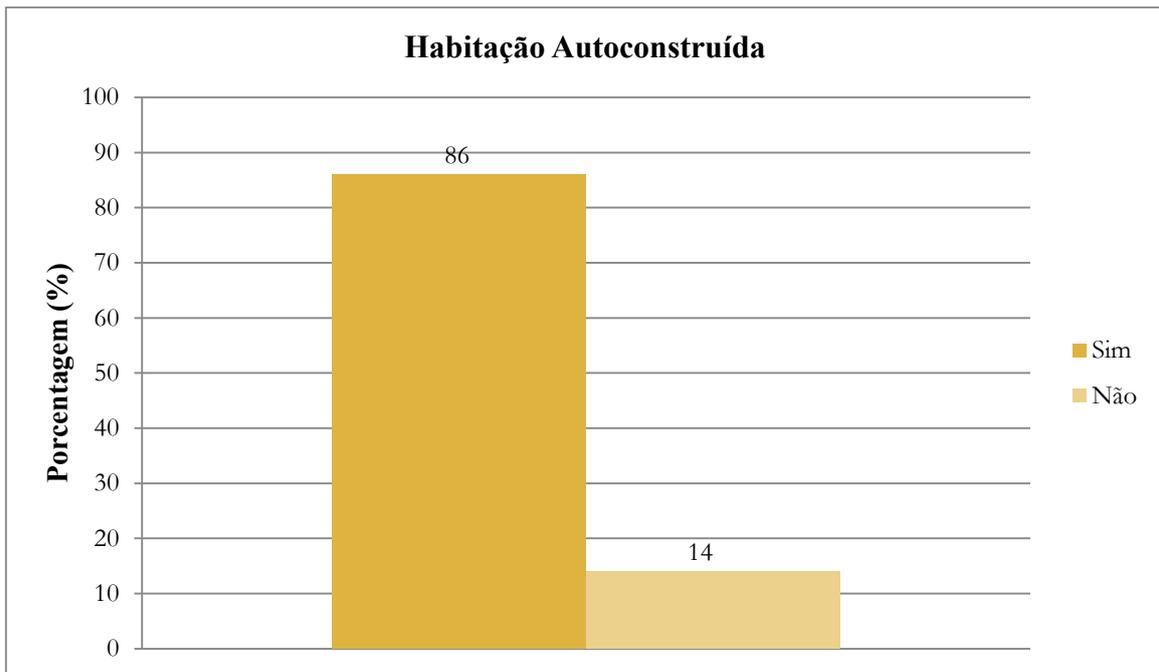


Gráfico 12 – Fonte: Autora, 2017.

O estudo desses gráficos revela que a maioria das famílias são compostas por até seis membros, sendo que 48 famílias são de até três pessoas e 48 famílias são compostas por quatro a seis pessoas, equivalendo juntas a 96% do total de famílias entrevistadas. Apenas 4% das famílias são compostas por mais de sete membros. Importante destacar que das famílias entrevistadas 8% possuem pessoas portadoras de necessidades especiais, revelando a necessidade de propostas projetuais que atendam essa demanda.

Com relação à moradia das famílias antes de chegarem ao assentamento, o estudo dos dados obtidos revela que 80% moravam de aluguel. Das 20 famílias restantes, 11% moravam em casa de parente, 3% em casa própria, 2% em assentamento e 4% moravam na zona rural. Interessante destacar que 3% das famílias tinham casa própria antes de irem para o assentamento, o que revela o objetivo de algumas pessoas em adquirir terrenos participando das ocupações. Nota-se que esse objetivo contraria a maioria dos envolvidos, que estão lá por necessidade e carência de condições.

Pode-se verificar também que o assentamento tem uma composição antiga e 43% das famílias estão lá desde o início da ocupação, há cinco anos. Apenas 16% moram no assentamento há um ano e o restante, 41%, estão lá entre dois a quatro anos. Com relação a habitação dessas famílias e a autoconstrução, o estudo mostra que 86% delas levantaram suas próprias casas. Isso indica a familiarização dos moradores com esse método construtivo, bastante comum entre as populações de baixa renda que precisam de uma moradia e não tem condições de obter uma casa própria ou pagar aluguel.

Foram feitos também estudos sobre a situação dos entrevistados no mercado de trabalho, sobre o uso da residência para ganho de renda extra, análise de renda das famílias entrevistadas, recebimento de benefícios governamentais e participação das famílias em programas habitacionais. Os dados obtidos estão apresentados nos gráficos a seguir.

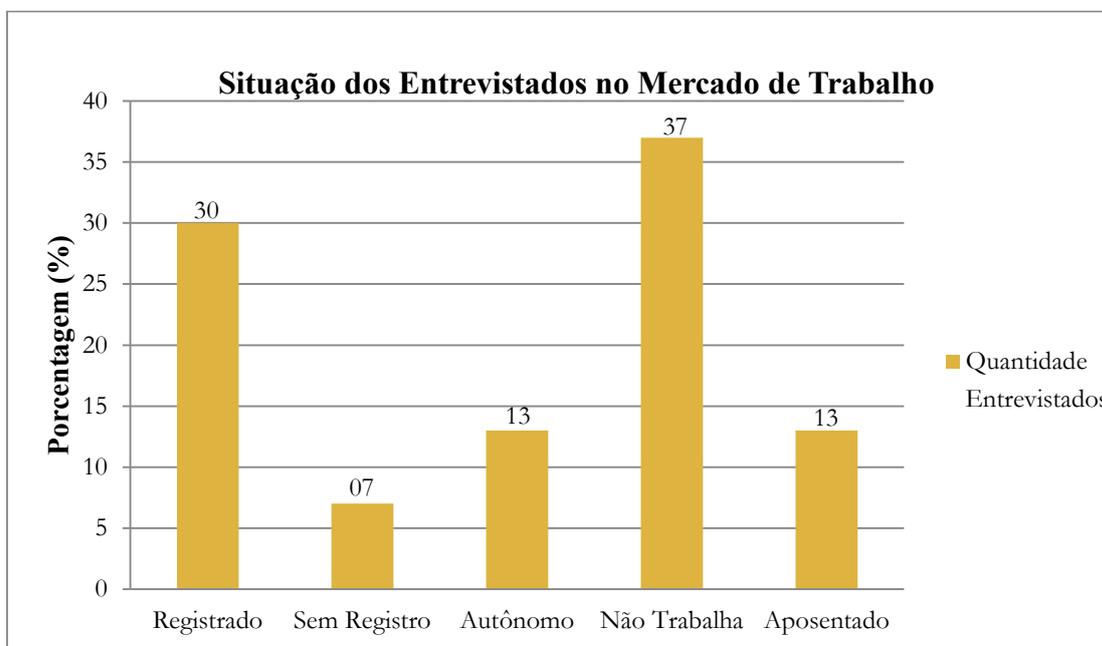


Gráfico 13 – Fonte: Autora, 2017.

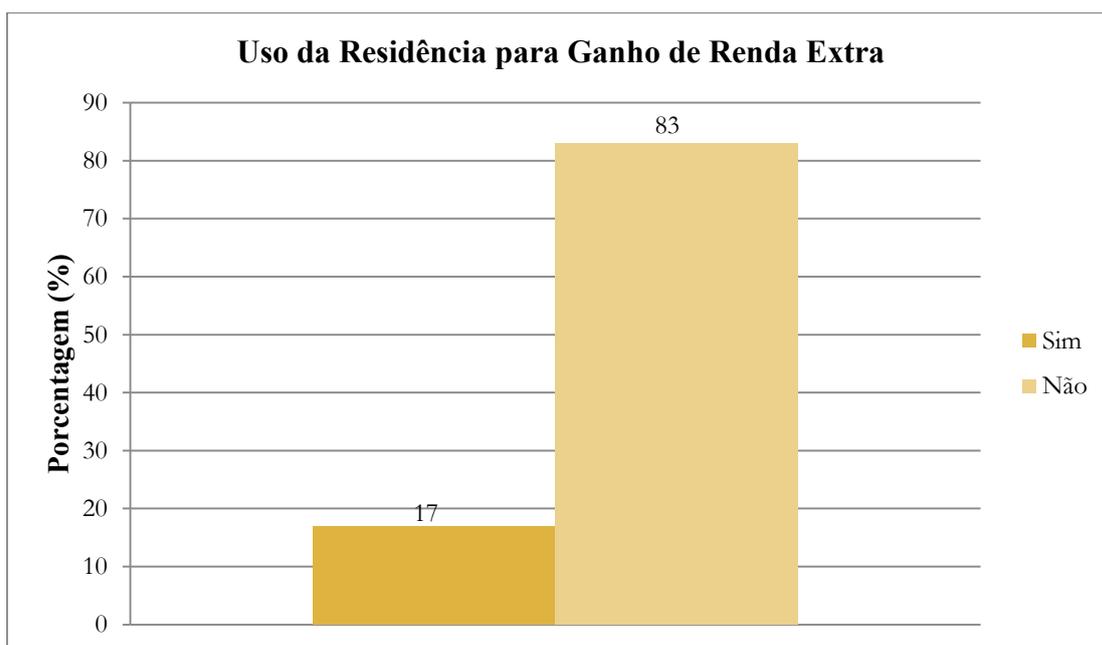


Gráfico 14 – Fonte: Autora, 2017.

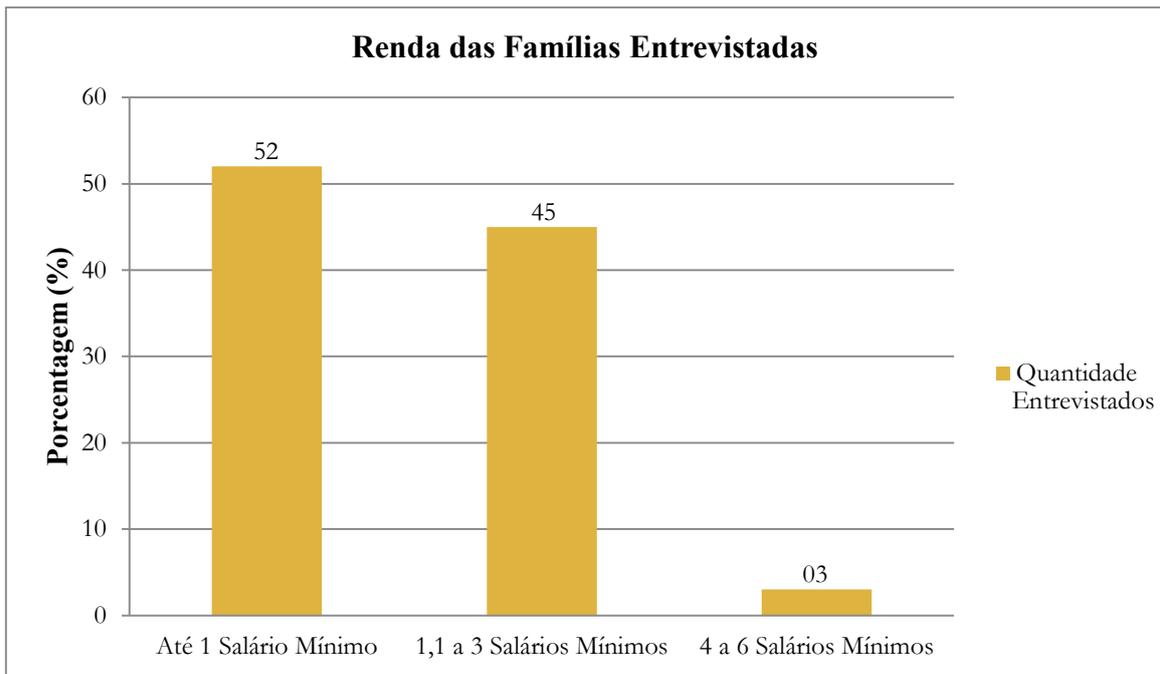


Gráfico 15 – Fonte: Autora, 2017.

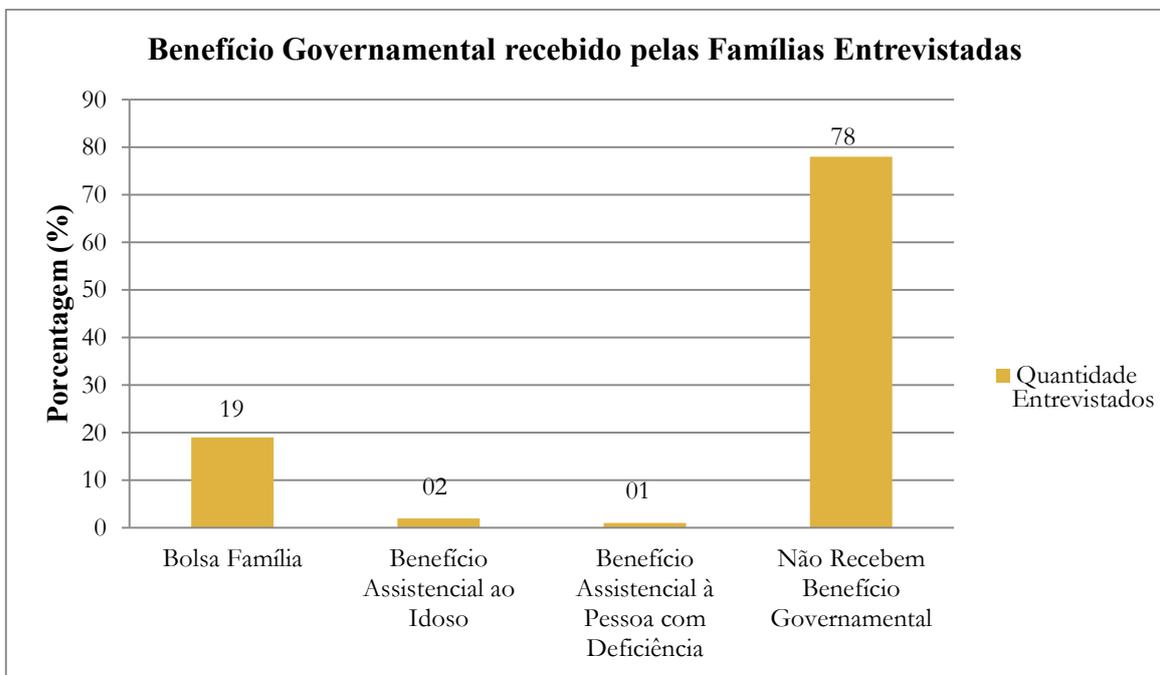


Gráfico 16 – Fonte: Autora, 2017.

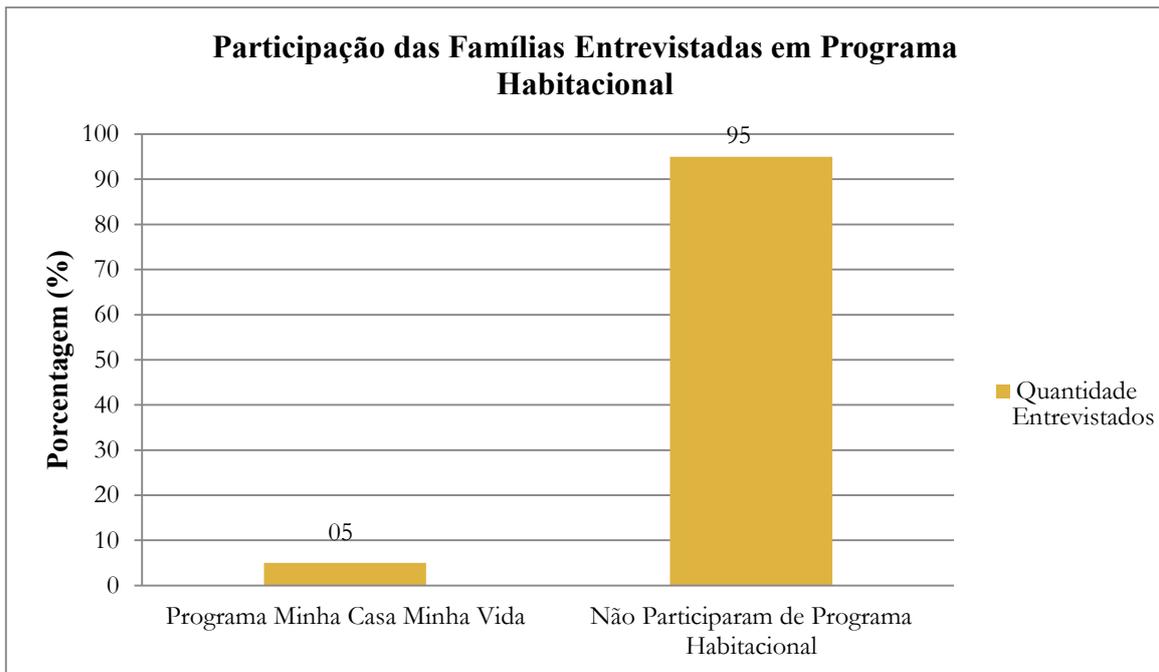


Gráfico 17 – Fonte: Autora, 2017.

O que pode-se concluir a respeito desses estudos é que a situação dos moradores do assentamento, localizado na área do “triângulo do Glória”, com relação ao mercado de trabalho é desfavorável, sendo que 37% estão desempregados e apenas 30% trabalham com carteira assinada. A renda da maioria das famílias entrevistadas é de até um salário mínimo e apenas 3% delas tem uma renda superior a quatro salários mínimos. Nota-se também o uso das residências para ganhar renda extra, apesar de não ser muito significativo.

Com relação à participação das famílias entrevistadas em programas habitacionais, o resultado obtido foi de que 5% chegaram a ser sorteadas no Programa Minha Casa Minha Vida, mas como já se encontravam no assentamento preferiram continuar por questões de adaptação e identificação com o local, além da intenção de conseguirem, através da autoconstrução, moradias maiores e capazes de atender com mais eficácia as necessidades da família, diferentemente do que acontece com a maioria das casas oferecidas pelo programa habitacional, com as áreas extremamente reduzidas.

Dados a respeito da quantidade de famílias nos lotes, avaliação da delimitação das residências, dos materiais usados para construção e acabamento das residências e o uso de quintal por parte das famílias entrevistadas para plantio de hortifruti também foram avaliados e são muito importantes para analisar as condições do assentamento e o seu nível de desenvolvimento e de consolidação, além de mostrar como os moradores se apropriam da ocupação e da própria moradia.

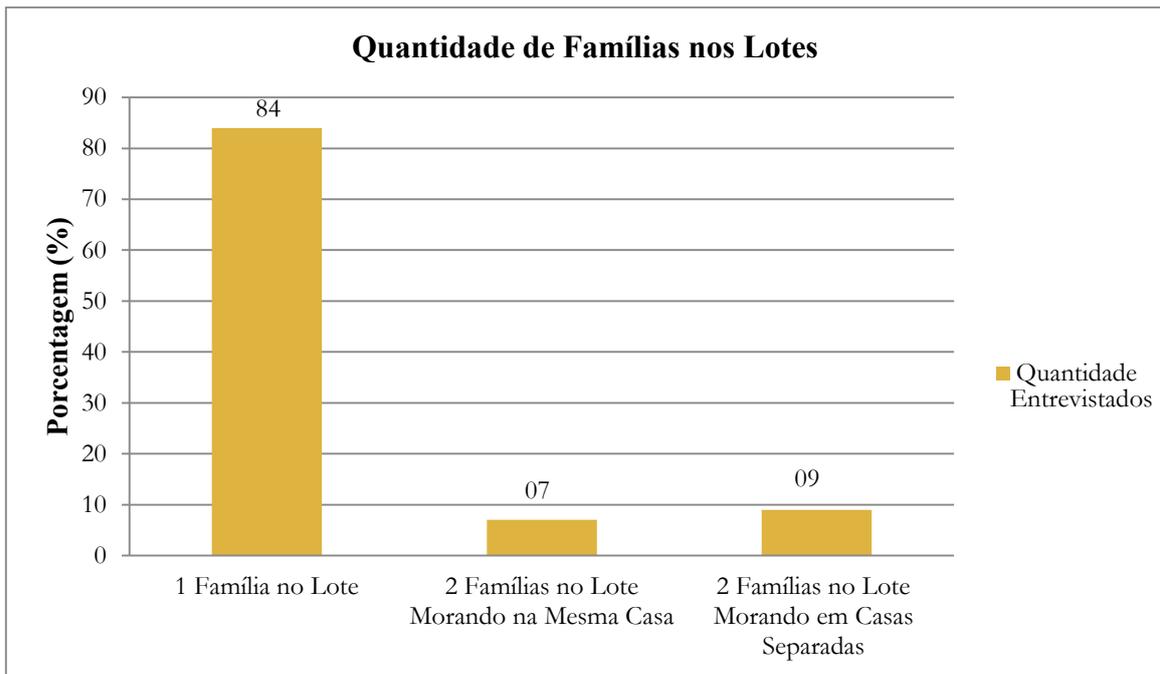


Gráfico 18 – Fonte: Autora, 2017.

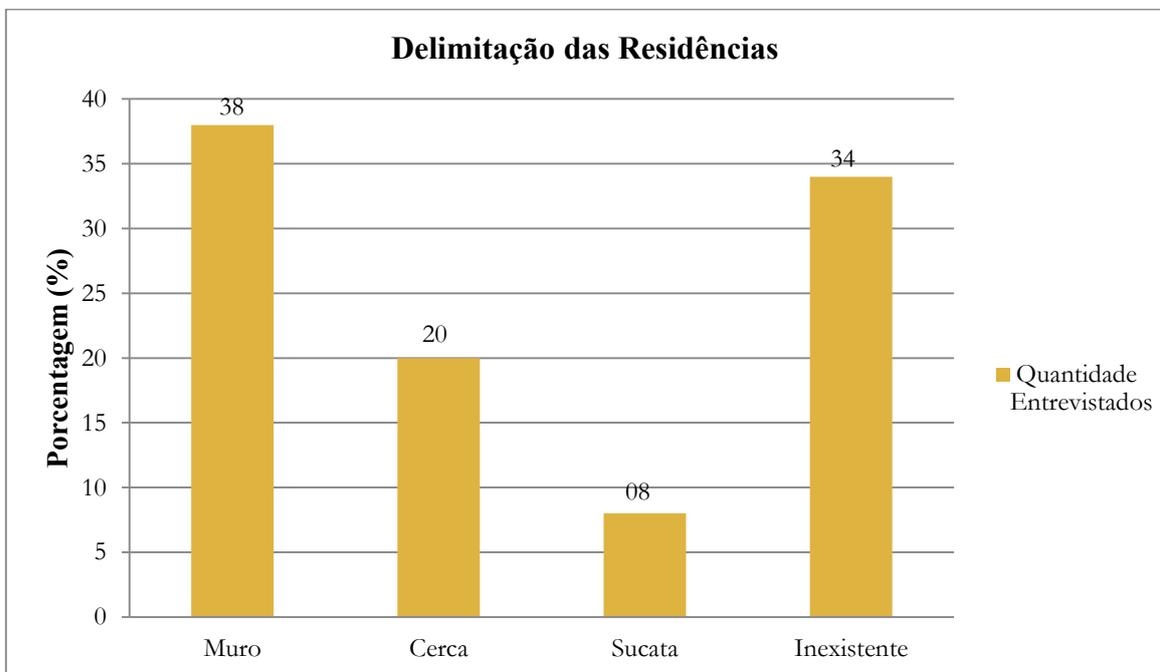


Gráfico 19 – Fonte: Autora, 2017.

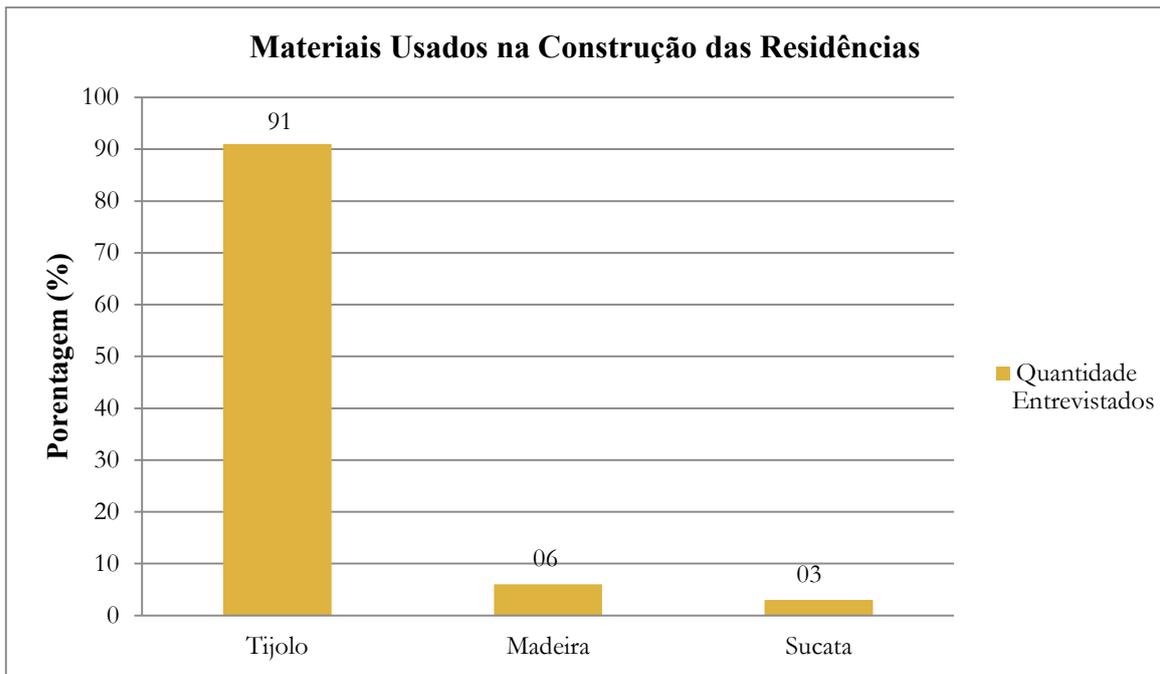


Gráfico 20 – Fonte: Autora, 2017.

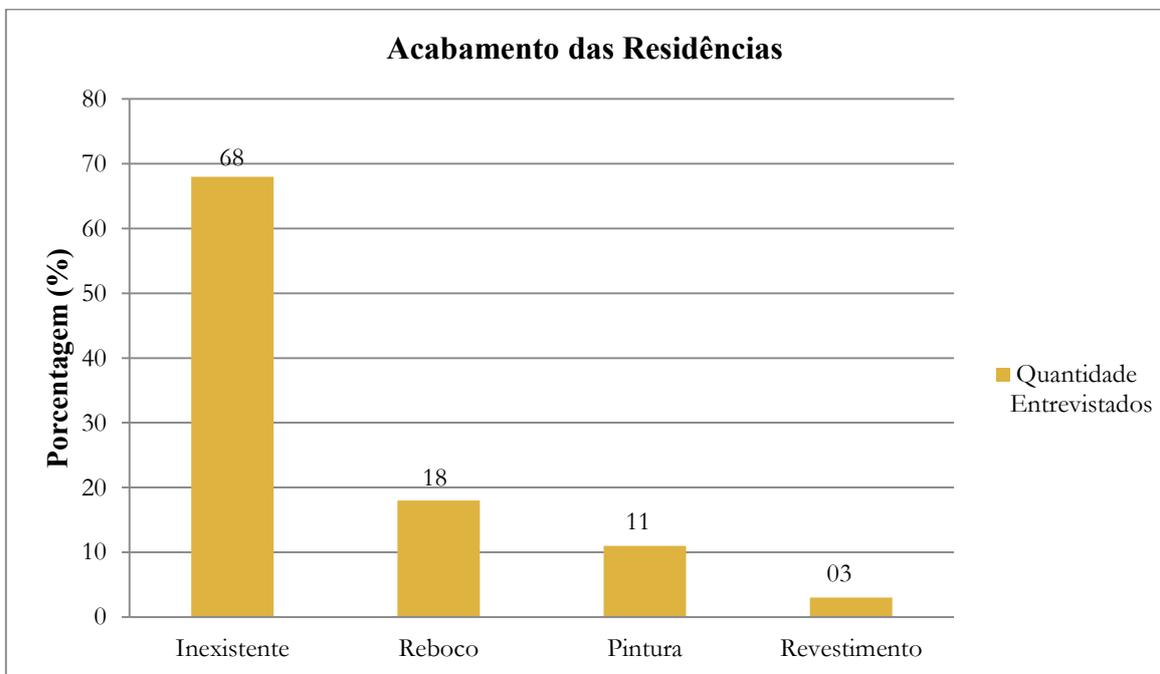


Gráfico 21 – Fonte: Autora, 2017.

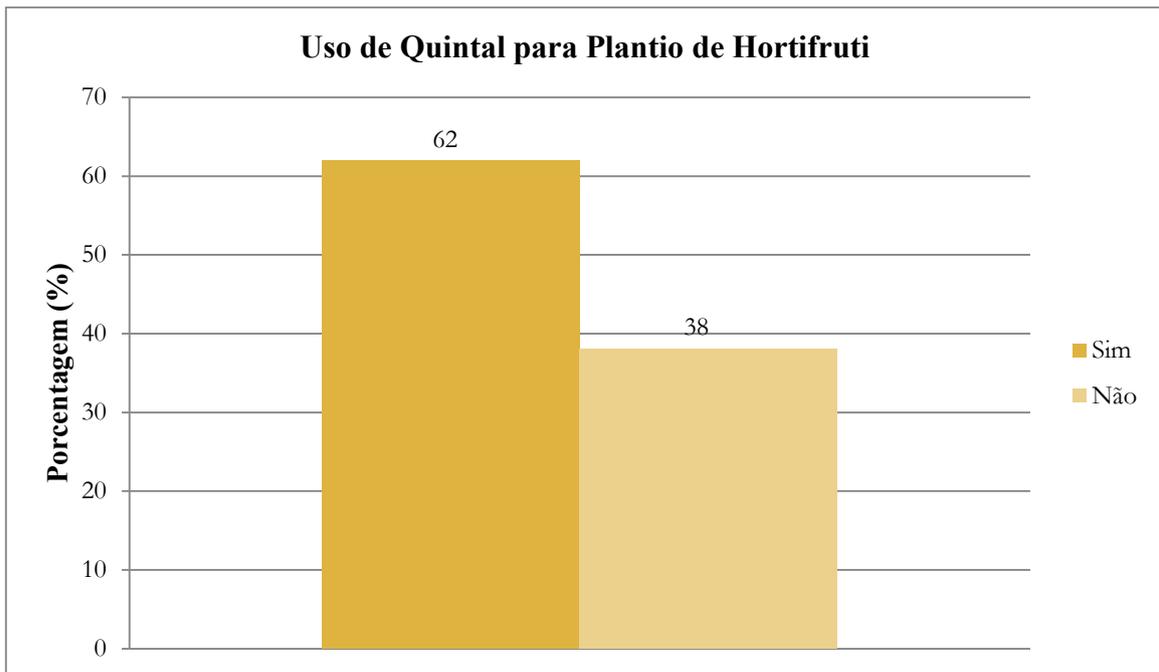


Gráfico 22 – Fonte: Autora, 2017.

Pode-se observar que, com relação a quantidade de famílias nos lotes, 84% não dividem o terreno. O registro máximo que se obteve foram duas famílias no mesmo lote, sendo que 7% delas dividem a mesma casa e 9% moram em casas separadas. Já com relação à delimitação das residências, 38% são delimitadas com muro, 34% não possuem delimitação, 20% possuem cerca e 8% são delimitadas com sucata.

Outro índice relevante que indica o nível de consolidação das residências no assentamento é o tipo de material utilizado nas construções. Os dados obtidos revelam que 91% das casas foram construídas com tijolos, 6% madeira e 3% de sucata. Embora esse índice mostre um alto nível de consolidação das moradias, é importante destacar que a maioria das casas ainda não apresenta acabamento. Já com relação ao uso de quintal para plantio de hortifruti, 62% das famílias alegaram fazer uso, o que demonstra a importância de se considerar essa atividade em qualquer ação projetual destinada ao assentamento.

Por fim, foram analisados dados referentes aos meios de transportes mais utilizados pelas famílias entrevistadas, o que pode ser melhorado na ocupação, quais escolas, comércios e posto policial atendem a região, qual posto de saúde e quais equipamentos de lazer utilizam. Alguns dos resultados obtidos podem ser verificados nos gráficos a seguir:

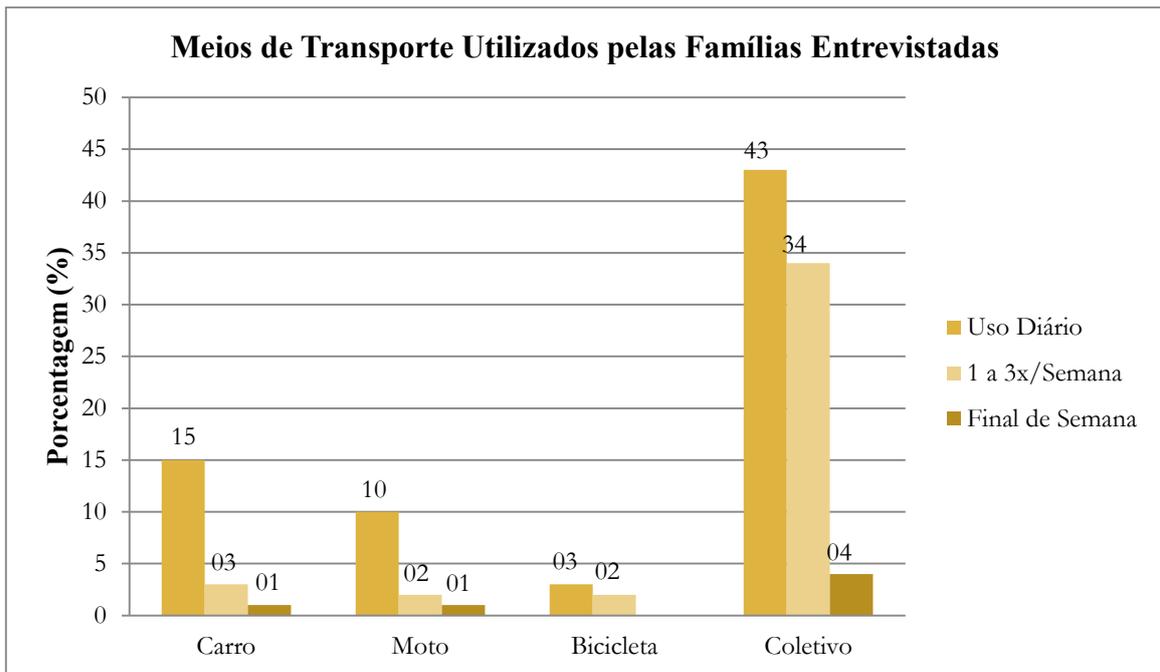


Gráfico 23 – Fonte: Autora, 2017.

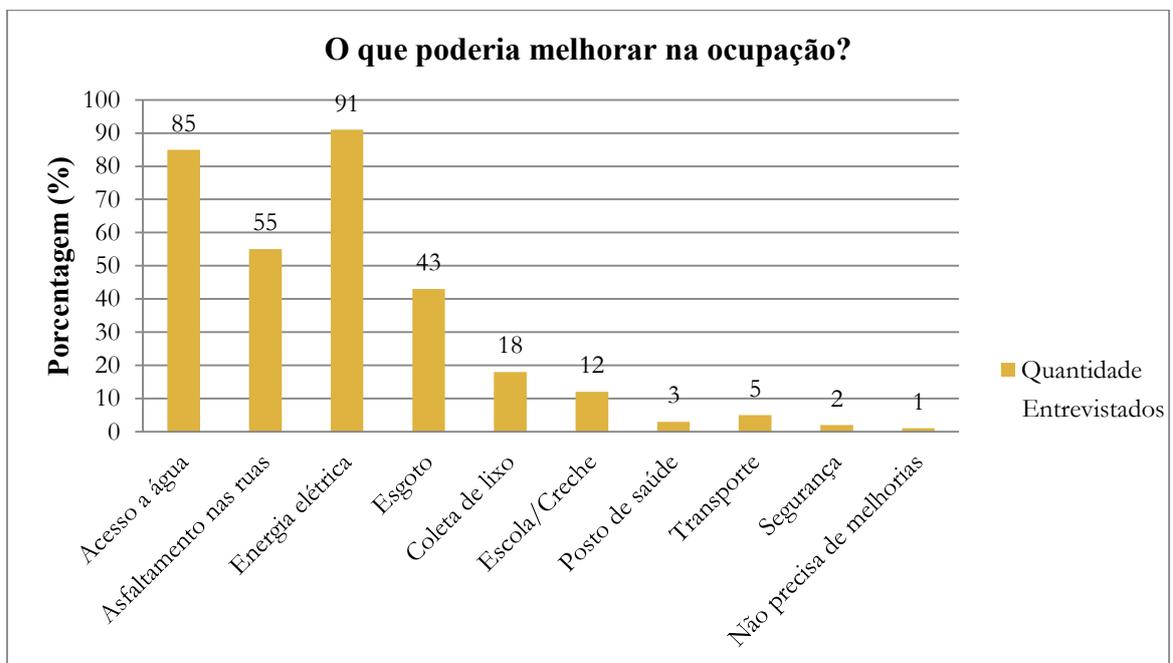


Gráfico 24 – Fonte: Autora, 2017.

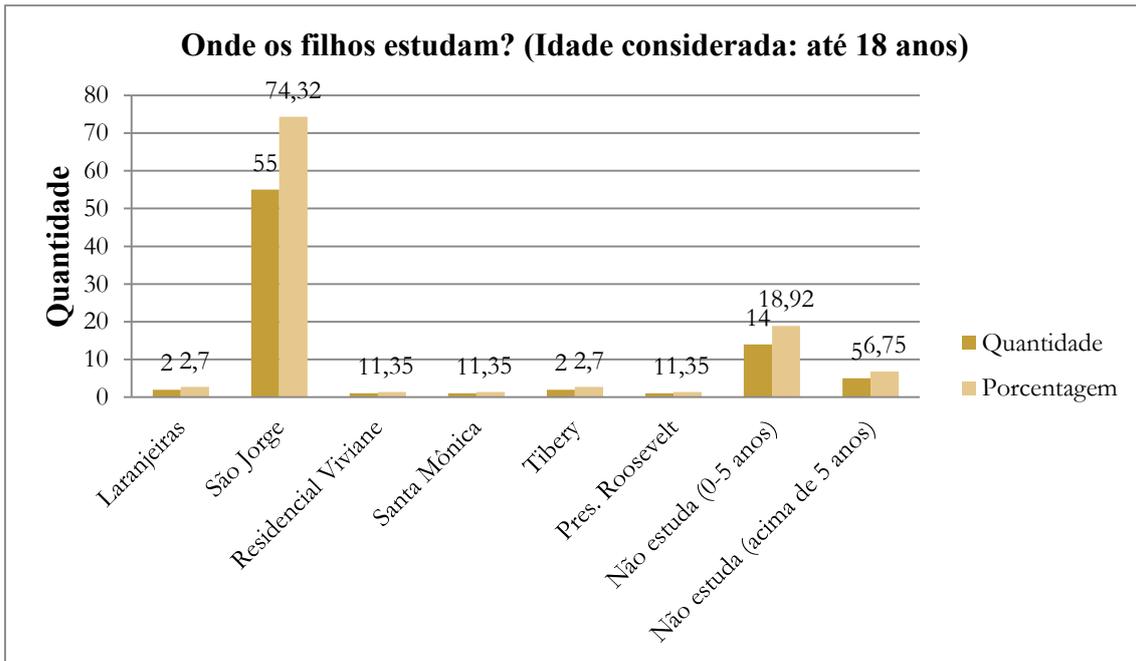


Gráfico 25 – Fonte: Autora, 2017.

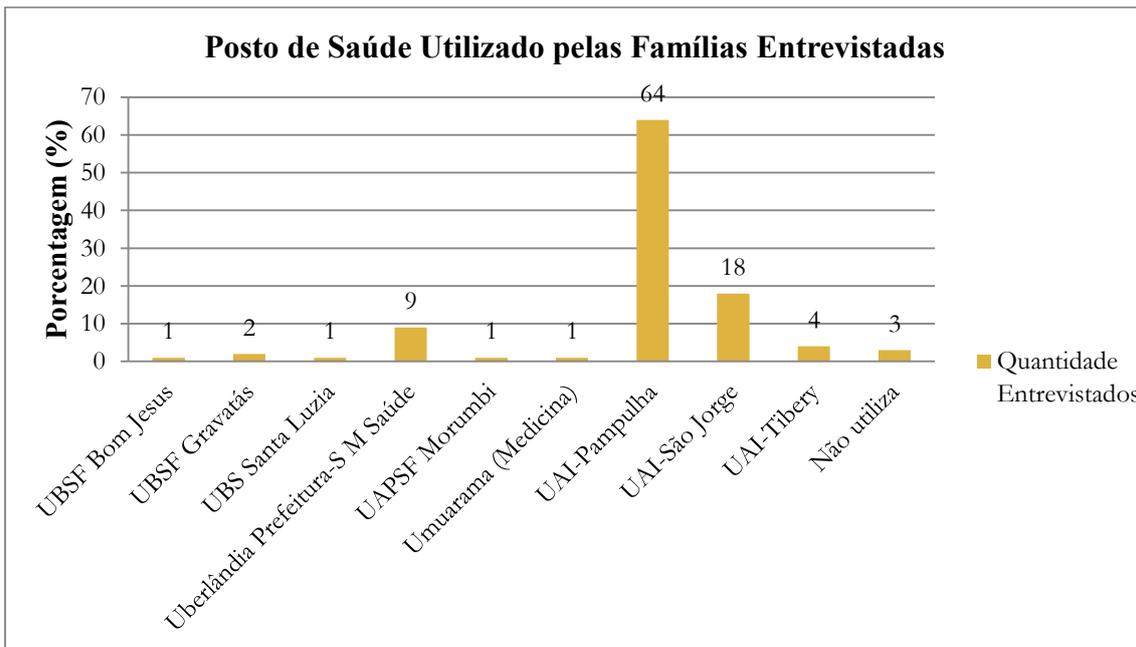


Gráfico 26 – Fonte: Autora, 2017.

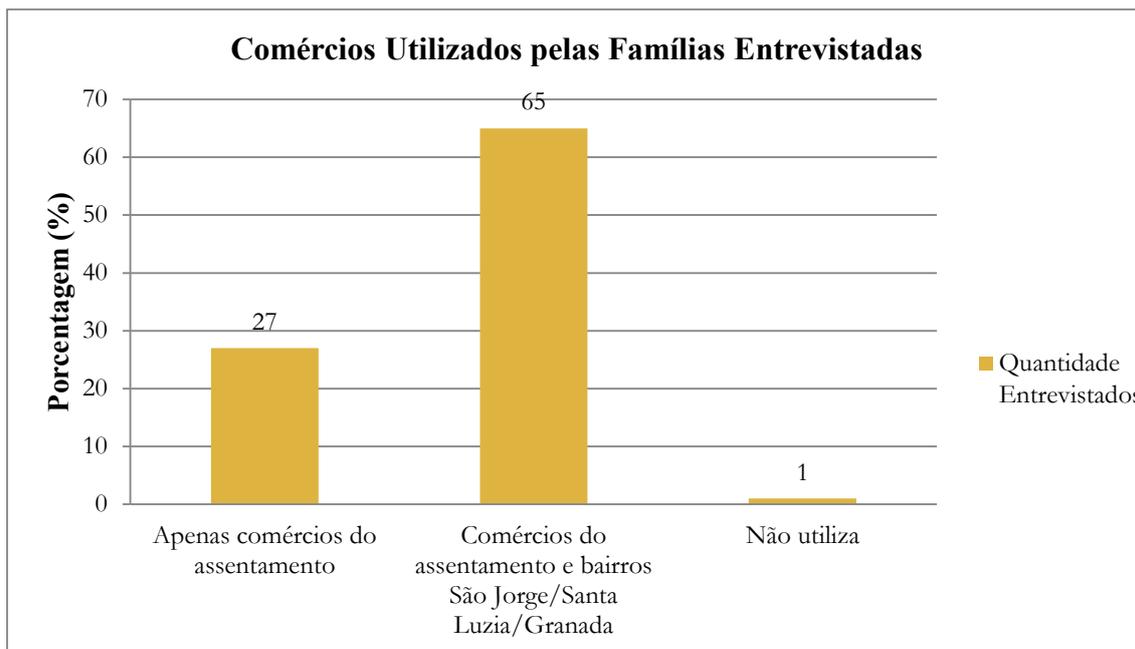


Gráfico 27 – Fonte: Autora, 2017.

Após as análises dos gráficos anteriores, nota-se que os dados coletados com relação ao atendimento da área ocupada por posto policial e a ocorrência de rondas na região não foram ilustrados. Isso se deu pelo fato de que a totalidade das famílias entrevistadas desconhece a existência de posto policial para atender o assentamento e afirmam que a ocorrência de rondas é frequente. Além desses dados, os referentes aos equipamentos de lazer utilizados também não foram ilustrados, pois todos os entrevistados alegaram não ter equipamentos de lazer acessíveis para que façam uso.

Já os resultados relacionados ao meio de transporte utilizado pelas famílias entrevistadas, podem ser verificados e mostram que o uso do ônibus quando comparado ao carro, moto e bicicleta é muito maior. A grande maioria, 81%, utilizam esse meio de transporte público. Outro dado importante diz respeito ao que poderia ser melhorado na ocupação, no qual aparece o acesso a água e energia elétrica como prioridade para os moradores. Em seguida, asfaltamento das ruas e tratamento de esgoto são citados, mostrando a relevância desse atendimento para população, assim como outras melhorias listadas.

Com relação as escolas que atendem o assentamento, os comércios e os postos de saúde utilizados pelos moradores é possível perceber e reafirmar a importância dos bairros próximos no amparo das necessidades existentes ainda na ocupação. Essas necessidades precisam ser resolvidas com urgência para que a qualidade de vida dos moradores seja adequada e o desenvolvimento da região seja possibilitada e aumente cada vez mais.

5.4 ESTUDOS DE CASO

5.4.1 ARENA DO MORRO

Segundo o site Archdaily (2008), o projeto Arena do Morro se localiza em Natal, Rio Grande do Norte. Os arquitetos responsáveis foram Herzog e de Meuron, que trabalharam com um terreno de 5207 m². O projeto é do ano de 2014 e teve 1964 m² de área construída. Foi realizado na favela Mãe Luiza, uma comunidade que se encontra próxima a uma reserva natural, o Parque das Dunas, e da zona costeira mais desenvolvida comercialmente.



Figura 16 – Fonte: Elaborada pela autora. Imagem: Google Maps, 2017.

Para a realização do projeto, buscou-se identificar atividades pouco desenvolvidas ou que não existissem no bairro, seus vazios urbanos e também distribuir novas atividades em áreas com potencial para desenvolvimento. Sendo assim, foi incluída uma passarela de novos edifícios e intervenções, formando uma sequência de atividades públicas perpendicular à rua principal da Mãe Luiza, até o mar. Além disso, foi pensado um ginásio contendo uma quadra poliesportiva cercada por arquibancadas para 420 pessoas, salas

multiuso para dança e educação, um terraço com vista para o mar, assim como vestiários e banheiros.



Figura 17 – Fonte: Archdaily.

A Fundação Ameropa, da Suíça, e o Centro Sócio Pastoral Nossa Senhora da Conceição, de Natal, foram os idealizadores do projeto, que tiveram como parceiros a prefeitura e o governo estadual. Em 2006, a entidade assistencial brasileira levou à fundação suíça as diretrizes de um seminário realizado naquele ano em Mãe Luiza, para a discussão do seu futuro e desenvolvimento pela comunidade. Cultura, esporte, lazer, atividades profissionalizantes e segurança faziam parte das carências delineadas pelos participantes no evento, que apontavam, assim, para a criação de espaços de uso coletivo.

Projeto

Diante da configuração linear do bairro, foi no eixo transversal que a linha de desenvolvimento urbano foi pensada. Tendo como ponto principal o ginásio, denominado Arena do Morro, foi se desenvolvendo a sequência de edificações novas, que desemboca em uma passarela sobre uma grande área vazia em direção ao mar. O ginásio, ponto de partida para todo o projeto, começou a ser construído em 2012, com a obra custeada pela Ameropa e o projeto doado pelos arquitetos. É um edifício escultural e de presença marcante na paisagem, sendo capaz de se integrar ao entorno através da permeabilidade visual de seus elementos construtivos.

A geometria da estrutura do ginásio, que antes era composta apenas por pilares e treliças sem cobertura nem paredes, foi estendida por toda área construída e criou-se então uma imensa cobertura com a forma definida e limitada pelos limites do terreno. As duas

extremidades da longa cobertura de duas águas, abrem-se para o bairro e convida as pessoas a entrarem.



Figura 18 – Fonte: Archdaily.

O edifício se destaca dentro da comunidade devido ao tamanho e a unanimidade da cor branca da cobertura, além de ocupar um grande terreno vazio às margens do bairro. A cobertura percorre todo o terreno, reproduzindo sua figura irregular e alongada. Nota-se que ela trouxe uma nova escala para a comunidade Mãe Luzia, além de estabelecer uma relação com a tradição nordestina de grandes espaços públicos cobertos. Sua importância também se encontra na definição de um novo espaço de encontro e atividades para a população, como atividades desportivas, culturais e de lazer.



Figura 19 – Fonte: Archdaily.

Debaixo da cobertura e ao redor da quadra foram dispostas salas circulares para atividades didáticas, performáticas ou de simples recreação, como no caso do terraço com vista para o mar. As curvas das paredes que delimitam as áreas mais privadas do ginásio enfatizam o caráter acolhedor desses espaços, que assim como os muros - lineares ou de perfil sinuoso -, foram fechados em blocos vazados de concreto, empilhados.



Figura 20 – Fonte: Archdaily.

Importante destacar que a estrutura do ginásio é simples e foi construída a partir de materiais e métodos de construções locais. A cobertura é feita de telhas de alumínio com isolamento, assentadas de maneira a deixar aberturas para iluminação e ventilação natural. A parede interna curva é feita de blocos de concreto produzidos localmente e desenvolvidos especialmente para esse projeto. Cada módulo de parede possui lâminas verticais arredondadas, dispostas diagonalmente. Ao alterar as disposições dos módulos, as diferentes orientações das lâminas criam vários níveis de transparência e privacidade.

O piso monolítico da quadra, pátio e arquibancadas foi feito com tonalidade similar à do concreto dos blocos vazados e teve acabamento executado em granilite, conforme um desenho orgânico e contínuo.

5.4.2 ESPAÇO LÚDICO SINHAZINHA MEIRELLES

De acordo com o site Archdaily (2008), o grupo responsável pelo projeto Espaço Lúdico Sinhazinha Meirelles é o Grupo Fresta. O grupo deu início a esse projeto no ano de 2014 e a finalização da obra foi no ano de 2015. Esse projeto se encontra na cidade de São Paulo, SP. O terreno onde foi feito é de difícil acesso e possui uma área de 600 m². A área total construída foi de 288 m² e seu início ocorreu através do trabalho social de uma diretoria voluntária de escola pública e sua construção aconteceu com a doação de mão de obra e materiais de uma construtora.

Localização Espaço Lúdico Sinhazinha Meirelles

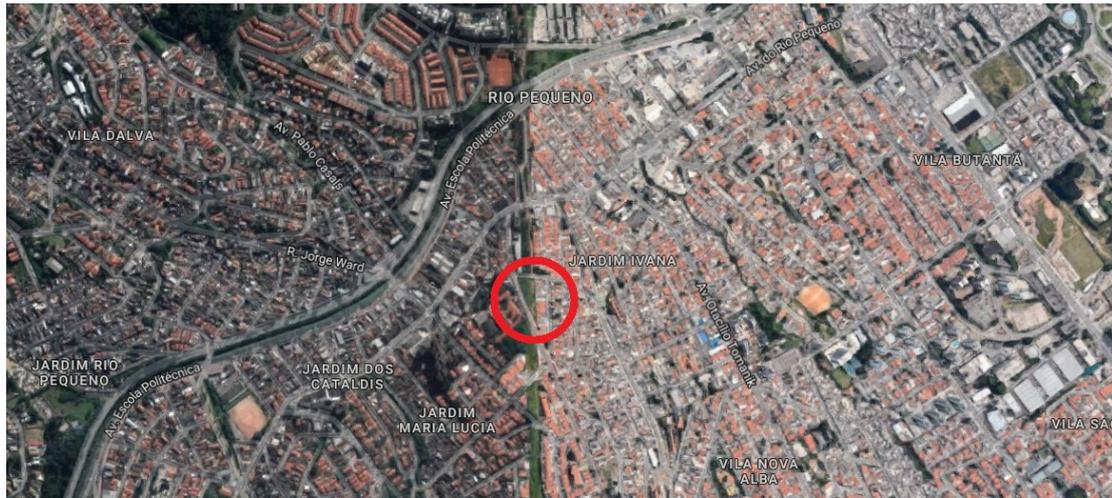


Figura 21 – Fonte: Elaborada pela autora. Imagem: Google Maps, 2017.

De acordo com o Grupo Fresta, a proposta arquitetônica para o Espaço Lúdico Sinhazinha Meirelles foi a de construir espaços recreativos através de elementos formais básicos, como retas, círculos, quadrados e retângulos, propiciando ambientes infantis lúdicos, simples e potencializando o uso de objetos e materiais do cotidiano, permitindo novas possibilidades e descobertas. Importante destacar que devido aos poucos recursos disponíveis, foram usados de maneira bastante criativa elementos tradicionais da construção civil, como bloquete de concreto, cimento queimado, vigas e telhas metálicas, e principalmente, os blocos de concreto aparente, utilizados muitas vezes de diversas maneiras.

Implantação

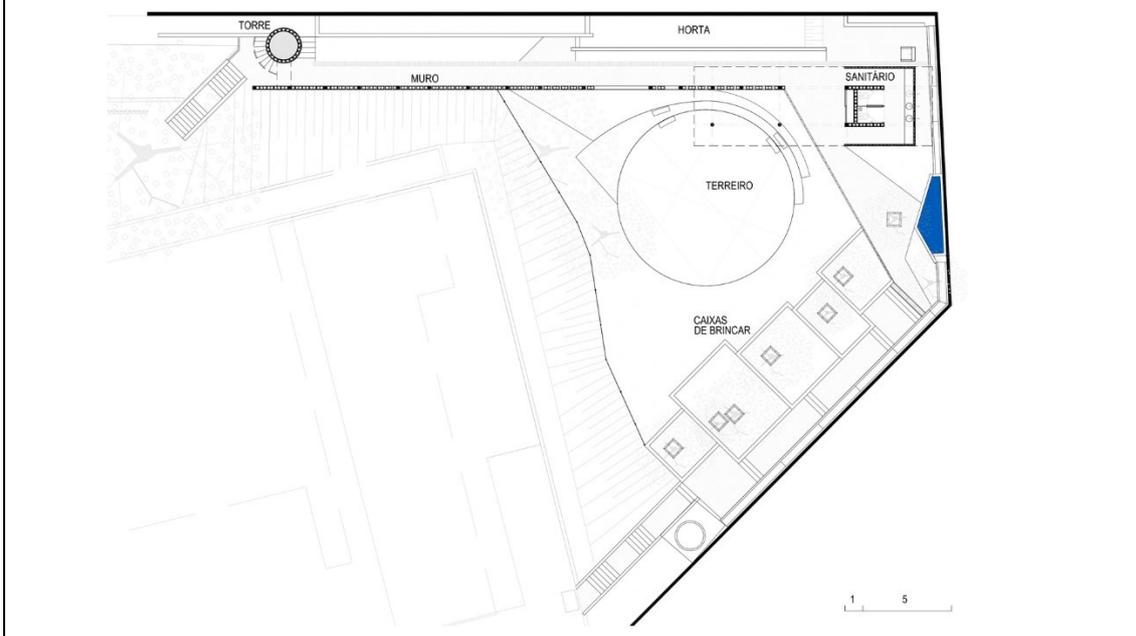


Figura 22 – Fonte: Archdaily.



Figura 23 – Fonte: Archdaily.

Projeto

O Espaço Lúdico Sinhazinha Meirelles foi concebido em área externa, de topografia acidentada, no terreno de um centro comunitário e creche. O muro existente no projeto define, de um lado, um espaço mais intimista e estreito e, do outro, um espaço mais aberto e amplo. Os blocos de concreto criam efeitos de luz e sombra, portas e janelas de diferentes alturas e enquadram partes da paisagem, além de proteger as crianças do talude existente. Existe também uma torre pequena que se localiza na parte mais alta do terreno e se contrapõe ao terreiro, grande e baixo. A torre é um lugar estratégico para as brincadeiras imaginativas e o terreiro, circundado por uma pequena arquibancada, é um espaço flexível e oferece lugar às brincadeiras de roda, danças e apresentações.



Figura 24 – Fonte: Archdaily.

Os blocos de concreto existentes no projeto formam pequenos volumes de contenções de terra que, do lado mais intimista do muro, dão origem as hortas e, do outro lado, aos patamares retangulares de brincar, abrigados pelas árvores do local. Uma canaleta aberta, junta aos muros de limite do terreno, desenha o caminho de escoamento da água pluvial, de maneira agradável e didática. Por fim, os grafiteiros desenharam narrativas ao longo do espaço. Nota-se que o Espaço Lúdico Sinhazinha Meirelles

procurou se aproximar do espaço abstrato da imaginação infantil e fugir de uma objetividade funcionalista.



Figura 25 – Fonte: Archdaily.

6. QUINTO CAPÍTULO

6.1 METODOLOGIA DE PROJETO

Este trabalho, tendo como ponto de partida um projeto de autogestão para um centro comunitário localizado no assentamento do “triângulo do Glória”, buscou através do contato com a comunidade e os questionários aplicados compreender as necessidades da população e identificar o perfil dos moradores para, em conjunto com essa mesma população, estabelecer diretrizes projetuais capazes de cumprir com as carências existentes no local e dar atendimento a todos.

O contato com a comunidade aconteceu através do ABC do Glória, recurso cultural existente na região já citado anteriormente, e da Dona Terezinha, moradora influente do assentamento. A partir das atividades realizadas com as crianças no ABC, o apoio dos voluntários que lá trabalham e também da Dona Terezinha, iniciou-se o processo de projeto participativo e o diagnóstico do local e das demandas existentes.

Foi através da Dona Terezinha, proprietária do terreno onde se localiza o ABC do Glória, que a área pensada para o centro comunitário foi determinada. Essa área engloba o ABC e a proposta inicial era utilizar seu espaço na realização do projeto, expandindo e melhorando esse local que atende diversas crianças e adolescentes. A expectativa dos voluntários é ampliar esse número e conseguir oferecer atividades que sejam voltadas para os adultos, buscando alcançar mais moradores e expandir o projeto.

Essa demanda foi discutida em uma reunião com os representantes do ABC do Glória e os envolvidos com o este trabalho, que ajudaram a estabelecer contato com os

moradores influentes da comunidade e organizar as atividades realizadas durante o período de interação com a população.

REUNIÃO – 14/09/2017

Duração: aproximadamente 1 hora.

Participantes: 4 representantes do ABC do Glória ligados ao Centro Voluntariado Universitário (CVU) de Uberlândia – Ana Cecília Vera, Amanda Figueira, Clarissa Pulga e Isabella Martins –, 4 estudantes de graduação recém formados e 1 mestranda da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bárbara Borges, Giovana Merlli, Isabela Giorgiano, João Marcos e João Paulo Vera –, minha orientadora e eu.

Local: sala do 50A – bloco da Universidade Federal de Uberlândia.

Atividades e discussões:

Primeiramente, ocorreu a apresentação do pessoal do CVU presente na reunião e depois como começou o trabalho com o assentamento localizado na área conhecida como “triângulo do Glória”. Foi explicada também a relação existente entre os trabalhos do CVU e o assentamento. Segundo seus representantes, a relação com os líderes do assentamento, presidente e vice-presidente da Associação dos Moradores, não é muito significativa, porém existe um contato íntimo com alguns moradores influentes.

Foi através desse contato que os trabalhos com as crianças e os adolescentes começaram. Dentre eles estão o reforço escolar e atividades culturais, que já acontecem há um ano e meio. Como foi citado anteriormente, a expectativa é melhorar o local utilizado para realização dessas atividades e expandir o projeto. Um dos maiores problemas enfrentados é a falta de espaço, que impossibilita atender um público maior e impede que seja feito um trabalho direcionado adequadamente para as crianças e os adolescentes do assentamento. Atualmente, não são realizadas atividades específicas para cada faixa etária.

Outra necessidade citada foi a cozinha para o preparo do lanche, tanto dos voluntários quanto das crianças e adolescentes que participam das atividades que ocorrem sempre uma vez na semana, aos sábados à tarde. Outra função pensada para a cozinha foi o uso em atividades com os adultos, como cursos de culinária e também um uso coletivo voltado para comunidade, em caso de eventos e reuniões que venham acontecer e que, existindo o projeto do centro comunitário, é provável que ocorra. Importante destacar que

além do curso de culinária, existe a intenção de criar outras atividades e cursos de capacitação no assentamento. Muitos moradores desejam se alfabetizar, porém é muito difícil conseguir atender essas pessoas e levar outros projetos adiante com o espaço que se tem atualmente.

Após todas as exposições por parte dos voluntários do ABC, tanto das dificuldades quanto das demandas, iniciou-se a discussão da ideia proposta de construção de um centro comunitário a partir de mutirão autogerido e esclarecimento a respeito da autogestão e das atividades de uma assessoria técnica. A proposta foi bastante aceita e todos os presentes se mostraram animados. Por fim, restando apenas os envolvidos que contribuíram diretamente com o andamento do trabalho, discutiu-se com seria a abordagem com a comunidade e como seriam feitas as reuniões com os moradores, onde aconteceriam e como as crianças seriam incluídas nessas reuniões.

Reunião com os voluntários do ABC do Glória



Figura 26 – Fonte: Autora, 2017.

Os encontros com a comunidade, como ficou decidido, foram todos no espaço do ABC do Glória, juntamente com seus voluntários. A primeira delas foi de grande importância, pois permitiu conhecer o espaço, a dinâmica das atividades existentes e as crianças e adolescentes que frequentam o projeto.

REUNIÃO – 16/09/2017

Duração: aproximadamente 1 hora e meia.

Participantes: 4 voluntários do ABC do Glória, 1 oficinairo, 20 crianças, Dona Terezinha, 4 estudantes de graduação recém formados e 1 mestranda da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bárbara Borges, Giovana Merlli, Isabela Giorgiano, João Marcos e João Paulo Vera –, minha orientadora e eu.

Local: ABC do Glória.

Atividades e discussões:

A intenção dessa reunião foi a de conhecer o projeto ABC do Glória e ter um primeiro contato com a comunidade, principalmente as crianças e adolescentes. Foi possível acompanhar o andamento de uma das oficinas realizadas no local e observar a dinâmica, o ritmo e o envolvimento das crianças e dos adolescentes com os voluntários e com a própria atividade.

Além disso, foi feito o reconhecimento da área pensada para o centro comunitário, que envolve o espaço do ABC, e também dos materiais que são normalmente utilizados nas autoconstruções do assentamento. Isso foi possível através de uma conversa com a Dona Terezinha, acostumada a arrecadar materiais para suas obras e familiarizada com o processo autoconstrutivo e que nos ajudou indicando as delimitações e os limites do terreno em questão.

Terreno onde se localiza o ABC do Glória



Figura 27 – Fonte: Autora, 2017.

A segunda reunião que aconteceu no assentamento envolveu uma participação mais ativa nas oficinas e foi o primeiro passo em direção ao envolvimento das crianças e dos adolescentes sobre a questão do projeto do centro comunitário e da melhoria do espaço do ABC do Glória. Foi pedido que elas se expressassem com relação ao que mais gostariam que melhorasse no local e o que mais sentem falta.

REUNIÃO – 23/09/2017

Duração: aproximadamente 3 horas

Participantes: 5 voluntários do ABC do Glória, 1icineiro, 30 crianças, 2 estudantes de graduação recém formados e 1 mestranda da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bárbara Borges, Giovana Merlli e João Paulo Vera – e eu.

Local: ABC do Glória.

Atividades e discussões:

A reunião começou com a oficina de desenho dada pelo Felipe Ferreira, ex-aluno de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia. Após a oficina foi pedido as crianças e adolescentes que desenhassem o que gostariam para o espaço do ABC do Glória e para o futuro centro comunitário. Com o encerramento das atividades, os desenhos produzidos foram recolhidos e o intuito do exercício foi explicado. Foi feito também um convite para as crianças e a entrega de um panfleto direcionado aos pais, chamando todos para reunião que aconteceu dia 30/09 e tinha como objetivo aprofundar as discussões a respeito do projeto do Centro Comunitário.



Figura 28 – Fonte: Autora, 2017.

A terceira e última reunião compreendeu uma oficina realizada por mim e pelos demais envolvidos com trabalho e alguns moradores do assentamento, incluindo as crianças e os adolescentes do projeto do ABC do Glória. Uma maquete física contendo o ABC, a Igreja Católica que fica ao seu lado e os vazios do entorno imediato foi utilizada para que os moradores intervissem, demonstrando o que desejam para o espaço. A maquete ajudou também na visualização e no entendimento da área que envolve o local estudado.

REUNIÃO – 30/09/2017

Duração: aproximadamente 3 horas

Participantes: 2 voluntários do ABC do Glória, 2 moradoras do assentamento, 20 crianças, 3 estudantes de graduação recém formados e 1 mestrandia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Giovana Merlli, Isabela Giorgiano, João Marcos e João Paulo Vera –, minha orientadora e eu.

Local: ABC do Glória.

Atividades e discussões:

A primeira parte da reunião foi a oficina de massinha, recortes, colagem e pintura realizada com as crianças e os adolescentes para que intervissem na maquete física do ABC do Glória, da Igreja Católica e dos espaços livres do entorno, acrescentando o que desejassem ao espaço. Os participantes modelaram elementos que gostariam que existissem no local, fizeram colagem, recortes, pintaram a maquete e, ao final, acrescentaram a ela tudo o que havia sido produzido. Quando a atividade foi finalizada, iniciou-se uma discussão a respeito das melhorias que precisam ocorrer no espaço baseado no produto final da maquete e em tudo o que havia sido colocado nela.

Observou-se que, assim como na atividade anterior, na qual foi pedido desenhos que representassem os desejos para o ABC do Glória e para um futuro centro comunitário, grande parte da produção realizada abordou a construção de um espaço de lazer com brinquedos, área verde, campo de futebol, piscina, entre outros. Apareceram também espaços para leitura, cinema e oficinas. Esses desenhos demonstram a carência dos moradores e a necessidade de atividades culturais, instrumentos de lazer e de esporte no bairro, assim como a importância de se considerar esses fatores em projeto.

Maquete física do ABC do Glória, da Igreja Católica e espaços livres do entorno



Figura 29 – Fonte: Autora, 2017.

Atividades realizadas pelas crianças e adolescentes do assentamento



Maquete física após intervenções e encerramento das atividades



Figura 30 – Fonte: Autora, 2017.

6.2 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES

Diante dos estudos realizados no assentamento através dos questionários, das reuniões e atividades feitas com os moradores e dos debates levantados é possível chegar

a um programa de necessidades capaz de abranger as demandas colocadas em pauta, sendo necessário organizar os pontos importantes que devem ser trabalhados. São eles:

- Espaço mais amplo para o ABC do Glória que atenda a um público maior de moradores e que seja capaz de proporcionar atividades direcionadas a cada faixa etária de crianças e adolescentes;
- Espaço para atender moradores que desejam ser alfabetizados;
- Espaço de leitura;
- Espaço para filmes;
- Espaço para trabalhos como costuras e pequenos consertos, pois esses trabalhos são uma fonte de renda complementar para algumas famílias;
- Espaço para práticas esportivas;
- Oficinas e cursos de capacitação;
- Cozinha comunitária;
- Horta para auxiliar o funcionamento da cozinha comunitária e oficinas voltadas para o ensino da culinária.
- Área de lazer para as crianças contendo brinquedos como escorregador, carrossel, balanço, etc.

6.3 PROPOSTA

A proposta deste trabalho é discutir o tema da autogestão e do mutirão na arquitetura, apresentando este processo como alternativa para construção de um centro comunitário no assentamento localizado na área conhecida popularmente como “triângulo do Glória”, em Uberlândia. Essa proposta, de acordo com o apresentado no trabalho, é uma alternativa mais interessante e com maior potencial transformador do que os meios tradicionais de construção. Como dito anteriormente, a área do “triângulo do Glória” estava destinada à Universidade Federal de Uberlândia e atualmente encontra-se ocupada por famílias de baixa renda para fins de moradia.

Como o assentamento é irregular, as condições são precárias e afetam negativamente a qualidade de vida dos seus moradores. Para que este problema seja sanado e ocorra uma melhora das condições, tanto urbanas quanto sociais, é preciso que algumas soluções sejam pensadas em projeto, sendo importante considerar as necessidades da população e suas características, assim como as da área estudada. A partir

das análises feitas sobre o assentamento e a população, percebeu-se a necessidade de criação de um centro comunitário.

Este centro comunitário tem o intuito de atender a demanda dos moradores e melhorar a qualidade de vida dos mesmos, criando um espaço ainda inexistente na comunidade e capaz de contribuir para seu crescimento e desenvolvimento, buscando alcançar alguns princípios norteadores como identificação/apropriação, adequação à paisagem (escala), flexibilidade, acessibilidade, encontro/convívio, integração/inclusão, buscando igualdade social e de gênero no assentamento através da integração com a comunidade e do poder de decisão da mesma em relação ao espaço, considerando o direito de todos sobre este.

PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO			
AMBIENTES	RELAÇÕES FREQUENTES	NÚMERO DE USUÁRIOS	PRÉ-DIMENSIONAMENTO
Recepção	Espaço reunião de moradores; ABC do Glória; salão multiuso; sanitários	5 pessoas	10 m ²
Espaço reunião de moradores	Recepção; sanitários	30 pessoas	50 m ²
ABC do Glória	Recepção; salão multiuso; cozinha comunitária; sanitários	50 pessoas	100 m ²
Espaço de alfabetização	Salão multiuso; sanitários	15 pessoas	30 m ²
Salão multiuso (Espaço de leitura, filmes, cursos de capacitação, oficinas)	Recepção; ABC do Glória; sanitários; espaço de alfabetização; espaço para costuras e pequenos consertos; cozinha comunitária; D.M.L; horta; parquinho	80 pessoas	200 m ²

Espaço para costuras e pequenos consertos	Salão multiuso; sanitários	20 pessoas	50 m ²
Cozinha comunitária	Salão multiuso; ABC do Glória; despensa; horta; sanitários; D.M.L	15 pessoas	40 m ²
Despensa	Cozinha comunitária	—	10 m ²
Horta	Salão multiuso; cozinha comunitária	—	100 m ²
Parquinho	Salão multiuso; sanitários; quadra poliesportiva coberta	—	100 m ²
Quadra poliesportiva	Parquinho; vestiários	300 pessoas	250 m ²
Vestiários	Quadra poliesportiva coberta; D.M.L	15 pessoas	40 m ² cada – Feminino e Masculino
Sanitários	Recepção; salão multiuso; espaço reunião de moradores; ABC do Glória; espaço de alfabetização; espaço para costuras e pequenos consertos; cozinha comunitária; parquinho; D.M.L	10 pessoas	30 m ² cada – Feminino e Masculino
D.M.L (Depósito de material de limpeza)	Salão multiuso; cozinha comunitária; sanitários; vestiários	—	10 m ²
Estacionamento	Recepção	10 veículos	120 m ²

Tabela 5 – Fonte: Autora, 2017.

LEGENDA:



Setor administrativo



Lazer



Assistência



Esporte



Apoio à comunidade



Mobilidade

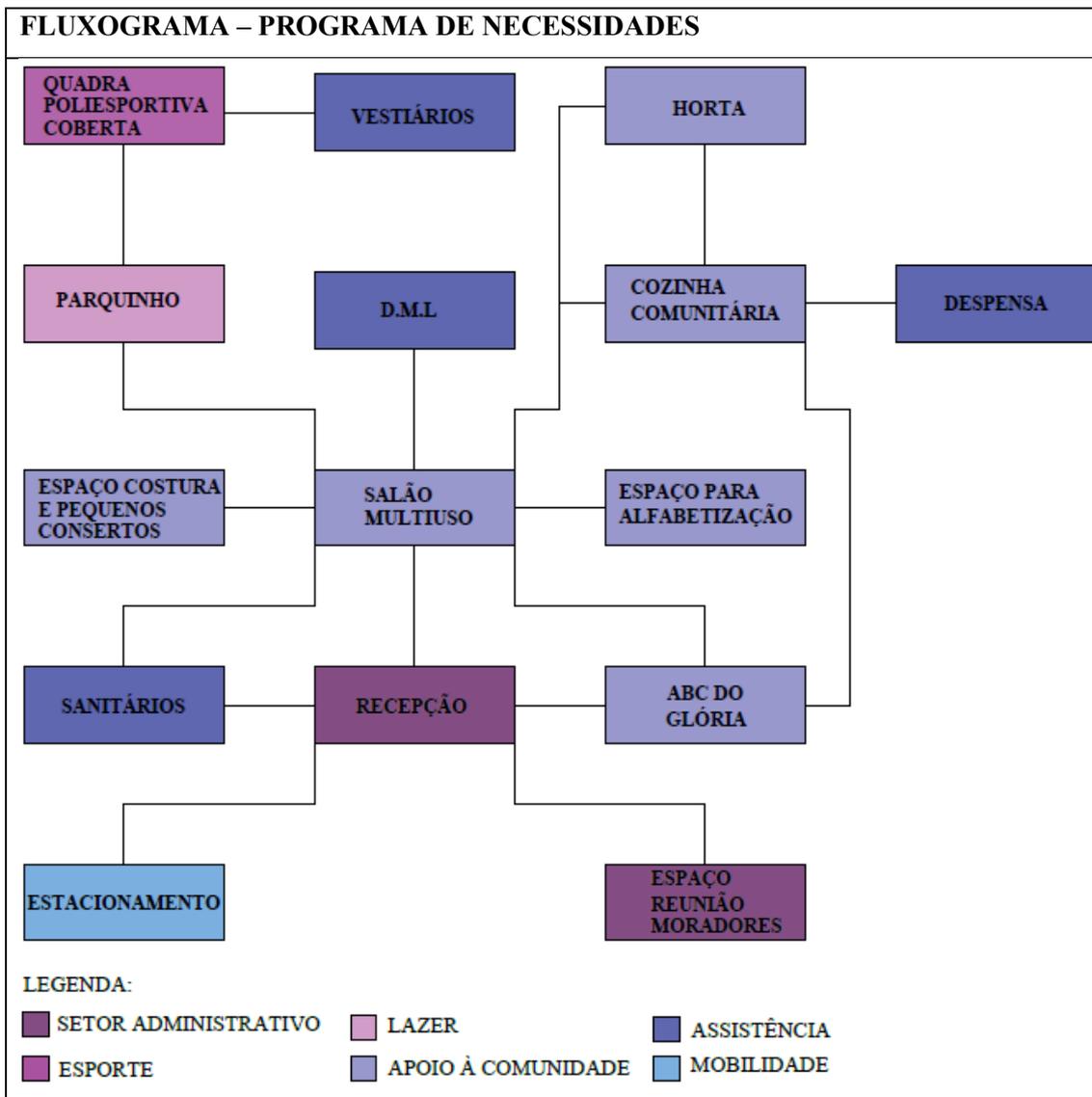


Figura 31 – Fonte: Autora, 2017.

Ao todo, a construção do centro comunitário abrigaria cerca de 300 pessoas. O quadro de áreas fica entre 1500 a 2000 m². Procurou-se estabelecer valores de áreas mínimo para um uso adequado dos espaços, mantendo o conforto e a segurança dos usuários. O projeto buscará também um atendimento as famílias proporcionando espaços para oficinas, cursos profissionalizantes, trabalhos como costuras e pequenos consertos, além de atividades culturais e de lazer.

Esse projeto se localiza em um terreno do assentamento popularmente conhecido como “triângulo do Glória”, cujas restrições urbanísticas, segundo a Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011, como citado anteriormente, se encaixam na ZEIS 1 (Zona Especial de Interesse Social). Sendo assim, possui os seguintes índices urbanos:

- Taxa de ocupação: 80%

- Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,5%
- Afastamentos:

Até 2 pavimentos:	Acima de 2 pavimentos:
- Afastamento frontal mínimo: 3 m	- Afastamento frontal mínimo: $H/10 + 2,10$
- Afastamento lateral e fundo: 1,5 m	- Afastamento lateral e fundo: $H/10 + 1,50$

- Área permeável: mínimo 20% do lote

Com relação as análises do terreno, foi possível perceber que seu entorno é composto por uma diversidade de usos, incluindo residências, comércios e serviços. Nota-se também a existência de diversos lotes vagos e a presença de um campo de futebol muito utilizado, próximo a área pensada para o projeto, feito pelos próprios moradores em um dos vazios urbanos do entorno. O gabarito predominante na área é de 1 a 2 pavimentos, sendo mais comum 2 pavimentos em alguns comércios e serviços na rua Paulo Freire.

Considerou-se também para este estudo, a conexão entre o centro comunitário e o assentamento, buscando a melhor maneira de integrá-los. Essa integração foi pensada através das vias de maior fluxo do assentamento, que possuem maior movimentação e dinamizam o espaço. Essas vias são a rua Paulo Freire e a principal rua que corta o assentamento verticalmente. Nessas vias também se localizam a maioria dos comércios, o que garante a circulação e a presença de pessoas nestas áreas.

Em relação aos acessos, o terreno encontra-se em uma quadra que possui problemas de infraestrutura, assim como as demais, sem asfaltamento e com alguns pontos de erosão. As vias não permitem acesso adequado de pessoas portadoras de necessidades especiais e as linhas de ônibus não entram na ocupação, fazendo com que os moradores tenham que andar até os pontos de ônibus mais próximos do bairro vizinho, São Jorge. Recentemente, a linha de ônibus A327 teve sua rota ampliada para margear o assentamento, passando pela Avenida Chapada dos Guimarães, distante três quadras do terreno de estudo.

ANÁLISES DO TERRENO / FLUXOS E ACESSOS

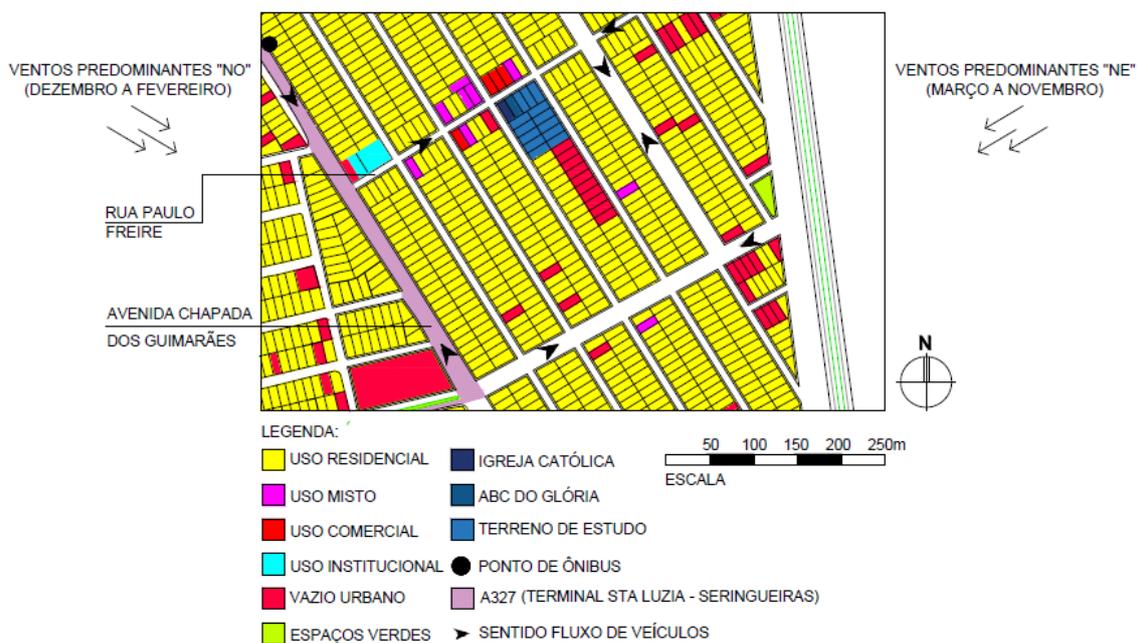
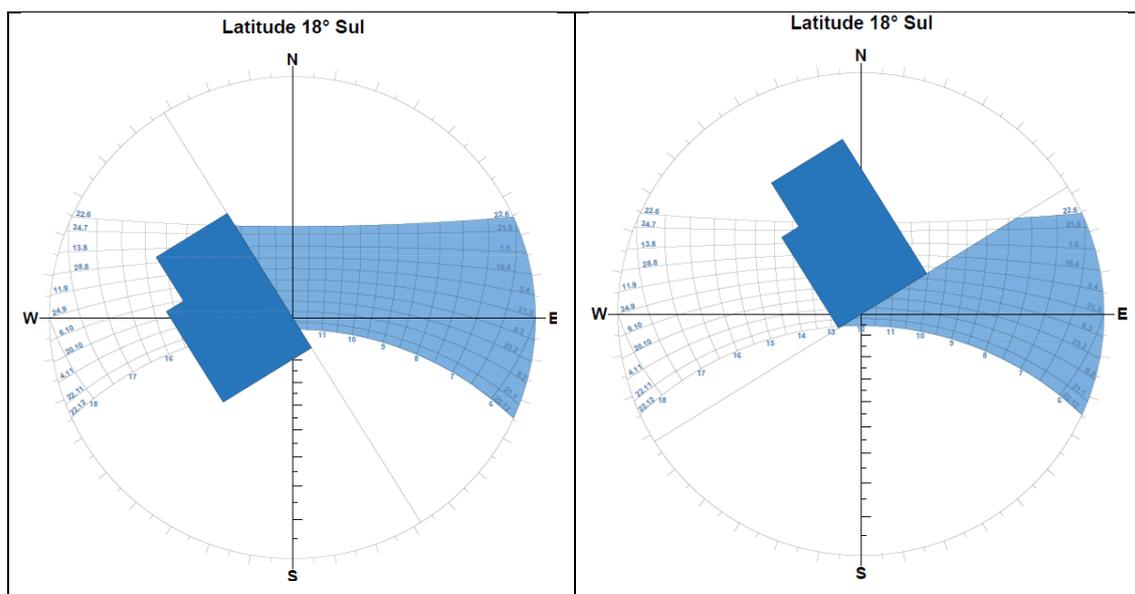


Figura 32 – Fonte: Autora (2017).

Outro ponto importante foi o estudo de insolação, feito através das cartas solares correspondentes à latitude de Uberlândia - MG (18° Sul), de forma a identificar a incidência solar em cada “fachada” do terreno, com o intuito de tomar partido disto para a espacialização dos ambientes e equipamentos propostos, considerando a possibilidade de adoção de estratégias de proteção solar (brises, marquises, entre outros) e visando um melhor conforto térmico.



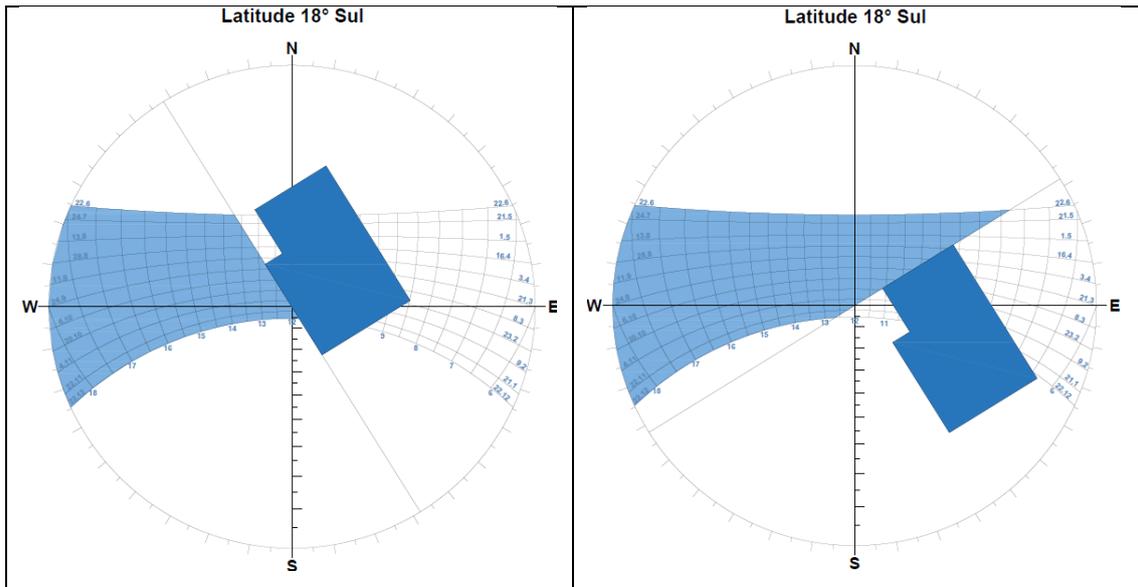


Figura 33 – Fonte: Autora, 2017.

FACHADA	SOLSTÍCIO DE INVERNO	EQUINÓCIOS	SOLSTÍCIO DE VERÃO
NORDESTE	Até às 13:30 h	Até 12:30 h	Até 11:30 h
SUDESTE	Até às 08:00 h	Até às 10:00 h	Até às 12:30 h
SUDOESTE	Após às 13:30 h	Após 12:30 h	Após às 11:30 h
NOROESTE	Após às 08:00 h	Após às 10:00 h	Após 12:30 h

Tabela 6 – Fonte: Autora, 2017.

Projeto:

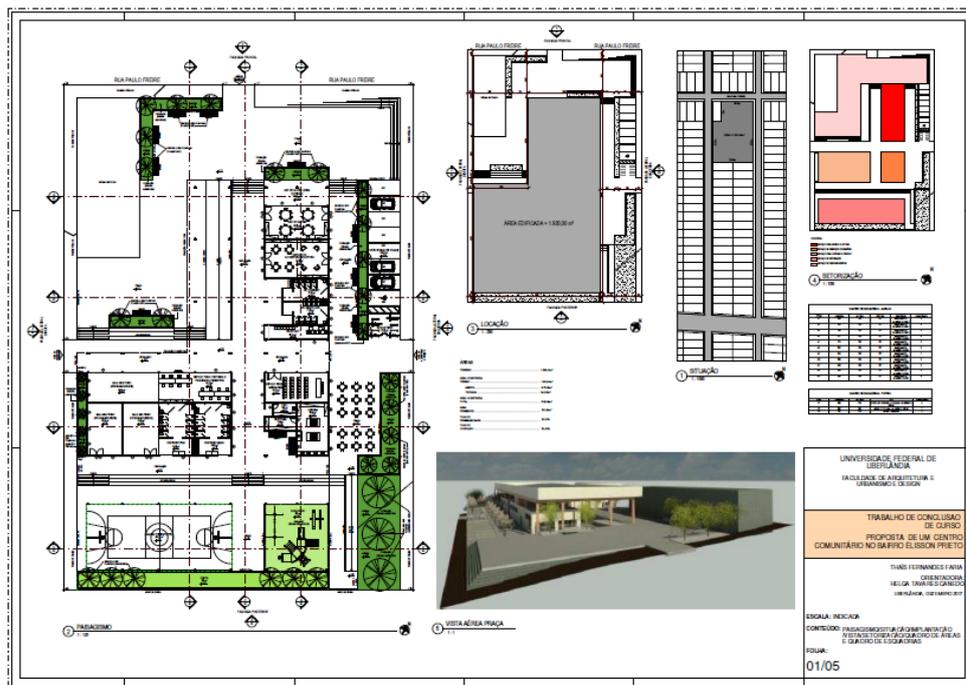


Figura 34 – Fonte: Autora, 2017.

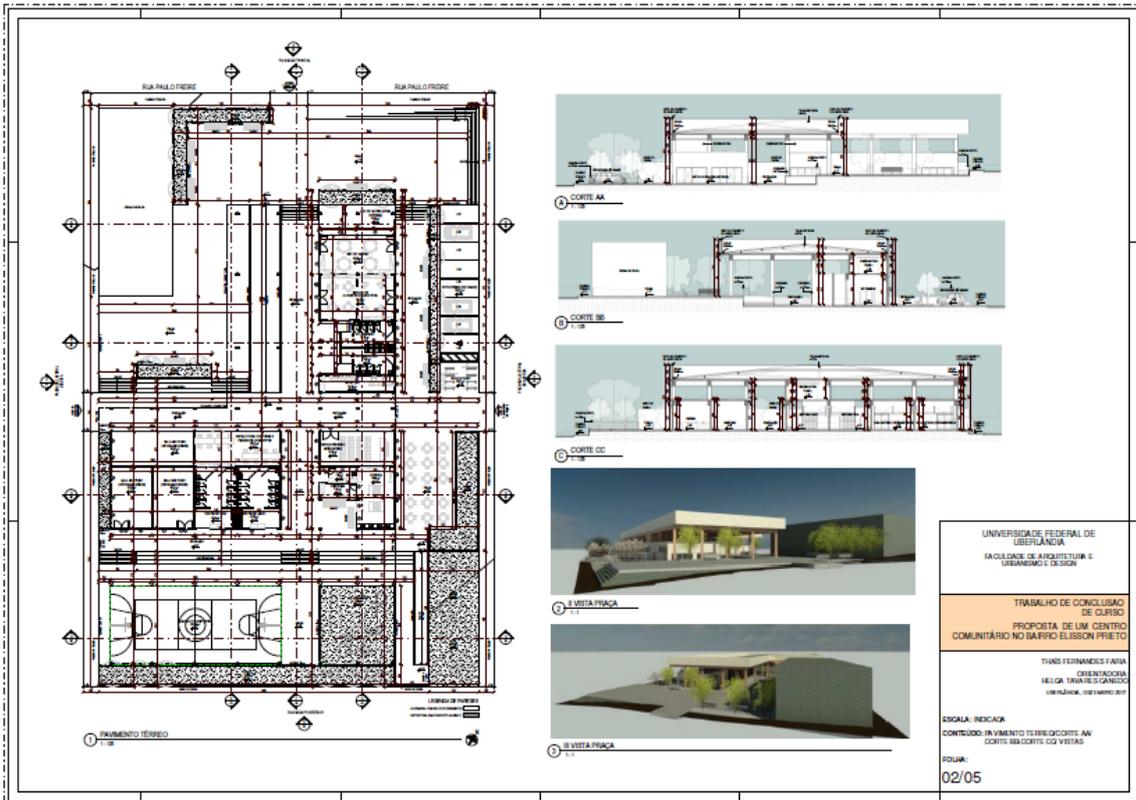


Figura 35 – Fonte: Autora, 2017.

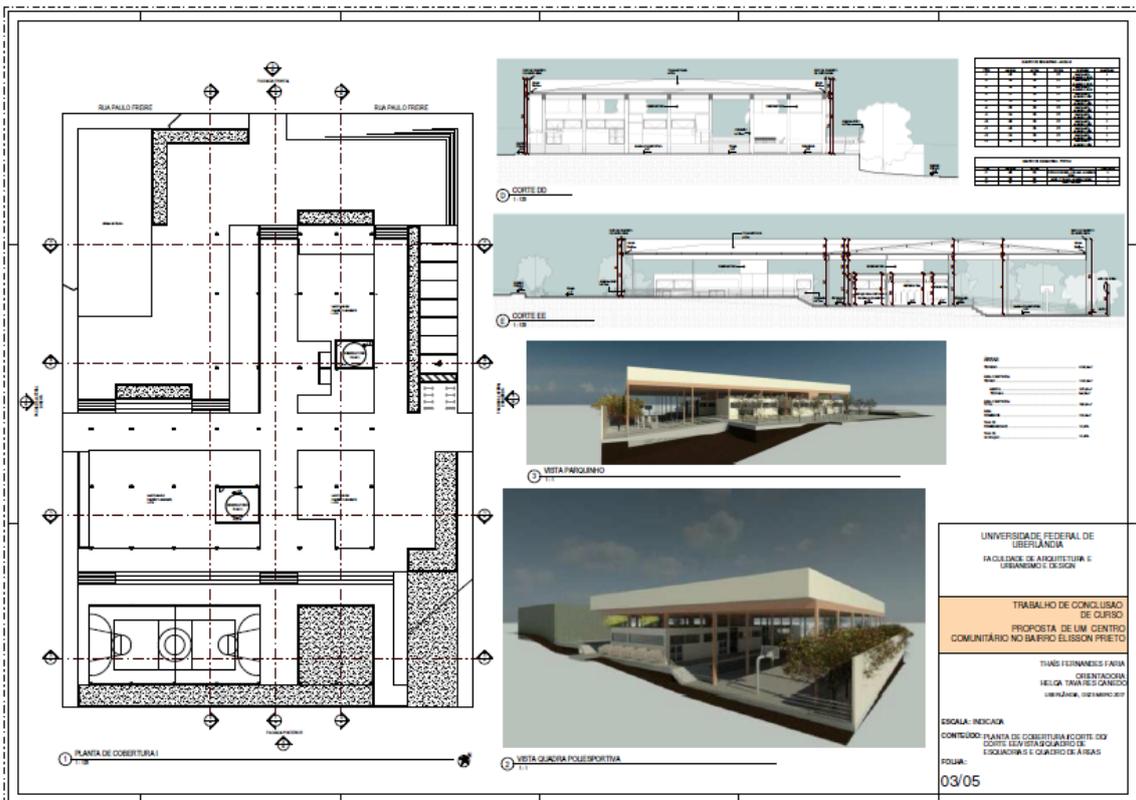


Figura 36 – Fonte: Autora, 2017.

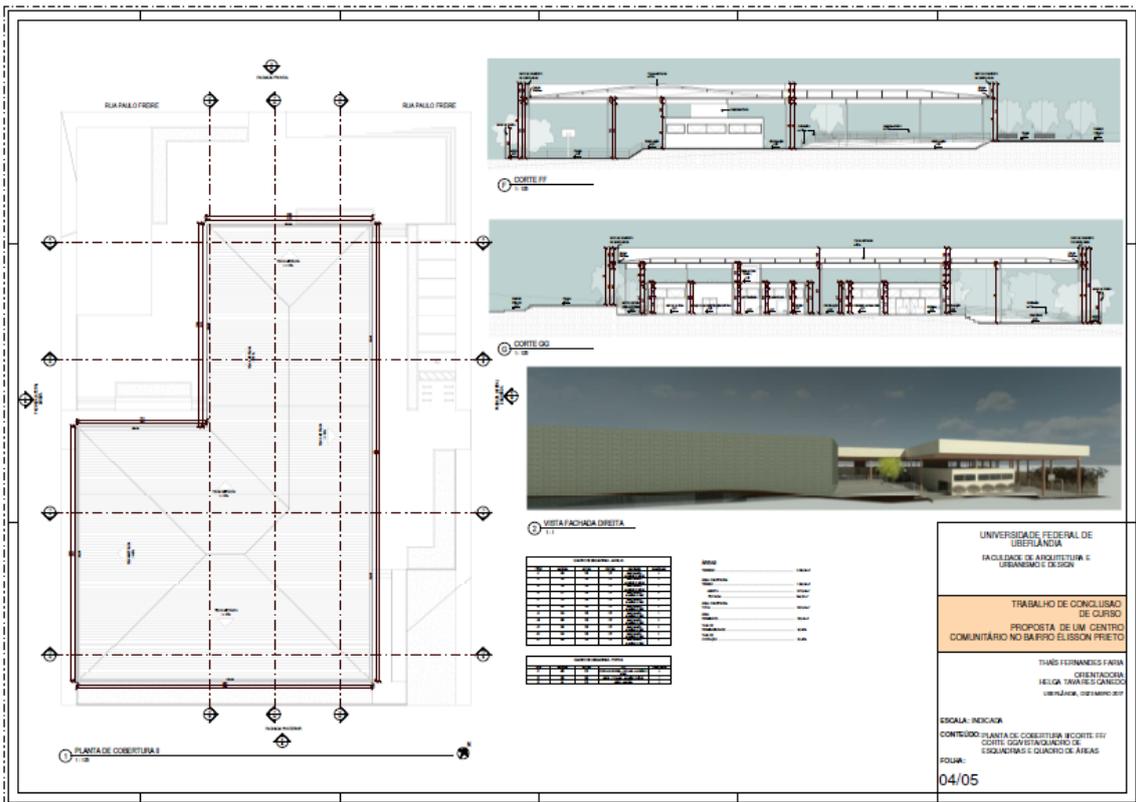


Figura 37 – Fonte: Autora, 2017.



Figura 38 – Fonte: Autora, 2017.

Atualmente o assentamento localizado na área conhecida popularmente como “triângulo do Glória” é muito mais que uma ocupação a um terreno anteriormente vago, pois seus moradores já possuem uma associação, comércios que funcionam normalmente, lotes definidos e ruas planejadas, embora ainda sejam de terra. Mesmo com essa estrutura falta saneamento básico, rede de luz e energia elétrica e outros recursos necessários para uma vida digna, como áreas recreativas e institucionais. É preciso efetivar a ocupação do assentamento, de maneira a melhorar as condições urbanas e sociais e atender as necessidades da população.

Concluiu-se que para uma melhora nas condições de vida dos ocupantes e o atendimento das carências existentes, é preciso considerar a necessidade de construção de um centro comunitário que atenda os desejos da população e contribua para a melhoria do assentamento. O trabalho trás como proposta a construção de um centro comunitário através do processo de mutirão autogerido. Como foi visto esse processo é a maneira mais rentável e o que apresenta melhores resultados tanto na qualidade das edificações, quanto no processo de apropriação por parte da população envolvida.

Além desses fatores, o processo do mutirão autogerido foi pensado como solução para a construção de um centro comunitário porque traz possibilidades inovadoras dentro da lógica do sistema construtivo, o que representa a oportunidade de mudanças na maneira do indivíduo, excluído socialmente, enxergar sua participação na comunidade e ter conhecimento dos seus direitos. Isso é algo extremamente positivo e deve ser incentivado.

É importante que as decisões tanto administrativas quanto projetuais e políticas sejam tomadas coletivamente, em reuniões onde todos têm o mesmo direito a voz e voto, pois quando se tenta praticar a autogestão passa ser possível seu diálogo. O mutirão autogerido é também um espaço de resistência e organização, visualização de uma prática que precisa se realizar no cotidiano, pois não existe movimento social que se sustente apenas em marchas, ocupações e teorias.

Outro ponto importante se relaciona com as assessorias técnicas que apoiam os movimentos sociais. Estas têm um papel delicado que é o de difundir ao máximo o conhecimento técnico com os trabalhadores dos mutirões, para que possam opinar e tirar suas próprias conclusões a respeito dos projetos. Mesmo que as assessorias procurem

coletivizar o saber, existem limites que impedem sua efetivação como o fato de que a maioria dos militantes não tem educação básica. Isso dificulta a compreensão do conhecimento técnico e limita a vivência dos processos autogestionários, pois as assessorias concentram esse conhecimento e assim, parte importante do poder de decisão do grupo. Minimizar o papel dos agentes técnicos seria ideal, mas ainda não é possível. (

Para este trabalho, foram aplicados questionários com a população do assentamento localizado na área do “triângulo do Glória” o que possibilitou uma melhor interação com a realidade vivenciada no local. Foi possível perceber com se dá a produção do espaço no assentamento e o que os moradores mais sentem necessidade. Os dados obtidos foram muito úteis e ajudaram a pensar em uma solução de projeto adequada à população e que respeitasse a produção socioespacial existente no assentamento. A produção da arquitetura deve se preocupar com a produção coletiva do espaço e não somente com a produção de edificações.

8. REFERÊNCIAS

AMBIENTE ARQUITETURA. **Ambiente Assessoria Técnica**. Disponível em: <<http://www.ambientearquitectura.com>>. Acesso em: 6 Julho 2017.

ARCHDAILY. **ArchDaily Brasil**, 2008. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br>>. Acesso em: 16 Outubro 2017.

BARROS, M. C. **Autogestão na Implementação de Políticas Habitacionais - O Mutirão Autogestionado Brasilândia B23**. Universidade de São Paulo. São Carlos, p. 204. 2011.

BLOG Glória em Foco. **Glória em Foco**, 2017. Disponível em: <<http://www.gloriaemfoco.com.br>>. Acesso em: 3 Julho 2017.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. 2ª Edição. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1999.

CERQUEIRA, Í. V. N. **As mil moradias - Arquitetura [e história] como processo na experiência da USINA CTAH junto à Associação Por Moradia de Osasco**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 141. 2016.

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FELIPE, J. P. Avaliação pós-ocupação no mutirão do Jd. São Francisco (São Paulo, 1989-1992). **ENTAC 2000 - "Modernidade e Sustentabilidade"**, Salvador, 24 a 28 Abril 2000. 1-8.

FERREIRA, R. F. C. F. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. **2º Fórum de Sociologia "Justiça Social e Democratização"**, Buenos Aires, 1 a 4 Agosto 2012. 1-18.

FERRO, S. Nota sobre "O Vício da Virtude". **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 76, Novembro 2006. 229-234.

G1 - Triângulo Mineiro. **g1.globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 3 Julho 2017.

KAPP, S. et al. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. **IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia**, Florianópolis, 12 a 15 Novembro 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Políticas Sociais - Acompanhamento e Análise. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, Brasília, 12 Fevereiro 2006. 199-250.

NAKASHIGUE, K. L. **Mutirões verticalizados em São Paulo: Avaliação de qualidade dos projetos e satisfação dos moradores**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 192. 2008.

OLIVEIRA, F. D. O Vício da Virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 74, Março 2006. 67-85.

PEFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia: Diagnóstico estratégico de habitação de interesse social**. Uberlândia, p. 43-114. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Prefeitura de Uberlândia**. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em: 11 Julho 2017.

RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (o programa FUNAPS Comunitário)**. Universidade de São Paulo. São Carlos, p. 290. 1995.

SANTOS, G. E. D. O. **Cálculo Amostral - Calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br>>. Acesso em: 18 Julho 2017.

USINA. Arquitetura, política e autogestão: um comentário sobre os mutirões habitacionais. **Revista Urbânia 3**, São Paulo, n. 3, p. 49-59, 2008.

USINA CTAH. **usina-ctah**. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br>>. Acesso em: 20 Abril 2017.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

9. ANEXO

9.1 QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

SEXO: F M FAIXA ETÁRIA: 18 A 21 22 A 29 30 A 39 40 A 49 50 A 59 ACIMA DE 60
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A) CASADO(A) UNIÃO ESTÁVEL VIÚVO(A) DIVORCIADO(A)
CIDADE DE ORIGEM: _____ TEMPO QUE ESTÁ EM UBERLÂNDIA: _____
RAZÃO DE TER VINDO A UBERLÂNDIA: _____
MORADIA ANTES DE CHEGAR AO GLÓRIA: ALUGUEL HAB. INTERESSE SOCIAL SEM MORADIA
TEMPO DE HABITAÇÃO NO GLÓRIA: _____ HABITAÇÃO AUTOCONSTRUÍDA: SIM NÃO

QUESTIONÁRIO

1) Situação no mercado de trabalho:

REGISTRADO SEM REGISTRO AUTÔNOMO NÃO TRABALHA APOSENTADO

2) Profissão:

3) A residência é utilizada como local de trabalho para adquirir renda extra?

NÃO SIM. QUAL ATIVIDADE? _____

4) Renda:

ATÉ 1 S.M. 1,1 A 3 S.M. 4 A 6 S.M. 7 A 10 S.M. MAIS DE 10 S.M.

5) Recebe benefício governamental:

NÃO SIM. QUAL? _____

6) Já participou de algum programa habitacional?

NÃO SIM. QUAL? _____

7) Grau de escolaridade:

NÃO ALFABETIZADO ATÉ 5º ANO ATÉ 9º ANO MÉDIO INCOMPLETO
 MÉDIO COMPLETO SUPERIOR INCOMPLETO SUPERIOR COMPLETO

8) Neste lote há mais de uma família?

NÃO SIM. QUANTAS? _____

MORAM NA MESMA CASA? _____

9) Composição familiar:

Nº	Idade	Sexo	PNE - Portadores de Necessidades Especiais	Trabalha	Estuda	Renda
01			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
02			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
03			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
04			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
05			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
06			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
07			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
08			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
09			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
10			SIM / NÃO	SIM / NÃO	SIM / NÃO	
Renda total						
Rena per capita						

10) Sua casa é delimitada:

MURO CERCA SUCATA INEXISTENTE

11) Uso de material na construção:

TIJOLO MADEIRA PAU A PIQUE SUCATA LONA OUTRO

12) Acabamento da construção:

INEXISTENTE REBOCO PINTURA REVESTIMENTO

13) Utiliza quintal para plantio de hortifrúti?

NÃO SIM. QUAIS? _____

14) O que poderia melhorar na ocupação?

15) O que precisa ser feito com mais urgência na ocupação?

16) Onde os filhos estudam?

17) Qual posto de saúde utilizam?

18) Qual posto policial atende a área?

19) A polícia faz rondas com frequência na região?

NÃO SIM

20) Quais comércios próximos a família utiliza?

21) Quais equipamentos de lazer utilizam?

22) Quais meios de transporte a família mais utiliza?

CARRO: USO DIÁRIO 1 A 3X/SEMANA FDS

MOTO: USO DIÁRIO 1 A 3X/SEMANA FDS

BICICLETA: USO DIÁRIO 1 A 3X/SEMANA FDS

COLETIVO: USO DIÁRIO 1 A 3X/SEMANA FDS